

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

TAIANE FABIELE DA SILVA BRINGHENTI

**PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E REGIME AUTORITÁRIO:
PERFIL SOCIAL E CARREIRA DOS DEPUTADOS FEDERAIS NA DITADURA (1967-1982)**

Porto Alegre
2019

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

TAIANE FABIELE DA SILVA BRINGHENTI

**PROFISSIONALIZAÇÃO POLÍTICA E REGIME AUTORITÁRIO:
PERFIL SOCIAL E CARREIRA DOS DEPUTADOS FEDERAIS NA DITADURA (1967-1982)**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira

PORTO ALEGRE

2019

Ficha Catalográfica

B858p Bringhenti, Taiane Fabiele da Silva

Profissionalização política e regime autoritário : Perfil social e carreira dos Deputados Federais na Ditadura / Taiane Fabiele da Silva Bringhenti . – 2019.

127.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Machado Madeira.

1. Perfil político profissional. 2. Ditadura civil-militar. 3. Aliança Renovadora Nacional. 4. Movimento Democrático Brasileiro. 5. Deputado Federal. I. Madeira, Rafael Machado. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Grande parte destas páginas só foram possíveis por meio do apoio incondicional, o carinho e a compreensão da minha família. Assim, em primeiro lugar torna-se imprescindível destacar o papel que o suporte familiar teve nesse processo, já que possuo a sorte de poder contar com meu pai e minha mãe, que são sempre aquelas pessoas que estão ao meu lado. Por esses e tantos outros motivos, que não cabem em palavras e muito menos em poucas linhas, agradeço em primeiro lugar a Anita Fátima da Silva e Gilmar D'Ávila Bringhenti (e é claro, nosso quarto membro Lobo).

Agradeço também a pessoa que fez desse caminho não só um espaço de grande aprendizagem e crescimento intelectual, mas também propiciou o florescimento de uma grande parceria e amizade que levo do processo acadêmico para a vida, que foi a minha colega e amiga Suliane Cardoso. A companhia em congressos, em trabalhos, projetos, “marmitas do CBPD”, o primeiro artigo publicado, o primeiro trabalho apresentado, do início ao fim do dia, no palco e nos bastidores. Os conselhos e a divisão de tanto carinho e auxílio fizeram dessa nossa parceria um lugar de acolhida e empatia. Sem esse encontro certamente o caminho seria mais cinza. Por isso, e por tantas outras coisas (que já nem lembro) lhe agradeço!

Também agradeço a amiga e colega de longa data, Giovanna Marteleite do Amaral. “Gio” como costume lhe chamar, é uma das pessoas que mais me inspiram, pelo grande exemplo de mulher que és. Forte, batalhadora, inteligente e que possui uma capacidade surpreendente de superar obstáculos, tirando desses entraves espaços de experiências (como já diria Koselleck) que a levam cada vez mais longe. Obrigada pela amizade, pelo apoio, pelo carinho e pelos incontáveis conselhos que são fornecidos de forma tão afetuosa.

Dentre os agradecimentos não poderia faltar o amigo Leonardo Fetter, um grande historiador que tive o prazer de conhecer, me tornar próxima e regar uma amizade que surgiu no segundo tempo da graduação. Agradeço meu amigo, pelas incontáveis risadas, pelas incontáveis conversas, pelos seguidos cafezinhos e pela leitura sempre atenta de meus textos, obrigada!

Aos amigos Vagner Vargas e Lara Sosa pela companhia sempre divertida que deram o tom mais leve as manhãs e tardes no CBPD, com conversas sobre o mundo e sobre a vida, regadas a café. Foi e segue sendo um grande prazer ter a amizade e a companhia de vocês nesse processo. Aos colegas de pesquisa Oscar, Alison e Matheus, também agradeço pela companhia e pela amizade.

Agradeço ao meu orientador e guia nesse processo, professor Dr. Rafael Machado Madeira. Quando eu ainda estava na graduação foi através de suas lentes que vislumbrei as possibilidades e os desafios que a pós-graduação poderiam me trazer. Para um aluno, às vezes basta um empurrãozinho e uma palavra de motivação para seguir em frente, pois nem sempre nos damos conta de nosso potencial. Nesse sentido, acredito que se existe alguém responsável por hoje eu me sentir mais segura em relação a minha capacidade como pesquisadora, certamente seria você. Muito obrigada!

Agradeço ao professor André Ricardo Salata que auxiliou uma historiadora a descortinar a abordagem quantitativa, seus gráficos, tabelas e programas. Sempre muito disposto e empolgado em ajudar, és um dos grandes exemplos de profissional que carrego. Obrigada por tudo.

Agradeço também a professora Teresa Marques pelas palavras de motivação. Ao professor Hermilíó dos Santos pelas oportunidades durante o mestrado, que certamente trouxeram aprendizados importantes para minha formação. Ao professor André Marengo pela leitura e atenção dedicada à minha dissertação na qualificação e na banca final.

Agradeço a Nathane e a Amanda, pela companhia, pelas discussões e pelas trocas que fizeram grande parte de 2018 valer a pena. Ao meu amigo Luiz Prestes pela compreensão, pelos conselhos e pela orientação via *WhatsApp*, sempre me ajudando, com palavras e dicas, livros e citações, obrigada!!

Agradeço a Bruno da Silva Bernardes, que me acompanha a mais de nove anos, nas comemorações e nas frustrações. Muito obrigada, por estar ao meu lado e ser um dos grandes motivadores e reconhecedores de todo meu empenho e minha dedicação.

Também a secretaria do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, que auxiliou em todas as etapas desse processo, desde a matrícula. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001¹.

¹This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

A temática do autoritarismo brasileiro não é um simples fenômeno passageiro, mas tem raízes profundas e implicações que não se desfazem por meros rearranjos institucionais. Reconhecer isto não significa supor que o Brasil padece de um estigma autoritário congênito, pelo qual não existe salvação. Mas significa isto sim, que este passado e suas consequências presentes têm que ser vistos de frente, para que tenhamos realmente chances de um futuro mais promissor (SCHWARTZMAN, 2007, p. 10).

RESUMO

Este trabalho investiga quem foram os indivíduos que fizeram parte do quadro de políticos profissionais atuantes durante a última experiência autoritária no Brasil (1964-1985), que foi marcada por um cenário de grande instabilidade e incertezas quanto à manutenção da carreira política. Para tanto, analisa-se o perfil político e social daqueles que em algum momento durante o bipartidarismo exerceram o mandato de Deputado Federal pelas legendas criadas em 1965, Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB); considerando as legislaturas de 1966 (43º), 1970 (44º), 1974 (45º) e 1978 (46º). Entendendo os parlamentares a partir da definição de político profissional, como alguém que desenvolve algum papel na política institucional através dos partidos e que vive deste ofício a partir da socialização em cargos e postos de poder. A hipótese a ser testada se desdobra em duas partes, considerando que: 1) Arena e MDB possuíam perfis distintos de deputados (a) federais em relação aos recursos políticos adquiridos na carreira; 2) e tais perfis (social e político) sofreram alterações ao longo da vigência do bipartidarismo. Ao todo são 1.703 casos analisados, considerando 22 indicadores que mobilizam o *background* político e social. A abordagem metodológica utilizada é a quantitativa, com análise descritiva e aplicação da ferramenta estatística de análise de correspondência múltipla e análise de conglomerado. Como resultado foram encontrados quatro perfis de políticos profissionais, que se distinguiam principalmente pelos traços de carreira política. Os dados sociológicos não indicaram uma contribuição significativa na identificação dos perfis, que eram constituídos em sua maioria por homens, brancos, com média de idade entre 40 - 50 anos e com alto gradual de escolaridade. Não foram encontradas alterações e diferenças significativas no perfil político e social em relação as legislaturas e a filiação partidária, o que refuta a hipótese lançada por essa investigação. Apontando que a cada troca de mandato e legislatura resultaram na continuidade de um quadro político já existente, independente de filiação partidária, que ultrapassou as interferências militares para sua perpetuação.

PALAVRAS-CHAVE: Perfil político profissional. Ditadura civil-militar. Aliança Renovadora Nacional. Movimento Democrático Brasileiro. Deputado Federal.

ABSTRACT

This study investigates who were the individuals who were part of the professional political scene during the last authoritarian experience in Brazil (1964-1985), which was marked by a scenario of great instability and uncertainties regarding the maintenance of the political career. To this end, this work analyses the political and social profile of those who at some point during the bipartisanship served as Federal Deputy for the legends created in 1965, Aliança Renovadora Nacional (Arena) and Movimento Democrático Brasileiro (MDB); considering the legislatures of 1966 (43rd), 1970 (44th), 1974 (45th) and 1978 (46th). Understanding the parliamentarians from the definition of professional politician, as someone who develops some role in the institutional politics through the parties and that lives of this office from the socialization in positions and places of power. The hypothesis to be tested unfolds in two parts, considering that: 1) Arena and MDB had different profiles of federal deputies in relation to the political resources acquired in the career; 2) and such profiles (social and political) have undergone changes throughout the validity of bipartisanship. In all, there are 1,703 cases analyzed, considering 22 indicators that mobilize the political and social background. The methodological approach used is the quantitative one, with descriptive analysis and application of statistical tool of analysis of multiple correspondence and conglomerate analysis. As a result, four profiles of professional politicians were found, who were distinguished mainly by political career traits. The sociological data did not indicate a significant contribution in the identification of the profiles, being the majority of men, white, with average age between 40-50 years and with high gradual of schooling. No changes and significant differences were found in the political and social profile in relation to legislatures and party affiliation, which refutes the hypothesis launched by this investigation. Pointing out that each change of mandate and legislature resulted in the continuation of an existing political framework, independent of party affiliation, which overcame military interference for its perpetuation.

KEY WORDS: Professional political profile. Civil-military dictatorship. National Renewal Alliance. Brazilian Democratic Movement. Congressman.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estrutura de carreira política no Brasil proposta por Miguel (2003)	37
Gráfico 1	Variáveis para definição de político profissional.....	28
Figura 2	Impactos do AI-5 sobre o jogo político.....	50
Gráfico 2	Relações entre tempo de dedicação e diferentes funções na política profissional.....	29
Gráfico 3	Variáveis que influenciam na carreira política.....	33
Gráfico 4	Frequência de idade entre parlamentares eleitos entre 1967-1982 pela Arena e MDB.....	77
Gráfico 5	Pontos de objeto marcados pelo número do caso, exemplo de distribuição.....	100
Gráfico 6	Agrupamento das variáveis na dimensão 1.....	101
Gráfico 7	Dispersão dos quatro <i>clusters</i>	103

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	Início desenvolvimento e fim da carreira política.....	34
Tabela 1	Migração dos partidos extintos em 1965 para Arena e MDB na Câmara dos Deputados em 1966.....	47
Quadro 2	Conceitos mobilizados para leitura de ACM.....	57
Tabela 2	Sistematização dos dados de pesquisa.....	58
Quadro 3	Variáveis utilizadas para a construção do banco de dados.....	63
Tabela 3	Distribuição de gênero na Câmara dos Deputados entre 1967-1982.....	73
Quadro 4	Os quatro casos de cada extremidade da dimensão.....	98
Tabela 4	Deputadas eleitas pela Arena e MDB entre 1967-1982.....	73
Quadro 5	Os quatro perfis de políticos profissionais na ditadura civil-militar (1967-1982)	105
Tabela 5	Composição racial na Câmara dos Deputados entre 1967-1982.....	74
Tabela 6	Média de idade dos parlamentares entre 1967-1982.....	78
Tabela 7	Frequência de idade entre arenistas e emedebistas.....	78
Tabela 8	Formação superior dos Deputados Federais entre 1967-1982.....	79
Tabela 9	Formação profissional dos parlamentares entre 1967-1982.....	80
Tabela 10	Dados educacionais dos parlamentares entre 1967-1982 de acordo com a região.....	81
Tabela 11	Profissões dos Deputados Federais durante o bipartidarismo.....	82
Tabela 12	Parlamentares com mais de uma profissão entre 1964-1979.....	85
Tabela 13	Profissões agrupadas dos parlamentares entre 1967-1982.....	86
Tabela 14	Frequência de idade inicial dos parlamentares durante o bipartidarismo.....	87
Tabela 15	O cargo de iniciação na política dos parlamentares atuantes durante o bipartidarismo na Câmara dos Deputados.....	88
Tabela 16	Mandatos ocupados antes do bipartidarismo.....	89
Tabela 17	Cargos ocupados pelos Deputados e Deputadas Federais até o mandato legislativo.....	90
Tabela 18	Vínculos associativos dos parlamentares entre a elite política 1967-1982.....	92
Tabela 19	Resumo do modelo aplicado na Análise de correspondência múltipla.....	95
Tabela 20	Exemplos de modelos com mais de uma dimensão.....	96

Tabela 21 Medidas de discriminação da análise de correspondência múltipla.....	95
Tabela 22 Número e percentual de casos em cada cluster.....	102
Tabela 23 Distribuição dos casos do Perfil 1 conforme legislatura.....	105
Tabela 24 Relação de casos do perfil 1.....	105
Tabela 25 Relação de casos do perfil 2.....	106
Tabela 26 Distribuição dos casos do Perfil 2 conforme legislatura.....	106
Tabela 27 Distribuição dos casos do Perfil 3 conforme legislatura.....	107
Tabela 28 Relação de casos do perfil 3.....	109
Tabela 29 Distribuição dos casos do Perfil 4 conforme legislatura.....	110
Tabela 30 Relação de casos do perfil 4.....	110
Tabela 31 Comportamento das variáveis de perfil social ao longo do bipartidarismo (expressa pelo maior indicador de frequência).....	112
Tabela 32 Comportamento das variáveis de Carreira ao longo do bipartidarismo (expressa pelo maior indicador de frequência).....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM – Análise de Correspondência múltipla
Arena - Aliança Renovadora Nacional
DE - Deputado Estadual
DF - Deputado Federal
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MTR - Movimento Trabalhista Renovador
PCB - Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PDC - Partido Democrata Cristão
PDT - Partido Democrático dos Trabalhadores
PFL - Partido da Frente Liberal
PL - Partido Libertador
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN - Partido da Mobilização Nacional
PP - Partido Progressista
PPR - Partido Progressista Reformador
PPS - Partido Popular Socialista
PPS - Partido Popular Socialista
PR - Partido Republicano
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PRP - Partido de Representação Popular
PRP - Partido Republicano Progressista
PRS - Partido da Renovação Social
PRT - Partido Republicano Trabalhista
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSP - Partido Social Progressista
PST - Partido Social Trabalhista

PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

PV - Partido Verde

SPSS - *Software Statistical Package for the Social Sciences*

UDN - União Democrática Nacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS: A <i>POLÍTICA COMO</i> <i>PROFISSÃO</i>.....	22
2.1 A FORMAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL.....	23
2.2 O QUE SIGNIFICA SER UM PROFISSIONAL DA POLÍTICA?	26
2.3 A CARREIRA POLÍTICA.....	33
2.4 AGENDA DE PESQUISA: PERSPECTIVA DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA.....	38
2.5 FECHAMENTO DO CAPÍTULO.....	41
3 IMPACTOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO AMBIENTE PARLAMENTAR (1964-1985)	42
3.1 A ATIVIDADE POLÍTICA ENTRE AS BRECHAS DO AUTORITARISMO.....	43
3.2 O AMBIENTE LEGISLATIVO COMO UMA OPÇÃO FACTÍVEL A SOBREVIVÊNCIA DO POLÍTICO.....	52
3.3 FECHAMENTO DO CAPÍTULO.....	53
4 DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	54
4.1 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	55
4.2 VARIÁVEIS E QUADRO DE INDICADORES EMPÍRICOS.....	59
4.3 FONTES	69
5 OS DEPUTADOS FEDERAIS NA DITADURA: DADOS DE PERFIL SOCIOLOGICO E CARREIRA POLÍTICA.....	72
5.1 INDICADOR DE GÊNERO: UM RETRATO DA DISPARIDADE REPRESENTATIVA.....	72
5.2 O CONGRESSO DE HOMENS BRANCOS.....	74
5.3 DE 40 Á 50 ANOS: A IDADE DO CARGO LEGISLATIVO NO BIPARTIDARISMO.....	76
5.4 O ALTO GRAU DE ESCOLARIDADE QUE CONFIRMA A REGRA.....	79

5.5 ORIGEM SÓCIO-OCUPACIONAL: ADVOGADOS, ENGENHEIROS E MÉDICOS.....	82
5.6 CARGOS, MANDATOS, FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E VÍNCULOS: O CAMINHO DA POLÍTICA.....	86
5.7 FECHAMENTO DO CAPÍTULO.....	92
6 OS PERFIS DO POLÍTICO PROFISSIONAL (1967-1982)	94
6.1 O ALTO GRAU DE INFLUÊNCIA DA CARREIRA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS CONGRUENTES.....	94
6.2 OS QUATRO PERFIS DE DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS NA DITADURA.....	102
6.3 TESTE DE HIPÓTESE.....	112
6.4 FECHAMENTO DO CAPÍTULO.....	114
7 CONCLUSÃO.....	115
REFERÊNCIAS	118

1 INTRODUÇÃO

Esta é uma investigação sobre elites políticas no Brasil, que voltar-se-á para o interior das organizações partidárias a fim de estudar aqueles que movem as engrenagens da política. Para tal, o objetivo será analisar os sujeitos que alçaram a posição de Deputado Federal durante o período de ditadura civil-militar no Brasil, através das legendas criadas em 1965, Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Concentrando-se sobre aqueles que, em meio a um cenário de tensão e incertezas quanto à continuidade e à manutenção da carreira, forneceram um importante canal para a construção e reconstrução de relações entre o regime e a sociedade civil, e que, portanto, fornecem subsídios relevantes quanto à situação e composição das atividades políticas durante a ditadura.

A última experiência autoritária (1965-1985) é um tema bastante recorrente na Ciência Política que, de início, recorreu a classificações e modelos explicativos para entender aquela realidade específica. Inclusive, foi a partir das lentes dos politólogos que o período começou a conquistar espaço entre as pesquisas acadêmicas, estabelecendo uma linha de estudos que se tornou preponderante durante as primeiras aproximações com o tema². Essa primeira fase de estudos foi marcada pela necessidade de responder questões-chaves para o funcionamento institucional, afinal, o golpe civil-militar de 1964 desestabilizou a vida política e social no país, fato que se refletiu também nas universidades e nos centros de pesquisa, estimulando a reflexão por parte dos pesquisadores do momento histórico em que se encontravam. Dentre as principais preocupações, prevaleciam questionamentos sobre a singularidade do caso brasileiro, a necessidade de um modelo explicativo que desse conta dos regimes latino-americanos e a organização e situação dos militares que tomaram o poder em 1964³.

As interrogações introduzidas a partir da década de 70 ainda pairam sobre a temática, todavia, com o desenvolvimento do campo investigativo, juntamente da crescente disponibilidade de fontes e metodologias para a análise política, foi possível a incorporação e valorização de outros objetos e argumentos que garantiram um significativo avanço sobre o que se sabe em relação às legendas partidárias Arena e MDB, ao poder executivo, ao papel da

² Fomentando uma expressiva bibliografia, os pesquisadores germinaram uma leitura fortemente influenciada pela vertente norte-americana da Ciência Política, que acabou deslocando a análise para as instituições e os aspectos estruturais (FICO, 2004). Por este ângulo, Figueiredo (1993) destaca que neste momento identifica-se dois tipos de correntes explicativas (estruturais e intencionais), que são definidas pela valorização dos aspectos econômicos ou pela valorização dos aspectos políticos e institucionais, produzindo ambos, trabalhos largamente referenciados, como as publicações de O'Donnell (1972, 1985), Cardoso (1973), W. G. dos Santos (1979), Dreifuss (1981), Schwartzman (1982), Figueiredo (1993) e Sallun (1996).

³ Cf. Fico (2004).

oposição armada, aos aparelhos repressivos do estado, à espionagem e à transição para um regime democrático⁴.

Conquanto, por mais próspero que tenha sido o desenvolvimento da análise dos anos de ditadura no campo disciplinar da Ciência Política, ainda existem caminhos a serem explorados e lugares desconhecidos que podem permitir alumbrar tópicos para além dos cânones já definidos. Como ponderam Carvalho (2008) e Costa e Codato (2013), no que concerne aos estudos sobre perfil político e social da elite parlamentar, são poucos os pesquisadores que se aventuram a investigar as características do pessoal político, sobretudo, no que se referem aqueles que foram atuantes durante os governos militares.

A importância desse tipo de estudo atribui-se não só à relevância acadêmica — para a compreensão e identificação dos critérios de seleção, recrutamento e escolha daqueles que possuem uma posição privilegiada no processo interno de organização e produção legal da instituição parlamentar, em âmbito nacional — como também à relevância política; considerando que saber mais sobre os indivíduos que possuem a importante tarefa de representar e dar voz às demandas sociais é estar atento à qualidade e ao grau de representatividade dentro do processo de tomada de decisão. Apontar frequências, continuidades, desigualdades e tendências é também uma forma de comunicar e alertar a sociedade dos possíveis problemas ou padrões que tomam conta do processo de formação do quadro de políticos profissionais atuantes no país.

A lacuna investigativa aqui exposta, juntamente dos motivadores políticos e sociais, mobiliza a presente dissertação a embrenhar-se sob o recôndito da política durante a ditadura civil-militar e, também, fornece subsídios para a elaboração do problema de pesquisa aqui introduzido: *analisando a carreira política e o background social dos parlamentares que atuaram durante o bipartidarismo (1967-1982) é possível identificar perfis de políticos profissionais?*

A delimitação analítica assenta-se sobre os estudos de perfil biográfico dos Deputados Federais que fazem parte da temática de profissionalização política. Utilizando como referência os trabalhos de Santos (1999), Marengo dos Santos (2000) e Carvalho (2008) que dispõem de proximidades metodológicas e perspectivas plurais para este segmento de investigação. Os trabalhos desses autores são de grande valia no que se refere ao entendimento da continuidade

⁴ Destacando os trabalhos de Vianna Filho (1975), Mello (1979), Lamounier (1980; 1989; 1990 e 1991), Diniz (1982), Dreifuss e Dulci (1983), Moreira Alves (1984), Alves (1984), Alfred Stepan (1986), Lamounier e Meneguello (1986), Gorenberg (1987), Kinzo (1988), Sá Motta (1996), Fico (2001), Lira Neto (2004) e Velazco e Martins (2008).

e da manutenção da carreira e da dinâmica política durante o bipartidarismo. Indicando o resultado das interferências ditatoriais sobre os representantes (SANTOS, 1999), os padrões de recrutamento e traços de renovação do quadro legislativo (SANTOS 2000) e, sobretudo, o bipartidarismo como um espaço que permitiu a construção e gerenciamento de importantes relações e socialização, garantindo um ambiente no qual era possível à política profissional (CARVALHO, 2008)⁵.

Ao mobilizar esse referencial, torna-se factível a conceitualização da profissionalização política e a análise e interpretação dessa elite de representantes (no que tange sua perpetuação, movimentos, atuação e escolhas) em um cenário atípico à democracia representativa, dada a singularidade do caso brasileiro — que viveu um regime ditatorial com resquícios representativos entre 1964-1985.

Em vista disso, os indivíduos insertos na política através da posição de Deputado (a) Federal compreendem a unidade de análise⁶. Estes são entendidos como políticos e políticas profissionais, de acordo com a definição de Alcântara (2016) como alguém que chega a um cargo público através de um processo eletivo, relacionado às legendas partidárias, que possui uma dose de vocação que o leva a escolher esse tipo de atividade e recebe remuneração por essas funções, de forma que garanta a sua dedicação de tempo integral ou parcial.

Ao considerar os e as Deputados (as) Federais como o medidor da investigação reputa-se a relevância que estes refletem sobre a conjuntura política autoritária, porque puderam compartilhar de um espaço privilegiado com oportunidades e estruturas compatíveis com a manutenção da carreira, revelando inclusive, amostras sobre as principais características do pessoal político do Brasil, além de outros dados relevantes da vida política (RODRIGUES, 2009).

Definido o caminho, o principal objetivo deste trabalho será analisar o repertório biográfico dos indivíduos que ocuparam a posição de Deputado (a) Federal, como titular ou suplente, nas legislaturas de 1966 (43º legislatura), 1970 (44º legislatura), 1974 (45º legislatura) e 1978 (46º legislatura). Para essa tarefa serão mensurados 22 indicadores empíricos, que relacionam dados de carreira (idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulados, filiação partidária, número de mandatos como Deputado (a) Federal e vínculos

⁵ Também há trabalhos como de Di Martino (2009) e Massia (2013) que se distanciam no que se refere ao universo analisado, no entanto, contribuem para pensar a estrutura e a abordagem necessária no tema, apontando para utilização de dados de carreira e informações biográficas, privilegiando a análise de perfil.

⁶ Refletindo a necessidade e a possibilidade de observar o ator pela posição e função que ocupa, destacando como elemento essencial de interpretação as pessoas e seus caminhos para a profissão política. Reforçando a concepção de Hall e Taylor (2003), de que assim como as instituições, os atores políticos também se constituem como um campo relevante de análise, até porque sem eles não há política.

associativos) e *background* social (nome, idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, região e estado). Ao todo são 1.703 casos, que se repetiam ou não, de acordo com a reeleição de algum parlamentar, além dos casos em que foram cassados.

Como rotas de investigação, serão consideradas as seguintes questões: quem eram os e as profissionais da política durante o período autoritário? Quais suas características profissionais? Quanto tempo de suas vidas haviam dedicado à política? Quais os atributos sociais desses atores? As características biográficas seguiram inalteradas ao longo do regime? Eram semelhantes se comparados aqueles que se filiaram pela Arena ou pelo MDB?

Quanto à metodologia, utilizar-se-á uma abordagem quantitativa, priorizando um conjunto de técnicas e ferramentas estatísticas para a manipulação de casos e indicadores empíricos, como análise descritiva (para a exploração e organização inicial dos achados, apontando frequência, porcentagens através de tabelas simples e gráficos de setores), análise de correspondência múltipla (para a visualização gráfica de similaridades e diferenças entre as variáveis mensuradas) e análise de conglomerado (para identificação dos perfis de políticos profissionais). A programação do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) dará o auxílio operacional para esta empreitada, na construção e leitura do banco de dados.

No que tange a hipótese a ser testada, essa assenta-se nas circunstâncias históricas particulares que se desenvolveram ao longo do bipartidarismo e no carácter polissêmico da profissionalização que atinge de forma direta o modo como o político constrói e articula sua carreira (MASSIMO, 2018). Deste modo, a hipótese a ser testada se desdobra em duas partes: 1) Arena e MDB possuíam perfis distintos de deputados (a) federais em relação aos recursos políticos adquiridos na carreira (variáveis de cargos até, cargo e idade inicial); 2) e tais perfis (social e político) sofreram alterações ao longo da vigência do bipartidarismo. Isto é, espera-se que ao longo das quatro legislaturas o perfil de políticos profissionais demonstre mudanças expressivas nas variáveis de carreira política e dados sociológicos (idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulados, número de mandatos como Deputado (a) Federal e vínculos associativos), assim como apresente diferenças quando relacionado a filiação partidária e a carreira política. Apontando para um perfil distinto entre arenistas e emedebistas ao longo do bipartidarismo.

A suposição de que o ambiente institucional influi sobre quem são as pessoas que chegam à política, não é um dado novo na academia. Os pesquisadores alemães Borchert e Zeiss (2003) ao analisar o tema a partir de dados empíricos de diferentes países, concluíram que não existe um padrão comum de desenvolvimento da política profissional. As

singularidades sociais e culturais, o ambiente institucional ao qual a classe política emerge e a influência que os indivíduos exercem sobre as instituições revelam o quanto uma realidade determinada pode influenciar em quem são as pessoas que chegam à política, nos padrões nacionais de formação do quadro público e no modo como buscam estruturar suas carreiras e trajetórias.

Quando há rupturas de ordem autoritária como ocorreu no Brasil de 1964, os alicerces do jogo político são abalados causando a erosão de uma situação já constituída, atingindo de forma direta o modo como os sujeitos passam a lidar com as novas regras, expondo uma relação entre as propriedades estruturais de uma realidade política específica (1964-1979) e o curso de ação perseguido por aqueles que se relacionam de modo profissional com a política.

Deste modo, entende-se que o constrangimento proporcionado pelo ambiente em que estavam inseridos os indivíduos associados à política profissional, através do cargo de Deputado Federal pelos partidos Arena e MDB, devem apresentar mudanças no percurso bipartidário, considerando as seguidas intervenções dos militares nas ferramentas e nos recursos necessários para chegar à política profissional. Pois assim como aponta Santos (1999), uma das principais metas dos governos militares foi a substituição da antiga geração por uma nova, mais voltada aos problemas operacionais e menos ideológica, como também na substituição gradual por indivíduos com origem sócio ocupacionais mais técnicas.

Quanto à diferença entre os partidos Arena e MDB, referencia-se as posições distintas que os arenistas e emedebistas possuíam em relação à acessibilidade aos recursos de manutenção da carreira política. A ameaça permanente de cassação dos mandatos, a perseguição política aos contrários ao regime e o próprio fato de existirem um partido de apoio e outro de oposição a um governo ditatorial foram alguns dos fatores que colocaram a filiação partidária como um importante componente de sobrevivência política.

Embora os militares tenham afastado os políticos dos centros de decisão durante a longa permanência no Executivo, ainda se mantinha a necessidade de assegurar uma base política coesa

enquanto “formadora” de uma classe política identificada com o regime e forte o suficiente para dar-lhe o apoio necessário para garantir em todos os níveis (federal, estadual e municipal) o controle sobre o processo de tomada de decisões e o apoio dos governos estaduais e municipais às políticas implementadas pelo poder executivo nacional (MADEIRA, 2002. p. 43).

E para isso a Arena funcionava muito bem, garantindo ao governo apoio civil, enquanto as manobras dos militares facilitavam a ascensão, obtenção e manutenção da carreira aos Arenistas; o que não foi o caso para aqueles que escolheram se filiar ao MDB (SÁ MOTTA,

1996). Assim, compreende-se que essas diferenças, relacionadas a filiação partidária, podem ter afetado aqueles que chegaram a política profissional. Demonstrando um distanciamento de perfil entre arenistas e emedebistas, no que se refere aos recursos políticos adquiridos ao longo da carreira política.

Por fim, cabe destacar que aqui será utilizada a denominação de ditadura civil-militar para o período de vai de 1964 até 1985⁷. Por mais que seja um consenso que o golpe de 1964 foi orquestrado pelos militares com apoio civil, muitos pesquisadores ainda debatem sobre o papel e a relevância de cada um nesse processo, com isso, existem diferentes nomenclaturas que suscitam discordâncias sobre o lugar dos militares e da sociedade civil na história. Outros termos como ditadura militar (NAPOLITANO, 2014; PETIT, 2016), ditadura empresarial-militar (DREIFUSS, 1981; FONTES, 2014) ou até mesmo ditadura político-militar (MARTINS FILHO, 1997) também aparecem com frequência na literatura sobre o tema. Por tanto, ao mobilizar a compreensão do golpe como civil-militar será no sentido de que os civis tiveram um papel essencial em 1964, como agentes históricos que apoiaram e solidificaram o movimento que era delineado e liderado pelos militares.

O primeiro capítulo intitulado: *Um estudo de perfil social e carreira política dos Deputados Federais: a política como profissão*, discutirá a temática ao qual essa pesquisa está vinculada. Discorrendo sobre o desenvolvimento histórico da política como campo profissional (condições e fatores de impacto); os referenciais teóricos para a leitura do indivíduo quanto especialista; a carreira política e as particularidades do caso brasileiro. Por fim, avaliar e observar como essa temática chega no quadro de produção da Ciência Política brasileira, ressaltando os principais tópicos, abordagens e metodologias que fornecessem, de diferentes formas, subsídios para elaboração de uma investigação que pretende observar o representante político em um ambiente adverso a democracia.

No segundo capítulo, sob o título: *Impactos da ditadura civil-militar na política (1964-1985)* tratará da abordagem histórica. Delineando as principais mudanças que afetaram diretamente o quadro político. Os atos institucionais, a reordenação partidária, as cassações, a formação da Arena e do MDB e a maneira como o período foi sentido pelos políticos, serão discutidos. Para este capítulo em específico, serão manuseadas fontes para além da literatura já produzida sobre o tema, como charges e entrevistas.

⁷ Há também aqueles que qualificam o termo ditadura civil-militar como o período que vai de 1964 a 1979, porque entendem, assim como Daniel Aarão Reis Filho (2014), que a partir de 79 já não havia mais ditadura.

O capítulo metodológico, nomeado: *Definições da abordagem metodológica* valorizará os procedimentos operacionais da pesquisa. Os caminhos traçados através da abordagem metodológica, o tipo de análise empregue, a descrição dos indicadores empíricos, o quadro de variáveis e categorias, os programas mobilizados e as fontes para a coleta de dados, são os principais objetivos e argumentos dessas páginas.

Os dois últimos capítulos: *os Deputados Federais na ditadura: dados de perfil sociológico e carreira política*, seguido de *Os perfis de políticos profissionais (1967-1982)* referem-se aos achados e resultados de pesquisa. Serão divididos de forma que, primeiro será analisado os dados de modo descritivo, elencando porcentagens e proporções, e por seguinte, o emprego da análise por correspondência múltipla e análise de conglomerado, apresentando os principais achados: os quatro perfis de políticos profissionais, que se diferenciam pelas variáveis de carreira política e se aproximam pelos recursos sociológicos.

Por fim, a conclusão que aponta para a existência de quatro perfis de políticos profissionais atuantes durante o período bipartidário, que se diferenciavam principalmente pelas variáveis de carreira política. Os dados sociológicos não representaram grande contribuição na identificação dos perfis, sendo maioria de homens, brancos, com média de idade entre 40-50 anos e com alto gradual de escolaridade.

Não foram encontradas diferenças relacionadas a legislaturas e filiação partidária, o que refuta a hipótese lançada por essa investigação, de que haveria diferenças entre os perfis de arenistas e emedebistas, e que haveria alterações (nos recursos políticos e sociológicos) ao longo dos 14 anos de bipartidarismo.

2 UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS FEDERAIS: A *POLÍTICA COMO PROFISSÃO*

No Brasil, a posição de Deputado Federal possui uma longa trajetória, que acumula transformações e mutações no processo de formação e amadurecimento institucional do país. Partiu do rei D. João VI a primeira convocação de eleições para o cargo no ano de 1821, com a finalidade de escolher indivíduos para representar “o Reino do Brasil nas Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, convocadas em Lisboa”⁸. Ao todo foram eleitos 97 homens, de diferentes províncias, que deram início à história de atuação dos deputados no país.

De lá para cá, novas atribuições e espaços fizeram com que esse personagem passasse a ser cada vez mais responsável pelo aprimoramento das ferramentas institucionais e do cumprimento do interesse público. São eles, como diz a própria constituição, os representantes “do povo na Câmara dos Deputados e no Congresso Nacional” (SOARES, 2011. p. 246).

Delimitado como um cargo temporário com mandatos de quatro anos, que ainda está sujeito às eleições e à vulnerabilidade da vontade eleitoral, ser um Deputado Federal possui implicações inerentes ao campo político, com atividades próprias e específicas que exigem o aprimoramento de seus atuantes. Independentemente da bagagem do indivíduo ou do tipo de trajetória percorrida, ao chegar à cadeira legislativa novas atribuições e tarefas passarão a fazer parte da vida do representante, que terá nos próximos anos a garantia de um espaço de socialização e aquisição de *know-how* nas tarefas políticas.

Dessa forma, entende-se que aqueles que chegam à posição de Deputado Federal — sendo debutante ou acumulando vivência no percurso de atuação política — associam-se à categoria de político profissional, tal qual conceitualizada por Alcântara (2016). Tema que será debatido neste primeiro capítulo.

Apesar de indicar um importante ponto de referência na discussão acerca da profissionalização, os elementos mensurados para qualificar aquilo que se entende como político profissional variam muito na literatura das Ciências Sociais, evidenciando “fenômenos bastante diferentes e só parcialmente substituíveis” (MICHON; OLLION, 2018. p. 4, tradução nossa).

⁸ CÂMARA DOS DEPUTADOS. A História da câmara dos Deputados. Brasília. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia>>. Acesso em: dez. de 2018.

Em muitos casos, o termo fica esvaziado de sentido em meio a diferentes argumentos, como se o próprio conjunto de palavras fossem auto-explicativos ou até mesmo universais. O tempo de dedicação à carreira, o fato de receber remuneração financeira, a atribuição de qualidades e habilidades específicas ou até mesmo o fato de dedicar-se a uma determinada ocupação são os argumentos mais comuns apontados como indicadores de profissionalização, onde “significativamente, o termo profissional *de*; teve uma fortuna inegável, uma vez que as pesquisas que mencionam este termo agora são legião” (MICHON; OLLION, 2018. p. 2, tradução nossa).

O grande ponto de convergência se dá no entendimento da política como um espaço possível a especialização e “que tende a ter algum conjunto ou conjuntos de valores que são amplamente realizados e que definem bem, o que significa ser um ‘profissional’ dentro desse campo” (GORDON, 1970. p. 865, tradução nossa).

Nesse sentido, o principal objetivo deste capítulo é demonstrar, a partir da literatura produzida sobre o tema, quais são as referências centrais para um estudo sobre as pessoas na política profissional. Extraíndo dessas publicações os principais argumentos, abordagens e elementos investigativos que auxiliam na análise do parlamentar relacionado ao ambiente autoritário, através de dados sociais e de carreira.

2.1 A FORMAÇÃO DO CAMPO PROFISSIONAL

“Com maior ou menor êxito, em todos os países do globo, nota-se o aparecimento de uma nova espécie de “políticos profissionais”. Trata-se no caso, de uma categoria nova, que permite definir o segundo sentido dessa expressão” (WEBER, 1967. p. 62).

A profissionalização da atividade política é um fenômeno recente (séculos XIX-XX) característico das sociedades modernas, mas a figura do político, daquele que faz a política e move a dinâmica de poder, está presente na sociedade desde a antiguidade. O tempo atribuiu novas funções, percepções e símbolos particulares a uma dada conjuntura que foram moldando este homem político. Diferentes sociedades que se desenvolveram no decurso da história gestaram uma espécie de indivíduo político que se adequava às necessidades de uma realidade social específica, operando como um componente relevante na dinâmica de poder.

Assim, enquanto que para os gregos contemporâneos de Aristóteles os *polítikos* eram aqueles que se dedicavam à administração e ao governo da pólis, onde a arte da política não seria um ofício para todos, mas sim exclusivo a uma parcela da sociedade, na França do século

XVI, no alvorecer do absolutismo, ser um *politique* significava ocupar funções juristas tendo em vista a defesa da unidade do estado (SCHMIDT, 1963; CABEZAS; BARRAGÁN, 2014).

Hoje o significado de ser político e exercer uma atividade voltada a essa posição é encarado de forma mais abrangente refletindo a complexificação das estruturas e das funções sociais. E para uma definição que reflita a realidade corrente, político é todo aquele que se dedica, se ocupa, se entrega ou se envolve com a política. Que exerce, intervém e articula de maneira consciente, tomando decisões envolvendo a transformação ou a manutenção da realidade social que afetam a vida de outras pessoas (ALCÂNTARA, 2016).

Todavia, mesmo presente na sociedade desde a antiguidade, foi só no alvorecer dos séculos XIX e XX com o advento e consolidação da democracia representativa, que mudanças relevantes no campo político e social impulsionaram a edificação de um universo profissional voltado para aqueles que desejavam exercer a política, tornando essa atividade sua profissão. Esse cenário refletiu na composição de um ambiente que passou a ter aquilo que Borchert e Zeiss (2003) classificam como condições necessárias para a profissionalização política:

1. Uma fonte confiável de renda suficiente para tornar a carreira política atraente em comparação às outras opções;
2. Um ambiente atrativo e favorável para conquistas políticas;
3. Chances reais de estruturação e continuidade da carreira de modo que mantenha a ambição pela atividade;

A política moderna forjou-se em um sistema que garantia a incorporação de novos valores, ideias e percepções da política e do político. O crescimento do Estado, o aperfeiçoamento da administração pública (que aumentava a demanda de cargos), o fortalecimento dos partidos políticos, a extensão do direito ao voto, da atividade partidária e do processo eleitoral forçaram o aprimoramento contínuo do sistema representativo que progressivamente relegou aos profissionais da política os processos de tomada de decisão⁹.

Mas até chegar a uma situação favorável a essa profissionalização, aqueles que desempenhavam as atividades e ocupavam os centros de decisão eram os príncipes que

⁹ Nesse sentido, cabe destacar que aqui os aspectos políticos e sociais que oportunizaram o desenvolvimento da política como profissão não são tomados como fatores e condicionantes lineares. Segundo Schwartzman (2007) durante muito tempo predominou na Ciência Política a ideia de desenvolvimento político tal qual o desenvolvimento econômico (que se dá a partir de estágios de crescimento contínuo). Esta perspectiva pode causar confusão no entendimento da institucionalização dos mecanismos políticos modernos. Assim, salienta-se que os fatores fazem parte de um processo e são desenvolvidos e oportunizados em momentos e condições simultâneas ou até mesmo distintas.

contavam com o apoio de um grupo de “políticos amadores”, constituído pelos indivíduos pertencentes a um círculo de notáveis¹⁰. Essa forma de recrutamento plutocrático privilegiava aqueles que gozavam de uma situação financeira cômoda, formação educacional e uma reputação que garantia a esses desempenhar atividades sem garantia de retorno financeiro. Os notáveis não viviam exclusivamente para a política e muitas vezes executavam as tarefas de forma voluntária, tendo que recorrer a outros ofícios para a manutenção de seu status social (PHELIPPEAU, 2001).

Solicitados como conselheiros privados, articuladores e guias políticos dos suseranos, os notáveis em razão do caráter acumulativo da escala de prestígio eram tidos como os representantes genuínos dos governantes. E para aqueles que as finanças não garantiam vantagens, raramente sobravam espaços para a atividade política, assim, para alguém da classe trabalhadora ser um político e participar ativamente da política precisaria ultrapassar diversos fatores impeditivos característicos das estruturas políticas e sociais anteriores ao século XX (PHELIPPEAU, 2001; GAXIE, 2001; ALCÂNTARA, 2016).

Ao passo que se tornou viável viver da política no sentido econômico, recebendo dessa atividade rendimentos para a manutenção do status social, a entrada na política converteu-se em uma opção factível para aqueles que não tinham ligação com os notáveis e que se dedicavam à política em nome de projetos e campanhas¹¹. O político profissional também surge da necessidade e da possibilidade de agentes de diferentes estratos sociais adentrarem na competição política. Por não disporem de trunfos pessoais e materiais compatíveis com os possuídos pelos notáveis (para ser convertido em recursos eleitorais) “esses indivíduos só podiam vencer se profissionalizassem ainda mais a condução e organização de suas campanhas” (PHELIPPEAU, 2001, p. 207). Aos poucos, jornalistas, advogados e comerciantes, que não dispunham de grandes riquezas, influências locais ou benefícios hereditários vão adentrando na política, com motivações diversas.

Cabe destacar, que até o sufrágio universal prevalecia o voto censitário, baseado nos padrões econômicos que alcançava uma minoria da população. Com uma base eleitoral circunscrita a relevância dos partidos políticos era comprometida, uma vez que, o ambiente não exigia o desenvolvimento de organizações partidárias fortes para disputar as preferências dos

¹⁰ Para Phélippeu (2001) apesar de importantes estudiosos se dedicarem a entender e explicar o fenômeno da profissionalização política, muitos acabam por interpretar de maneira errônea o aparecimento de um profissional da política, quando entendem que isto ocorreu de maneira evolutiva, introduzindo um novo tipo de profissionais que substituiria e faria oposição aos grandes notáveis no final do século XIX.

¹¹ Na França, por exemplo, os primeiros salários dedicados a sustentação financeira de um político foram introduzidos em 1848. Com 15 mil francos (FRF) os parlamentares recebiam em média o mesmo valor que os funcionários públicos e esse valor seguiu inalterado até 1909.

poucos eleitores. Com a extensão do voto (primeiro para os homens, e mais tarde para as mulheres) ascenderam “vários partidos políticos que representavam os interesses dos grupos de baixo estatuto comercial e econômico, sobretudo os trabalhadores manuais assalariados da indústria e do comércio” (FREIRE, 1998. p. 29). E com isso a base de recrutamento foi ampliada.

De acordo com Michels (2002) os partidos políticos também tiveram um papel significativo conforme o desenvolvimento da organização partidária, que exigia cada vez mais de seus filiados, requisitando mais tempo de dedicação. Dessa forma, se dividir entre a política e outra atividade profissional já não era suficiente e a dedicação provisória teve que dar lugar à dedicação permanente. O autor aponta também que o profissional se tornou cada vez mais importante à medida que as massas são incapazes de governar, o que justifica prática e moralmente a necessidade de especialistas nos assuntos públicos.

Já os autores Venâncio (2016) e Alcântara (2016) salientam o papel da divisão social do trabalho no século XIX como um importante fator no processo de solidificação de um campo profissional, que através de sua complexificação trouxe o aprofundamento do conhecimento e das técnicas específicas para o exercício de diferentes ocupações, incluindo também a política.

2.2 O QUE SIGNIFICA SER UM PROFISSIONAL DA POLÍTICA?

“Na profissão da política, como em outras profissões, raramente existe um conjunto de padrões e valores que prevalecem em todos os lugares em todos os momentos” (BLACK, 1970. p. 285, tradução nossa).

O que se qualifica como político profissional? Alguém que ocupa uma determinada posição? Que exerce a política como um trabalho? Que recebe remuneração? Que se dedica integralmente? Ou que acumula uma longa experiência? E como podemos estudar esses sujeitos?

Na tentativa de responder essas questões, a partir do contato com a realidade política das pessoas que desempenham atividade essencial no cenário democrático, o politólogo espanhol Manuel Alcântara (2016) apresenta uma discussão que relaciona a literatura clássica da Ciência Política com trabalhos sobre a realidade latino-americana, auxiliando na reflexão sobre “um coletivo de pessoas que certamente não é pequeno, mas aumenta, e cuja importância disparou durante o último século” (ALCÂNTARA, 2016. p. 13).

Tendo como prioridade a dimensão humana do poder, o autor concentra-se sobre os sujeitos, tendo neles o elemento principal de sua análise. Para isso, prioriza a investigação do

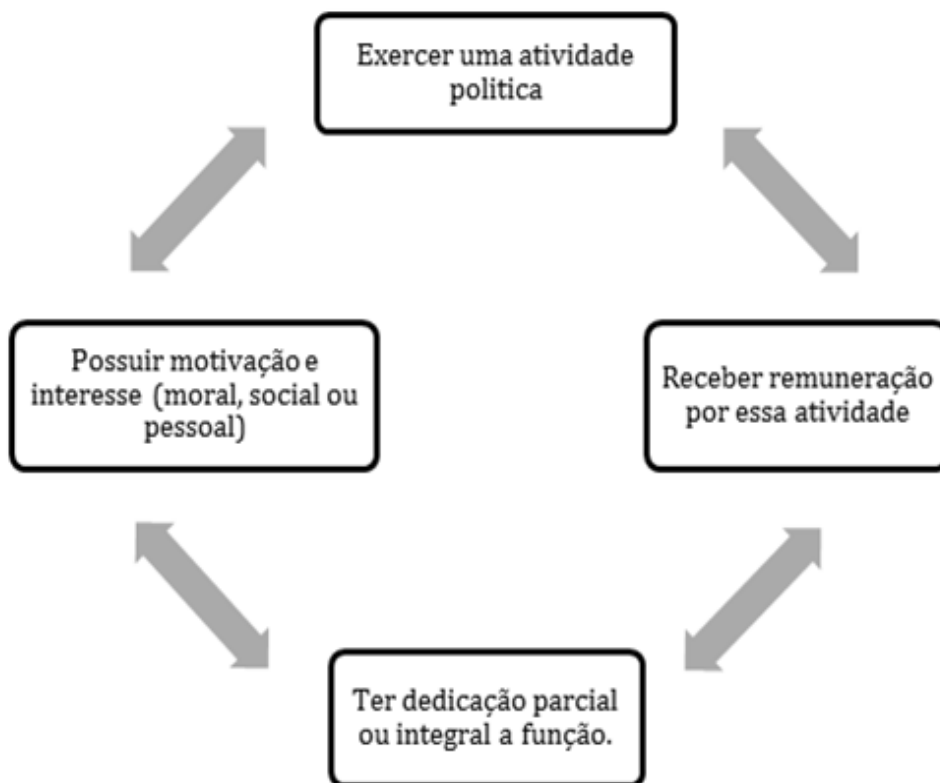
início, meio e fim da carreira pública por meio de indicadores como: atividades desempenhadas durante a trajetória, influência familiar na escalada política, posicionamento ideológico, filiação partidária e religião. Essas variáveis auxiliam na classificação do político profissional em dezoito perfis, distinguidos pelas características e atribuições pessoais, demonstrando a grande diversidade de pessoas que atuam na política e indicando que “as ações dos políticos podem ser descritas, enumeradas, classificadas, comparadas e, finalmente, suas consequências podem ser analisadas” (ALCÂNTARA, 2016, p. 90).

A forma específica de interpretação proposta pelo autor aproxima-se, também, aos estudos que optam por mensurar a forma como os sujeitos se dedicam a especialização, suas origens, as posições sociais e o lugar que eles ocupam na política, trazendo conclusões acerca do retrato desses que estão ou se relacionam diretamente com o centro de poder.

O político é entendido, inicialmente, como aquele que possui acesso à política através de cargos eletivos, indicações para funções de confiança na administração do estado ou órgãos dependentes, cargos de assessoria no interior dos partidos ou organizações políticas representantes de todos os tipos “e por último, aqueles que, havendo estado em uma das três situações descritas anteriormente, continuam a fazer um efeito sombra por seu prestígio pretérito” (ALCÂNTARA, 2016, p. 95). Desses, os profissionais se distinguem pela forma de dedicação e relação com a atividade política, sendo descritos pelo autor como sujeitos que ocupam uma posição “graças a um processo seletivo ou por designação por parte de outros que foram eleitos ou que trabalham em órgãos públicos, como partidos ou outros semelhantes” (Idem, p. 22) e que possui uma motivação a querer exercer a política “com a intenção de que sua ação seja transformadora ou defensora do status quo” (Ibidem, p. 22).

São assim definidos a partir de quatro fatores condicionantes que são amplamente realizados e ajudam a edificar de forma objetiva o que significa ser esse tipo de profissional, como demonstra o Gráfico 1:

Gráfico 1: Variáveis para definição de político profissional



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Alcântara, 2016.

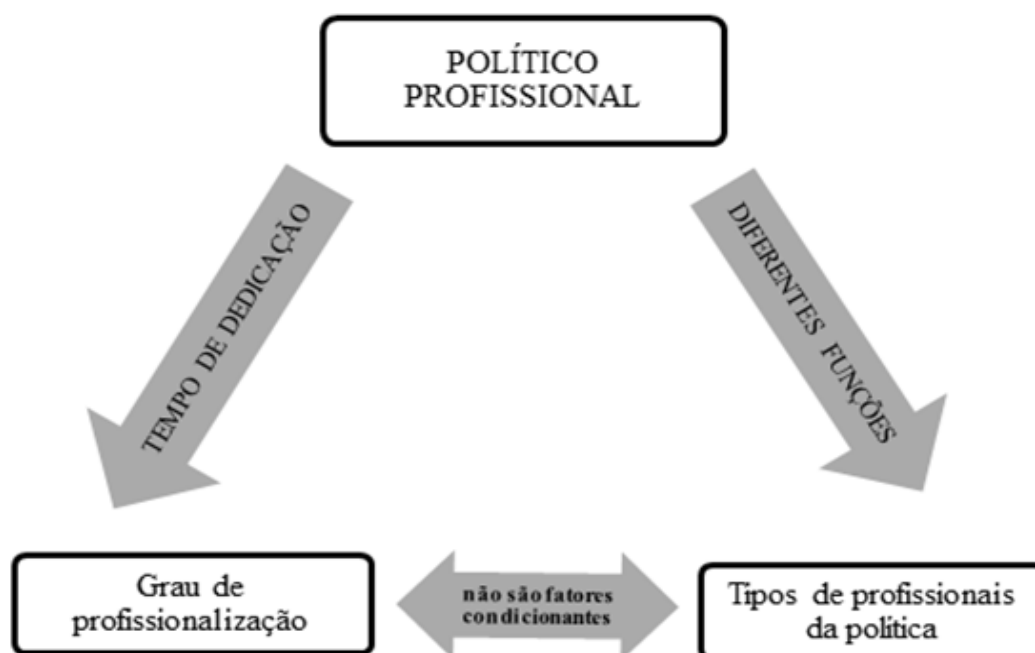
A compensação financeira é um incentivo para qualquer tipo de carreira, do médico ao professor e no caso do político ela também representa um importante canal de manutenção das atividades. Inclui não só o salário (relativo à posição), mas os benefícios a longo prazo que influenciam no planejamento da carreira política e contribuem para as chances de progresso de um cargo para outro. Esse indicador se relaciona diretamente com o modo de dedicação que o sujeito investe à medida que pode contar com os benefícios para a sustentação de sua renda. Assim, os quatro elementos elencados pelo Gráfico 1, estão estritamente relacionados e compreendem a ação, apontando para a existência de uma categoria heterogênea com funções e tarefas plurais que são acumuladas ou fazem parte dos caminhos de formação e manutenção do ofício (dentro ou fora das organizações partidárias). Sendo o parlamentar eleito somente um dos tipos, onde o ponto essencial de observação se coloca sobre a trajetória de atuação.

No entanto, importa também salientar que ser um político profissional não é o resultado da soma de anos de trabalho na política, algo comumente confundido por parte dos trabalhos dedicados ao tema, que buscam na contagem de mandatos uma solução para definir a profissionalização (BLACK, 1970; MICHON; OLLION, 2018). Se restringirmos a definição para o critério de anos na política, muitos daqueles que ocupam importantes posições na política profissional não seriam entendidos como especialistas, como o caso dos Deputados

Federais eleitos, sem trajetória prévia ou o caso dos outsiders. A terminologia outsider é muito utilizada entre os acadêmicos, políticos e a opinião pública para identificar as pessoas que não são iniciados na política (que não possuem experiência prévia em partidos ou instituições), mas que ocupam posições na política (ANDRÉS, 2016).

Em outra via, como é o caso da definição proposta por Alcântara, o político profissional está relacionado à posição e à função que ocupa, dentro dos critérios estabelecidos no Gráfico 1. O Gráfico 2 apresenta de forma mais objetiva como o tempo de dedicação e as funções se relacionam com o político profissional:

Gráfico 2: Relações entre tempo de dedicação e diferentes funções na política profissional



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de Alcântara, 2016.

O modo como Alcântara entende e qualifica os políticos profissionais e estrutura diferentes formas e perfis de pessoas que atuam na política — a partir de condicionantes sociais, temporais e espaciais — tende a aproximar interpretações de diferentes campos disciplinares, como é o caso da Sociologia Política e Ciência Política. A temática da profissionalização, desde seu pontapé inicial na academia conjuga pressupostos que aproximam as duas disciplinas que possuem proximidades metodológicas, investigativas e analíticas (DUBROW; KOLSYNSKA, 2012).

Considerado por muitos pesquisadores como uma ponte entre a Sociologia e Ciência Política, a Sociologia Política fornece grandes contribuições para o estudo da temática. A partir das conclusões de Weber inaugurou-se um método de investigação abrangente que se aplica a diferentes ramos do conhecimento social, tornando possível observar a sociedade através de leis e fatores metodológicos tipificados, valorizando o retorno ao passado (análise dos fatores historicamente dados) e a investigação dos eventos culturais de forma singular (QUINTANEIRO et al, 2003). Os pressupostos de Weber podem ser encontrados na base de diferentes pesquisas que hoje se embrenham sobre a temática da profissionalização política e observam padrões de carreiras e perfis¹². Como maior exemplo disso, o livro *Ciência e Política: duas vocações* (1967).

Publicado em 1919 na Alemanha, a obra *Ciência e Política: duas vocações* é composta de dois ensaios, Ciência como vocação e política como vocação, resultantes de conferências proferidas por Weber ao longo de 1918. A obra é escrita em um momento bastante delicado na história Alemã, que acabava de sair da Primeira Guerra Mundial e enfrentava um período de intensificação de guerras civis enquanto transitava ao modelo de República Parlamentarista, com maior incorporação do político e das funções parlamentares. E, assim como os outros escritores dessa época, Weber produz em meio à “transformação política, que vê a distribuição de compensação para aqueles que ocupam cargos eletivos, principalmente os parlamentares” (MICHON; OLLION, 2018. p. 7, tradução nossa).

O político profissional observado pelo sociólogo também está relacionado a esse ambiente, sendo conceituado no início do século XX como aquele que se ocupa dos assuntos ligados às instituições, recebendo dessa atividade algum tipo de compensação, seja financeira ou simbólica, categorizados entre os que *vivem da* ou *para a política*. Os que vivem da política são aqueles que concentram suas ações somente na atividade política, retirando dela sua fonte de renda. Por outro lado, os que vivem para a política não se dedicam a esse exercício de maneira integral, dividindo o tempo de atuação com outra atividade que lhe auxilie financeiramente.

Embora Weber não se detenha em mensurar as funções desse profissional, como foi feito mais tarde por pesquisas que apresentam diferentes classificações e tipologias, o autor apresenta argumentos que relacionam as motivações que levam um indivíduo a política, já que

¹² Quando os politólogos passaram a interessar-se pelo tema foram os teóricos das elites que contribuíram diretamente para a reflexão, lançando “grandes postulados que seriam tomados como hipóteses básicas de um programa de pesquisas dedicado à sua confirmação” (CODATO; COSTA, 2012. p. 3). Robert Michels, Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto são os teóricos clássicos que demonstraram de diferentes formas a existência de um grupo que se mantinha no poder e tomava a frente nas decisões políticas.

entende que o surgimento deste está relacionado diretamente à ambição que os frutos da proximidade com o poder poderiam prover. Porque antes de qualquer coisa, para o autor, a ambição política é sinônimo de poder, onde a “consciência de influir sobre os outros seres humanos, o sentimento de participar do poder e, sobretudo, a consciência de figurar entre os que detêm nas mãos elemento importante da história” (WEBER, 1967. p. 105) são decisivos para mobilizar os indivíduos a transformar a ocupação política em uma profissão.

E aqueles relacionados aos partidos políticos, como é o caso analisado por Alcântara, são vistos por Weber, naquele momento, como sujeitos interessados na participação e nos benefícios do poder, que possuem o objetivo de garantir uma candidatura ou garantir o acesso para seus “protegidos” em cargos públicos. Referindo-se a:

um número relativamente restrito de homens interessados pela vida política e desejosos de participar do poder que aliciam seguidores, apresentam-se como candidatos ou apresentam a candidatura de protegidos seus, reúnem os meios financeiros necessários e se põem a caça de sufrágios (WEBER, 1967. p. 84).

Neste sentido, Weber relaciona poder (motivação), posição institucional (cargo ocupado) e rendimento (financeiro pelo trabalho) como variáveis próprias da profissão política, o que segundo Panebianco (2009) não descreve a realidade e a complexidade da atividade política, dado que essa categoria relaciona diferentes tipos de profissionais com uma grande variabilidade em relação ao número de recursos, estilos e grau de especialização.

Contudo, por mais que o profissional político de hoje careça de definições que reflitam a complexificação do cenário representativo — como apontado seguidamente por autores como Sabl (2002)¹³, Panebianco (2009)¹⁴ e Alcântara (2016) — as conclusões de Weber continuam a servir como o pontapé inicial, porque aquilo que o sociólogo observou na Alemanha de seu tempo continuou se espalhando e tomando forma em diferentes países, tendo um importante

¹³ Andrew Sabl (2002) em *Ruling Passions: Political Offices and democratic Ethics*, organizou o seu trabalho a partir da distinção entre a natureza de atuação e a diversificação da ação política, definindo três categorias que vão além da política institucional. São eles i) *o político eleito*, que representa e se relaciona com a base eleitoral através de fama e prestígio ii) *o articulador*, que não possui vínculo formal com organizações, mas atua mediante a retórica e apoio comunitário buscando melhorias sociais, e por fim o iii) *o organizador*, que é aquele “que o poder e a legitimidade assentam-se nos números e baseiam sua estratégia na maneira em que as pessoas agem na maior parte do tempo e durante longos períodos e não no comportamento nobre ou excepcional” (ALCANTARA, 2016, p. 93). O interessante nesta perspectiva de Sabl é a incorporação de atores políticos que ultrapassam os limites institucionais, envolvendo aqueles que estão mais próximo dos movimentos sociais e da comunidade, indicando um profissional que vai além das fronteiras dos cargos eletivos.

¹⁴ Panebianco (2009) relacionou todos aqueles que estão de alguma forma vinculados a uma organização partidária, entendendo que “em geral, é possível afirmar que a direção dos partidos - nos diferentes níveis - é composta por uma pluralidade de tipos e figuras profissionais” (PANEBIANCO, 2009, p. 458).

espaço no cenário democrático, refletindo-se na produção acadêmica (BORCHERT; ZEISS, 2003; ALCANTARA, 2016).

Ademais, para além dos trabalhos que refletem e auxiliam na discussão para definir, classificar e tipificar os que trabalham na política, as demais referências no assunto se concentram em explorar o caráter histórico e formativo do fenômeno, demonstrando que somados aos quatro fatores (do Gráfico 1) ainda existem mais indicadores que estão relacionados ao ambiente externo e ao caráter polissêmico da profissionalização.

Dentre esses, as principais publicações são do francês Michel Offerlé (1999)¹⁵ e dos alemães Jens Borchert e Jürgen Zeiss (2003) que demonstram, de diferentes formas, que a formação e os caminhos que o sujeito escolhe para chegar à política são extremamente vulneráveis ao cenário que o cerca.

As interfaces que afetam a formação do político profissional geram propriedades singulares que variam de acordo com o sistema político, como também dentro de um mesmo sistema ao longo do tempo, afetando o ingresso e a manutenção da carreira, fazendo com que

dependendo das estruturas institucionais do sistema político, os políticos participam na acumulação horizontal e / ou vertical de experiência. Horizontalmente, eles combinam mandatos legislativos com funções do partido no mesmo nível - ou com posições executivas onde isso não é impedido por regras de incompatibilidade. Verticalmente, posições no nível nacional, regional e local são realizadas simultaneamente (BORCHERT; ZEISS; 2018. p. 17, tradução nossa).

Deste modo, concentrando-se na especificidade e ação do tempo, nas variáveis sociológicas e dos processos coletivos (LÉVÊQUE, 1996), alarga-se a possibilidade de compreensão das heterogeneidades de formação e composição do quadro político profissional de uma determinada realidade, dado toda a sua complexidade.

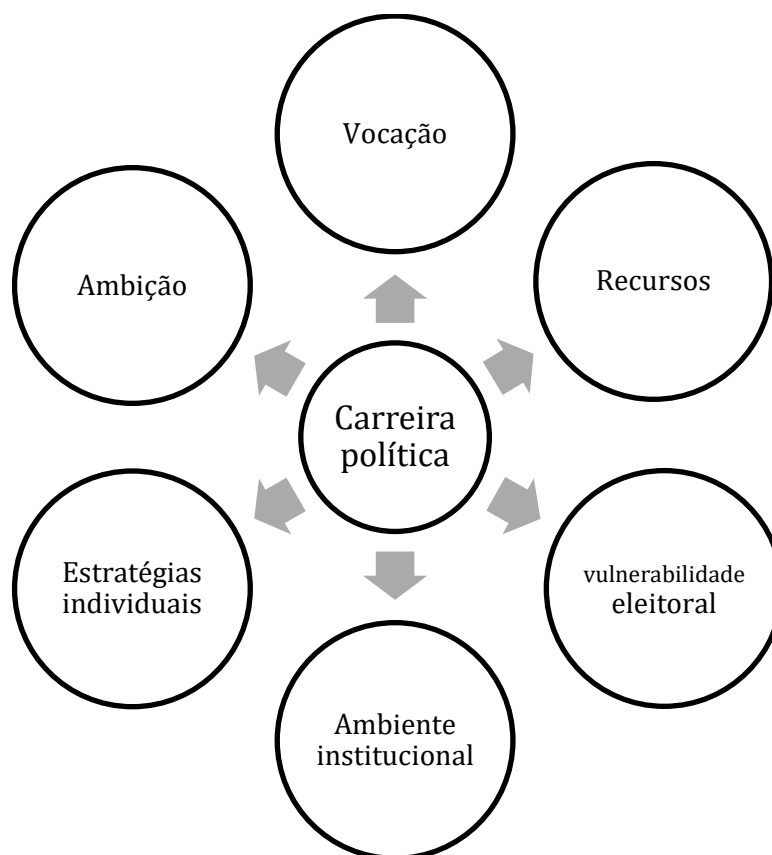
2.3 CARREIRA POLÍTICA

A carreira é um dos principais medidores e condicionantes da profissionalização da atividade política. Através das escolhas, dos caminhos e das experiências acumuladas ela pode

¹⁵ Os franceses possuem uma extensa bibliografia que aponta a interpretações da profissionalização como processo histórico, variável social e processo coletivo (LÉVÊQUE, 1996). Mas a obra que mais se consolidou foi *Le profession politique XIX- XX siècles* organizada por Michel Offerlé e publicada em 1999, que ainda não conta com tradução para outras línguas, mas que figura entre as obras mais citadas. A publicação foi resultado de um ciclo de palestras da *Association française de science politique* (França) que reuniu diferentes pesquisadores em abril de 1996 com a proposta de discutir a profissionalização da atividade política e toda sua complexidade. Sua contribuição assenta-se no caráter formativo do político, com abordagem descritiva e utilizando indicadores de posição social (PROCHASSON, 2002).

tomar formas variadas, visto que é um processo que congrega fatores de cunhos individuais, coletivos e estruturais, associando ao mesmo tempo a ambição, vocação (tal como proferida por Weber) e as especificidades do jogo político e institucional.

Gráfico 3: Variáveis que influenciam na carreira política



Fonte: Elaborado pela autora.

Todas as variáveis podem se relacionar de modo específico, assim como também, podem representar um quadro de escolhas coletivas, que apresentam frequências e tendências de repetição e continuidade, construídas sob efeito de modelos institucionais ou contextos históricos específicos.

Por mais complexo que possa parecer, a carreira pode ser entendida, inicialmente, de forma bem simples, tal como sugere Alcântara (2016): com começo, desenvolvimento e conclusão. A largada é dada com o momento de ingresso, com o primeiro mandato e o contato inicial (aqui estamos avaliando a carreira e seus pressupostos institucionais, que valorizam os cargos eletivos, mas isso não significa que a iniciação tem que ser exatamente dessa forma, diferentes interpretações podem ser vistas em Sabl, 2002). Seguindo, há o movimento entre um cargo e outro, uma conquista de mandato ou uma derrota eleitoral, negociações, indicações,

preferências e tempo de investimento. E por fim, o momento de saída do espaço político, quando são encerradas as atividades.

Cada um desses processos possui uma forma e múltiplas características que relacionam todos os fatores apontados no Gráfico 3: uma dose de vocação, escolhas individuais (ambiçã, estratégicas e recursos sociais e políticos) e os componentes intrínsecos ao ambiente de disputas eleitorais. Para exemplificar esse processo, Alcântara (2016) criou um modelo de análise de carreira política para elite latino-americana, que sugestiona três momentos, de acordo com tendências gerais:

Quadro 1: Início, desenvolvimento e fim da carreira política

Início da carreira	Desenvolvimento da carreira	Fim da carreira
Uso de recursos originais (Político, técnico, popular, familiar, econômico).	Uso de estratégias de capitalização (Fidelidade partidária, rearranjo partidário, independência).	Rentabilidade de capitalização política (Retorno ao trabalho anterior, novo trabalho, aposentadoria, trabalho relacionado à política ou transferência para terceiros).
Mecanismo de entrada: partidário ou não partidário.	Mecanismo de sobrevivência: eleitoral, nomeação e alternância.	Mecanismo de saída: derrota eleitoral, perda de confiança. Retirada voluntária.

Fonte: Alcântara, 2016, p. 146-148.

Em cada momento, os tipos de recursos e objetivos são alternados, tendo em vista a sobrevivência na política, considerando que os indivíduos, ao longo de sua vida, possuem “uma bagagem relativamente ampla de ativos pessoais na forma de atributos e qualidades que se entrelaçam com aspectos institucionais do sistema político” (ALCÂNTARA, 2016, p. 145).

Relativo ao caso brasileiro¹⁶, a literatura há muito já vem discutindo sobre a existência de padrões, modelos e estruturas que retratem a carreira política nacional. Se debruçando sobre questões como: quais são os fatores que interferem de maneira direta na estrutura de carreira da elite política no Brasil? Como se dá o processo de recrutamento e seleção desses indivíduos?

¹⁶ “De modo geral, portanto, é possível afirmar que as principais pesquisas sobre carreira política no âmbito da Ciência Política brasileira se dedicam a discussões muito focadas nos partidos políticos ou no sistema de partidos e sua interação com os limites institucionais de suas ações” (MARQUES et all, 2012. p. 3).

Qual o padrão de entrada na política? Com quantos anos se chega a um cargo eletivo? Quais são os aspectos considerados na escolha de concorrer a um cargo e não outro? Qual o peso de cada cargo para a carreira? Qual o papel da ambição na forma como são estruturadas as carreiras?

Para Miguel (2003) não há uma estrutura de carreira hierarquizada, que sobreponha escolhas e defina roteiros, uma vez que existem diferentes fatores que estão sendo relacionados nesse “jogo”. A contar as escolhas particulares que podem estabelecer uma estratégia atípica, tendo como alvo o sucesso eleitoral. O mandato eletivo em si, está sujeito à opinião pública, assim como a carreira está condicionada a fatores de filiação partidária, formação, recrutamento, região e conjuntura ao qual se inserem. Como o autor destaca:

Além disso, no Brasil como em outros países, a maleabilidade própria da carreira política e a incerteza característica das disputas eleitorais permitem “saltos” de patamar. Mudanças inesperadas no clima de opinião propiciam avanços rápidos de atores vinculados a perspectivas antes minoritárias e, por vezes, premiam outsiders que disputam posições consideradas inatingíveis e, por isso, rejeitadas por políticos mais experientes. (MIGUEL, 2003. p. 117)

No caso da ditadura civil-militar, as seguidas modificações e entraves trazidos pelos atos institucionais e pela ameaça sempre constante que rodeavam o cenário político, fizeram com que aqueles dedicados a política traçassem novas rotas e novas alternativas para sobreviver na carreira. Com alguns caminhos bloqueados pelas eleições indiretas e as cassações de mandatos, fontes alternativas “de capital político (a começar pelo trânsito junto à cúpula das forças armadas, durante o regime autoritário, e, depois dele, pela própria resistência ao autoritarismo)” (MIGUEL, 2003. p. 118) surgiram, delineando novas possibilidades de inserção e continuidade da carreira.

A maleabilidade observada por Miguel (2003), também converge com os achados de Leoni et al (2003). Tendo em vista a relevância das escolhas da carreira política e a incidência dessas escolhas sobre o funcionamento das instituições, Leoni empreendeu um trabalho sobre as estratégias que geram a sobrevivência dentro do campo político, considerando que a avaliação dos riscos e dos custos contidos nas decisões sobre a carreira são os determinantes das escolhas, contrariando a percepção de influência dos aspectos subjetivos da ambição. Em outras palavras:

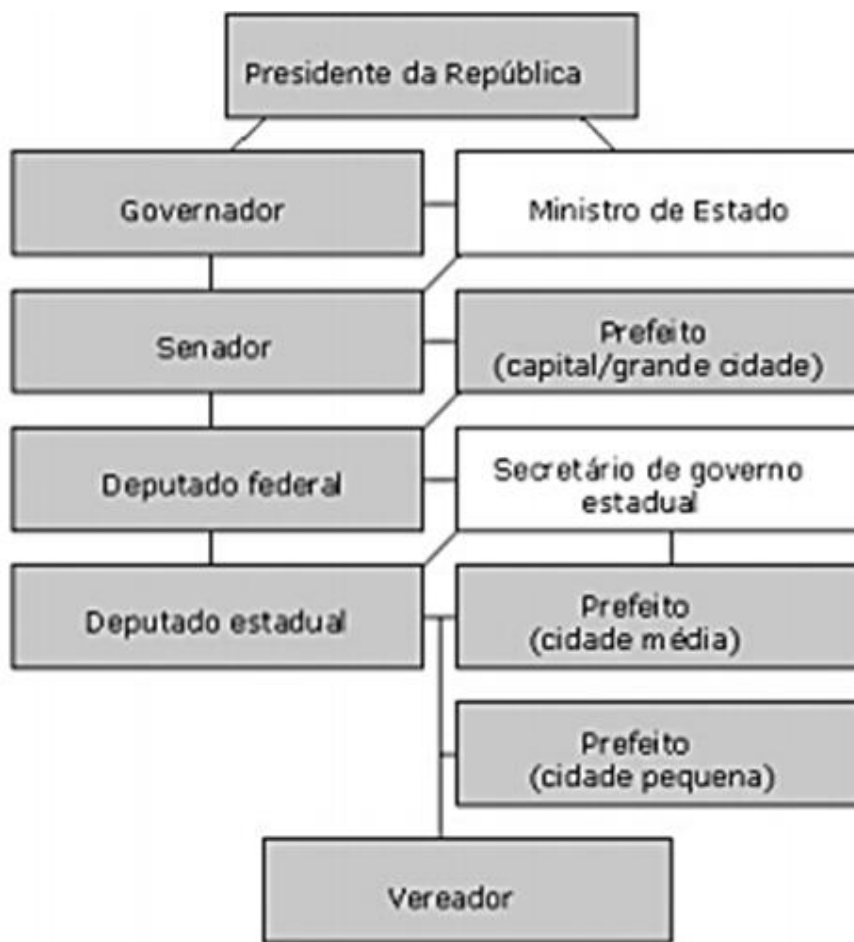
As escolhas de carreira do legislador não são orientadas apenas pelas compensações do cargo pretendido, tais como remuneração mais alta ou equipe maior, mas também pela viabilidade eleitoral dessa escolha. Isto é, a utilidade maior de ser eleito para esses cargos deve ser ponderada pela sua menor probabilidade de sucesso e levar em conta os diferentes custos embutidos em cada escolha (LEONI, et al, 2003. p. 46).

Com o argumento trazido pelo autor, soma-se a ambição e as estratégias pessoais, onde o indivíduo calcula até que ponto um caminho pode trazer mais benefícios que outro, em relação a sua permanência em atividade e visibilidade eleitoral. As chances de sucesso importam também nas escolhas, entre a tentativa de permanecer em um mesmo cargo ou concorrer a novos postos.

Um dos trabalhos de grande repercussão sobre esse assunto é o livro *Ambition and Politics*, publicado em 1966, por Joseph A. Schlesinger. Nessa obra o autor emprega uma análise sobre as características do quadro político atuante dos EUA, construindo uma tipologia de políticos profissionais baseadas em suas ambições. Dessa forma, Schlesinger classifica entre ambição estática (desejo de permanência e reeleição em um mesmo cargo) e ambição progressiva (continuar a escalada política visando cargos mais altos), o modo como os indivíduos levam suas carreiras.

Por outro lado, por mais que a ambição exerça um papel individual e que o ambiente gere particularidades nos critérios de formação e construção da carreira, pode-se observar uma base comum no Brasil, sobrepondo cargos e indicando preferências de caminhos e meios preteridos pelos candidatos.

Figura 1: Estrutura de carreira política no Brasil proposta por Miguel (2003)



Fonte: MIGUEL, 2003. p. 117

No ponto de partida o cargo de Vereador ganha destaque, garantindo visibilidade, mas representando uma posição de menor prestígio. Atualmente essa posição recebe remuneração que assegura ao político viver da política, seus benefícios são condicionados a cada região podendo variar de acordo com cada município. No entanto, nem sempre foi assim, durante o período de ditadura civil-militar, em alguns municípios, a posição de vereador não era remunerada e isso restringia o acesso por aqueles que não poderiam abdicar de tempo e dividir-se entre uma função remunerada e o cargo público.

Após garantir o ingresso como Vereador, segundo a proposta de Miguel (2003), o político vislumbra a disputa de Deputado Estadual e Prefeito Municipal, por se tratarem de posições de projeção nacional. Após a disputa ao cargo de Deputado Federal (que pode ser descrita como um ponto importante da carreira, abrindo espaço para socialização entre as elites políticas de todos os cantos do país) a escalada segue até o maior cargo dentro da hierarquia. Assim, os candidatos à Presidência da República, em grande parte dos casos, já acumularam outras funções como Senador, Governador, Ministro de estado e as demais posições descritas na Figura 1.

2.4 AGENDA DE PESQUISA: PERSPECTIVA DA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

“Formalizado por Weber e seus contemporâneos, a questão da profissão política se tornará uma questão canônica da ciência política, mas o interesse que ela encontra varia” (MICHON; OLLION, 2018. p. 8, tradução nossa).

No desenvolvimento do campo disciplinar da Ciência Política formou-se uma longa linhagem de pesquisas dedicadas ao estudo das elites dirigentes, reunindo múltiplas perspectivas e abordagens, que se debruçam sobre o processo de formação, ingresso, mobilidade e duração das carreiras políticas (SANTOS et al, 2013). Essas investigações seguem, em maior número, com o desenvolvimento da democracia representativa que perpetua a indispensabilidade de conhecer as pessoas que possuem o importante papel de representar e dar voz às demandas sociais.

Ao passo, a profissionalização política vem rendendo importantes reflexões aos politólogos, contribuindo na ampliação dos horizontes investigativos. Mas no que se refere à forma e ao caminho para estudar esse fenômeno, há distintas interpretações e perspectivas, que podem ser classificadas em três tipos (COSTA; CODATO, 2012; VEIGA; PERISSINOTO, 2012):

1. *A formação e o lugar do político*: nessa linha, os trabalhos tendem a concentrar maior atenção nos processos de formação do político, identificando os percalços da trajetória, as formas de ingresso, os filtros de seleção e o recrutamento das elites políticas (em sua maioria, relacionado diretamente com os partidos). Dessa forma, inclinam-se a acompanhar o processo de formação e “construção” dos profissionais da política como resultado da própria estruturação e institucionalização do campo político (apontando diferenciação entre o profissional e o não profissional). Nesta perspectiva, não há preocupação direta com a questão da especialização, mas sim com aqueles que chegaram lá.
2. *Os impactos da profissionalização*: Detêm-se em investigar as singularidades da formação dos profissionais e os resultados desse fenômeno na democracia em geral. Considerando as atribuições dos atores e as relações entre a classe política e o centro de poder.

3. *Transformações a longo prazo*: nesta linha, cabem as investigações que se concentram em observar as mudanças do impacto político e social dentro de um longo recorte cronológico, observando nessa extensa temporalidade a mutabilidade e o caráter polissêmico do político profissional que está relacionado à ação externa.

Essas três formas de observação possuem traços distintos, porém, evidenciam trabalhos com proximidades metodológicas¹⁷ a partir da valorização dos aspectos relacionados a carreira, direcionando para o caráter institucional da política.

Quanto ao quadro de produção da Ciência Política Brasileira, percebe-se nos últimos anos um expressivo crescimento no número de publicações que contribuem para consolidar um campo de pesquisa que se torna cada vez mais evidente. Grande parte dos trabalhos concentra-se em explorar o período anterior ao golpe civil-militar de 1964 e posteriores a 1985, sendo excepcionais aqueles que se comprometem com análises de longa duração perpassando diferentes momentos históricos, como por exemplo, os trabalhos de Santos (1999), Marengo dos Santos (2000), Di Martino (2009) e Massia (2010); e mais raros ainda, os que se concentram no período autoritário de 1964-1985 como o caso de Carvalho (2008).

Com o objetivo de investigar as alterações na composição e na estruturação das elites políticas perpassando diferentes períodos históricos, Santos (1999) empreendeu uma investigação dos dados biográficos daqueles que em algum momento passaram pelo Congresso nacional entre 1946 e 1999. Neste trabalho o autor apresenta importantes conclusões acerca do processo de recrutamento e das mudanças do quadro político em relação a transição democrática, demonstrando que o período de ditadura civil-militar influenciou na composição parlamentar, no que se refere a capacidade de retenção da Câmara dos Deputados.

Já Carvalho (2008) procurou explorar o perfil sociológico dos parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado, tanto do MDB quanto da Arena. Tendo como objetivo identificar “as bases sociais do recrutamento partidário, relacionadas a aspectos ideológicos de cada legenda” (CARVALHO, 2008. p. 4), pressupondo que o golpe de 1964 e em consequência o bipartidarismo (1965) não significaram a interrupção das atividades políticas. Em seus achados, concluiu que as relações estabelecidas entre as elites políticas e o Estado autoritário tiveram

¹⁷ Veiga e Perissinoto (2012) ainda ressaltam mais uma característica que perpassa pelas produções conduzidas no Brasil, que se refere a forte presença de análises que reforçam o papel e a relação da profissionalização com os partidos políticos; partindo do pressuposto que são as organizações partidárias que garantem um ambiente favorável para o processo de especialização política e onde primeiro poderia se sentir os efeitos da sua presença ou mesmo de sua ausência.

papel crucial na sustentação e manutenção do regime, o que salienta o papel da participação civil na ditadura.

Ademais, fazendo uma incursão sobre as produções que analisam para além do período aqui estudado, algumas conclusões sobre o impacto da profissionalização já podem ser observadas, apontando que: a profissionalização política afeta nas chances de sucesso nas eleições de Deputado Federal (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2006), no modo como os políticos consideram os recursos partidários e os recursos pessoais no processo eleitoral (VEIGA; PERISSINOTO, 2012), na distribuição de recursos financeiros para a condução de campanhas (COSTA; CODATO, 2012) nas chances de um indivíduo alçar um cargo de governador (MASSIA, 2013) e no impacto sob diferentes configurações regionais (GRILL, 2008).

Em relação ao recrutamento, estudos já sugerem a consolidação de uma classe política que está cada vez mais socializada com os recursos, atividades e técnicas específicas ao campo político, como o trabalho de Rodrigues (2009; 2009) que considera a carreira e os meios de ascensão do político. Marengo dos Santos (2000) também corrobora nesta linha, mas diferente de Rodrigues, observa o comportamento das variáveis de seleção através de um recorte temporal bastante extenso (1946-1998), observando por fim, que “o recrutamento parlamentar na Câmara dos Deputados durante as 14 legislaturas entre 1946/98, apresenta evidências de um padrão de ingresso lateral à carreira legislativa” (SANTOS, 2000. p. 229). E a publicação recente de Massimo (2018), também dá conta do recrutamento dos políticos profissionais da primeira república de 1889 a 1930, demonstrando, entre outros achados, que o surgimento do político profissional pode também ser analisado desassociado ao sufrágio universal, entendendo por profissionalização o tempo gasto na política.

Outros fatores para além do processo de ascensão aos postos de poder, como impacto e a performance do profissional em diferentes cenários e cargos, já receberam atenção de pesquisadores que possuem uma maior aproximação com a abordagem sociológica, como Codato (2014; 2008) Venâncio (2016), Ferreira e Lemos (2016) e Seild (2008). A questão de gênero está entre os assuntos menos procurados, configurando uma grande lacuna investigativa, como aponta Araújo (2012):

É escassa a produção sobre perfis de parlamentares mulheres, seja separadamente ou em comparação com os homens. É possível afirmar que a exclusão das mulheres se observa, inclusive, nas escolhas de pesquisa em certo campo da ciência política (ARAÚJO, 2012, p. 1).

A abordagem metodológica da maioria dos trabalhos citados converge e privilegia o uso de indicadores de carreira dos políticos, relacionando informações como nome, idade, sexo, idade de ingresso na política, cargos, profissão, número de cargos, tempo de carreira e atividade partidária. Problematizando questões como: de onde vêm, quais suas características pessoais, sociais e profissionais, seu modo de socialização no meio político e o período de investimento da carreira.

As publicações e pesquisas desenvolvidas até o momento auxiliam a problematizar a profissionalização política no cenário brasileiro, desde a primeira república em 1889 até os dias de hoje. São muitos anos de história e muitos achados que apontam o quanto o tema é complexo e pode demonstrar resultados bastante explicativos da política nacional, mas que ainda possuem pontos e assuntos pouco (ou nunca) trabalhados como a questão de gênero, a representação de negros na política profissional, os impactos da profissionalização na política, os profissionais da ditadura e os políticos profissionais para além dos partidos políticos.

2.5 FECHAMENTO DO CAPÍTULO

Como demonstrado ao longo do capítulo, os diferentes processos e fatores históricos específicos de cada lugar, aos poucos solidificaram um espaço de oportunidade profissional para a política, garantindo o reconhecimento social e a profissionalização do ofício. Desta forma, se dedicar a essa atividade se tornou mais um campo, dentre os muitos, que abrigam funções e atribuições específicas e remuneração pelo tempo trabalhado.

Esse fenômeno é acompanhado de perto pela academia, que desde os postulados da Sociologia Política de Max Weber, vem sinalizando para a necessidade de pensar a profissionalização política e, principalmente, os profissionais que orientam e dão forma a essa categoria de especialistas.

Os políticos profissionais, embora sejam entendidos e descritos de formas plurais, dispõem de características basilares para a interpretação de sua posição no jogo político. Como homens e mulheres que exercem a política de forma profissional, baseadas em vocação, estratégias, recursos e ambição, e que desenvolvem funções específicas e atribuições próprias de um determinado campo profissional. Esses, também são marcados pelos diferentes caminhos e processos ao longo de sua carreira, marcados por fatores individuais, coletivos, internos e externos.

De acordo com a relevância desses atores para o funcionamento e a manutenção das instituições políticas, no Brasil, há um significativo aumento de pesquisas que colocam o

político profissional e suas características biográficas no centro de análise, indicando respostas, mas também suscitando mais questões em torno dessa categoria; como no caso dos políticos profissionais atuantes durante a ditadura.

Ademias, mesmo sendo relacionados diretamente com a democracia, os recursos conceituais apresentados nesse capítulo auxiliaram a delimitar os parlamentares que atuaram durante o bipartidarismo como políticos profissionais. Embora eles estivessem inseridos em um ambiente autoritário e ditatorial, suas funções e posições não deixaram de ser exercidas, por mais que estivessem cada vez mais afastados do processo de tomada de decisão.

3 IMPACTOS DA DITADURA CIVIL-MILITAR NO AMBIENTE PARLAMENTAR (1964-1985)

“Longe de ter permanecido sempre idêntico a si mesmo, o regime sofreu diversas transfigurações, ora regredindo na direção do Estado de exceção, ora progredindo na direção oposta” (CRUZ; MARTINS, 2008. p. 8).

Como já mencionado, o ambiente institucional no qual o político está inserido diz muito sobre como ele busca estruturar a sua carreira e também sobre quem chega à política profissional (BORCHERT; ZEISS, 2003). Assim, esse terceiro capítulo é um esforço de demonstrar o cenário no qual os parlamentares analisados estavam inseridos. Entende-se que estudar a política e aqueles que a fazem é também estar atento às especificidades temporais e casuísticas que dão forma, estabelecem a direção e resultam das interações de uma determinada época e um determinado lugar.

Deste modo, serão explorados as condições e os mecanismos autoritários postos em virtude do golpe civil-militar de 1964, que alteraram as regras do jogo em um espaço de tempo conturbado na história brasileira. Apontando para as principais alterações e movimentos contrários ao ambiente representativo.

3.1 A ATIVIDADE POLÍTICA ENTRE AS BRECHAS DO AUTORITARISMO

Próximos aos acontecimentos finais que culminaram no golpe civil-militar em abril de 1964, os jornais de grande circulação¹⁸ já apontavam para um cenário de expressivas mudanças no Brasil, enquanto no Congresso Nacional grande parte dos políticos gesticulavam em apoio aos militares. Não foram eventos inesperados, muito menos desorganizados que arrastaram o país para uma ditadura que se manteve por 21 anos (SÁ MOTTA, 2002) que mesmo incorporando e garantindo resquícios das ferramentas representativas ainda possuía, assim como classificam Cruz e Martins (2008), a “qualidade que Maquiavel punha acima de tudo: a capacidade de conservar o poder conquistado e ampliá-lo” (CRUZ; MARTINS, 2008. p. 8).

No decorrer dos governos militares foram decretados dezessete atos institucionais que oportunizaram a legalização da ação dos militares para elaboração de normas e regramentos a serem seguidos. Esses decretos além de fortalecer as prerrogativas do Executivo afetaram diretamente o andamento e a dinâmica da política nacional. Segundo Sá Motta (1996) a intenção dos militares não era a implementação de uma “pura e simples” ditadura, mas sim, promover uma depuração do quadro político e administrativo, e para isso, “algumas das atitudes do novo governo apontavam neste sentido, inclusive a manutenção em funcionamento do Congresso Nacional e dos partidos” (idem, p. 201-202).

Para a classe política o período significou um ambiente de insegurança e incerteza quanto à continuidade e a manutenção das atividades política, pois embora os militares reiterassem seguidamente a necessidade de permanência do político profissional, garantindo espaços para a sua sobrevivência, por outro lado, havia alguns nomes entre a cúpula do governo que discordavam quanto à presença e a funcionalidade desses sujeitos sobre as decisões. Em conversa com o general Vicente de Paulo Dale Coutinho em 1974, Ernesto Geisel deixa em evidência a ambiguidade do convívio entre os dois universos:

Na área política continuamos com a mesma droga. [...] Todos nós, de um modo geral, temos uma repulsa ao político, mas o político é necessário. Nós não podemos ter os políticos só para dar uma fantasia, quer dizer, não vamos ter o político para chegar no dia lá e votar no general Geisel ou votar no Médici. Não é? Ou chegar no dia tal e votar a lei que o governo quer. Quer dizer, isso tem que evoluir. (...) eu vou ver se consigo fazer um esforço para melhorar este país, tem que trabalhar nesse sentido. Não vou dar aos políticos o que eles querem, não vou, não vou me mancomunar com eles, mas vou viver com eles, eu tenho que viver com eles. Porque senão como é? Nós vamos, nós temos a outra alternativa, que é ir para uma ditadura. Então vamos fechar esse troço, vamos fechar o Congresso, vamos fechar tudo isso e vamos para uma ditadura, que é uma solução muito pior. Não é? Quer dizer, esse é um dos quadros em que a Revolução, no meu modo de ver as coisas, fracassou. (...) ora o sujeito vai conversar com os políticos, ora dar coice nos políticos, fecha o Congresso,

¹⁸Principais capas de jornais publicadas entre o final de março e o dia dois de abril de 1964. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>> acesso em 23/07/2018.

abre o Congresso, e vivemos nessa porcaria (GEISEL, 1974 *apud* GASPARI, 2003, p. 319-320)

Logo após o golpe, o primeiro decreto já concedida ao Comando Supremo da Revolução¹⁹ determinar a eleição de Presidente e Vice-presidente da República de forma indireta, através da maioria absoluta do Congresso Nacional. Também relegava aos Comandantes “suspender os direitos políticos pelo prazo de dez (10) anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, excluía a apreciação judicial”²⁰, que inaugurou uma lista de cem nomes entre desembargadores, juizes, militares, funcionários públicos e quarenta parlamentares.

A suspensão acarretava a destituição do cargo, a suspensão do direito ao voto nas eleições, à proibição de manifestação sobre assuntos políticos e a possibilidade de privação da liberdade e de frequentar determinados lugares. O jornal *Diário de Notícias* registra no dia seguinte as primeiras cassações, que em reunião com a cúpula militar os veículos de informação foram advertidos quanto à disseminação de informações sobre os expurgos, pois os militares advertiam para que nenhuma manifestação dos parlamentares cassados fosse parar nas páginas de jornais, tendo em vista a “normalização política no país”²¹.

Sucessivamente surgiram mais episódios de cassações onde mais de cem parlamentares foram afastados do Congresso; retirando do espaço político aqueles que não estavam de acordo com os limites demarcados pelo autoritarismo, que colocava de forma bem clara que os movimentos contrários não eram admitidos e os obstinados em discordar seriam sumariamente silenciados. Alguns, além de perder os direitos políticos por dez anos ainda foram processados com base na lei de Segurança Nacional - promulgada em 1935 a lei tinha como finalidade elaborar uma legislação específica aos crimes cometidos contra a segurança do estado e desde então esse conjunto de regras seguiu na constituição, sendo usada mais tarde pelos militares como um importante instrumento doutrinário da Escola Superior de Guerra²².

Referente aos primeiros episódios de expurgo Grinberg (2009) aponta que o espaço legislativo passou por momentos de grande turbulência, com tumultos, protestos, muitos gritos e lágrimas, tendo inclusive, a informação de que tiros foram disparados como reportou um

¹⁹ Logo após o golpe em 1964 formou-se o Comando Supremo da Revolução, que governou o país até a eleição indireta de Humberto de Alencar de Castelo Branco em 11 de abril do mesmo ano. O comando formou-se em torno de três nomes: O general do exército Artur Costa e Silva, o vice-almirante da marinha Augusto Rademaker e o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da aeronáutica.

²⁰ Publicação oficial do Ato institucional número um (AI-1), disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>, acesso em 17/06/2018.

²¹ Edição número 200, março de 1965.

²² Sobre esse assunto, ver mais em: Stepan, 1986.

deputado do extinto PTB que “teria disparado tiros nos corredores da câmara, durante discussão com o deputado Milton Dutra” (GRINBERG, 2009. p. 54) do PTB do Rio Grande do Sul. Por outro lado, haviam aqueles que defendiam esse tipo de medida, que era vista como uma maneira de garantir a “limpeza” do cenário político, como o caso do Deputado Federal da UDN Herbert Levy, que se posicionou a favor das listas de cassações.

A possibilidade de ter suprimido o seu mandato colocou os políticos em estado de alerta, a perda de mandato não só poderia representar o fim da carreira política como também a interrupção da atividade remunerada que para muitos representava sua fonte de trabalho e manutenção financeira. O fantasma da insegurança permeava a socialização afetando o modo como os indivíduos lidavam com a situação e se posicionavam no cenário político. Como lembra o ex-prefeito pelo MDB, Francisco Fernando Santana Pedroso em entrevista:

É que tu sentia alguma coisa né. Tu sentias que tu não podia falar muito abertamente sobre tudo. Falar do governo, deus o livre! Te prendiam né. Não digo prendiam, mas tu ficava avisado né, te chamavam, muitas vezes chamavam lá no quartel “tu falou lá do general tal? Não sei o que é tal?”²³

Com a intenção de aglutinar as forças políticas civis que garantiriam uma parte da estabilidade do governo no plano institucional em 15 de julho de 1965 mais de um ano após o golpe, o governo militar promulgou a nova lei orgânica de partidos políticos no Brasil (lei nº 4740). Segundo Madeira (2002) nesse período o governo não via com bons olhos o fortalecimento das forças oposicionistas que possuíam grande parte do poder em contraposição aos aliados do governo, que não possuíam uma força suficientemente numerosa para garantir “o respaldo necessário para aprovar as medidas apregoadas pelos militares, os mesmos optaram, então, por colocar um fim ao sistema partidário vigente” (MADEIRA, 2002. p. 37).

A nova legislação aumentava a cláusula de funcionamento dos partidos para 3% do eleitorado, conforme a última votação geral para o cargo de Deputado Federal. Esta estratégia, de acordo com Grinberg (2009), não tinha como finalidade eliminar por completo o sistema de disputa política, mas sim, a diminuição do número de legendas, que tornaria mais fácil para os militares a formação de uma base coesa de apoio civil com a incorporação da elite política. Com a nova legislação limitava-se o número de partidos, mas se mantinha a formação partidária existente, ainda que por um curto período.

²³ Entrevista cedida por Francisco Fernando Santana Pedroso, ao projeto de pesquisa construção de carreiras políticas em áreas de segurança nacional no RS (1965-1985): origem sócio ocupacional, vínculos pessoais e tradição política familiar, sob coordenação do professor Dr. Rafael Machado Madeira, para o programa de graduação da faculdade de Ciências Sociais, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Mas, como bem apontado pela literatura (MADEIRA, 2002; GRINBERG, 2009; SÁ MOTTA, 1996), essas alterações na configuração partidária não atenderam de forma precisa as necessidades do regime. Abrindo caminho para uma decisão mais radical que extinguiu as antigas legendas e determinava uma nova formação partidária, através do Ato Institucional número dois (AI-2)²⁴ assinado pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco em 27 de outubro de 1965.

Com o AI-2 cresceu-se o número de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), ficou determinado as eleições indiretas para o cargo de Presidente e Vice-presidente da República. Para além de garantir a intervenção federal nos estados e municípios e a institucionalização dos atos complementares, o AI-2 também concedeu ao presidente o direito de cassar mandatos políticos e suspender os direitos políticos de qualquer cidadão e perda da estabilidade de direitos para os funcionários público.

Apoiado das novas atribuições conferidas pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 é publicado o ato complementar número quatro (AC-4), que atribui ao congresso nacional (em número não inferior a 20 senadores e 120 deputados), dentro do prazo estipulado de 45 dias, a criação das novas agremiações. Além de garantir a criação de novos partidos, o AC4 também instituiu o mecanismo de sublegenda, que foi uma importante ferramenta para a sobrevivência dos novos partidos onde mais de um candidato por legenda poderia concorrer em cargos de eleição direta, o que facilitou a convivência no interior dos partidos que inicialmente foi marcada por conflitos e disputas.

No início de 1966, o Tribunal Superior Eleitoral atestou a existência das legendas: Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Aliança Renovadora Nacional (Arena), colocando de um lado, a oposição ao regime, e de outro, a base de apoio. Esta nova formação partidária posicionou em dois polos as lideranças e atores políticos provindos de diferentes partidos, com distintas ideias e propostas, mas que agora tinham de encontrar uma maneira de sobreviver “e isso foi aceito e percebido de diferentes maneiras nos estados, que agora tinham de lidar com uma nova situação política nacional” (BRINGHENTI, 2017. p. 10).

A ideia de dividir um mesmo espaço com remanescentes de partidos que até então eram de oposição não agradou a todos. Houveram manifestações contra a solução encontrada pelo regime, o senador Amaral Peixoto do PSD “por exemplo, declarou aos jornais considerar um erro do governo a formação de dois partidos, um situacionista e outro oposição, um verdadeiro

²⁴ Sobre os acontecimentos que a literatura considera como determinantes para essa situação, ver mais em: SÁ MOTTA, 1996, que retrata a vitória eleitoral da oposição em 1965 nos estados da Guanabara e de Minas Gerais e do amadurecimento de ideias dos militares de linha dura.

retrocesso de trinta anos” (GRINBERG, 2009. p. 63). Mesmo com protestos o bipartidarismo passou a ser uma realidade, cabendo aos políticos se filiar a uma nova legenda.

Arena e MDB foram legendas criadas de cima para baixo, obedecendo à pressão dos militares em acomodar a classe política em uma nova situação partidária, com isso, a distribuição dos sujeitos que eram filiados aos antigos partidos não se deu de forma homogênea, muitos remanescentes do PSD foram para Arena, assim como alguns Udenistas abrigaram-se na oposição, como demonstra a Tabela 1:

Tabela 1: Migração dos partidos extintos em 1965 para Arena e MDB na Câmara dos Deputados em 1966

Partido extinto	Arena	MDB	Total
UDN	86	9	95
PSD	78	43	121
PSP	18	2	20
PR	4	-	4
PL	3	-	3
PRP	5	-	5
PTB	38	78	116
PDC	13	6	19
PTN	8	4	12
PST	2	-	2
PRT	2	2	4
MTR	-	3	3
PSB	-	2	2
TOTAL	257	149	409

Fonte: KINZO, 1989, p. 32.

Com o objetivo de apoiar a “revolução” promovida pelos militares em alianças com a sociedade civil, a Arena foi formada por políticos provindos de distintos partidos, que viam nessa agremiação a possibilidade de estar mais próximo ao centro de poder. Dentre os partidos,

como apontando na Tabela 1, estão principalmente UDN e PSD que encabeçaram as negociações para a formação da legenda, pautada na ideia de permanência. Mesmo com as legendas extintas em 1965, udenistas e pessedistas acreditavam que o novo partido seria um espaço para perpetuar a “continuidade através do capital político dos nomes que o integravam” (GRINBERG, 2009. P. 31).

Entre os remanescentes das duas legendas que compuseram a maioria da Arena, estavam grande parte de políticos de longa trajetória, que acumulavam mandatos desde 1930, com nomes de “representação em seus estados, a maior parte eleita para diversos mandatos consecutivos entre 1946 e 1964 – tanto é que havia vários ex-governadores de estado, senadores, deputados federais e deputados estaduais” (GRINBERG, 2009. p. 76). Outros partidos menores como PSP, PRP, PL, PDC, PTN E PRT também compuseram a legenda, que contou com alguns dissidentes do PTB e demais partidos pequenos. Entre os fundadores do partido, mesclavam-se nomes do Congresso Nacional e militares como Eurico Gaspar Dutra e Antônio Fernandes Barbosa.

Por carregar um caráter governista, grande parte dos políticos foram atraídas para a base da Arena, “fato que significava a garantia do apoio governamental em eleições e uma certa tranquilidade em relação, por exemplo, a ameaça representada pelas cassações” (MADEIRA, 2012. p. 38)²⁵.

A Arena caracterizava não só um partido de aliança direta com o Executivo, mas também um importante canal entre a sociedade civil e o governo. Seus candidatos e candidatas representavam uma base “formadora” de políticos que se identificavam com as ideias do regime e que detinham força suficiente para levar adiante as propostas no Congresso e angariar o apoio necessário em âmbito municipal, estadual e federal (GRINBERG, 2009).

Já na formação do partido de oposição, o MDB, houve massiva presença de dissidentes do PTB e PSD, que encabeçavam as principais lideranças. Os partidos menores como PDC, MTR e PSB e poucos nomes da UND e um do PL (Paulo Brossard) deram forma à legenda. Por ser um partido que nasce de modo artificial, com o intuito de representar a oposição a um regime ditatorial o MDB teve dificuldades na sua formação e estruturação.

Essa dificuldade se dava pelo temor dos parlamentares em se posicionar de modo contrário aos interesses do governo, e assim ficar de fora do processo decisório e ter um grande alvo em suas costas para possíveis listas de cassações. No caso de qualquer discurso ou atitude

²⁵ De fato, grande parte dos cassados e perseguidos eram do partido de oposição, mas isso não livrou alguns arenistas de ter o seu mandato suprimido.

que pudesse ser vista como “afronta” pelos militares. Somado a esses fatores também foi um obstáculo para a estruturação do MDB as seguidas listas de cassações que atingiam principalmente o partido de oposição ao regime, que aos poucos perdia seus principais líderes e membros do diretório municipal, tendo que recorrer à seguida renovação dos seus quadros organizativos (KINZO, 1986). Sendo assim, os emedebistas acabavam sofrendo de forma mais violenta aos ataques, perseguições e cassações do que os arenistas.

Sendo taxado pela opinião pública como um partido que abrigava os contrários a “revolução” e a ordem nacional, a legenda seguiu com baixos números de votos em todas as eleições até 1974, quando teve uma grande ascensão nos números (SOARES et al., 2016). Outras questões como as desvantagens em relação à nomeação e indicação para cargos na administração municipal, estadual e federal afetaram diretamente na formação do emedebista, que tinham acesso limitado às oportunidades de especialização na carreira política.

Desta forma, estabelecido uma nova arena de disputas e competição, os cargos de Deputado Federal, Deputado Estadual, Senador e Vereador continuaram sendo preenchidos via eleitoral e de maneira direta, oportunizando a continuidade da carreira política em uma situação adversa ao mecanismo representativo, forçando uma sobreposição de interesses autoritários e democráticos.

Após a reestruturação partidária, novos mecanismos e mudanças forçaram adequação a um regime que intensificava cada vez mais seus mecanismos autoritários, como o caso do AI-5, de dezembro de 1968. Considerado pela literatura como um segundo golpe praticado pelos militares o decreto abriu caminho para um período de intensificação da tortura, da perseguição e do desaparecimento de centenas de civis, marcado por uma expressiva violação dos direitos humanos e da liberdade de expressão (SÁ MOTTA, 2013). O decreto também frustrava aqueles que outrora tinham apoiado o golpe de 1964 na “expectativa da retomada da via institucional, após as cassações dos trabalhistas, socialistas, comunistas, nacionalistas e liberais partidários das reformas (ROLLEMBERG, 2006, p. 1).

Figura 2: Impactos do AI-5 sobre o jogo político



Fonte: Charge de Orlando Mattos, publicada no Jornal Folha de São Paulo em 27/04/1969.

Com o AI-5 os partidos e a classe política sofreram um novo impacto, como retratado pela Charge de Orlando de Matos, que reforçou o cenário de instabilidade quanto a continuidade das funções políticas. As atividades do Congresso nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores ficaram suspensas de dezembro de 1968 até 17 de outubro de 1969, o que foi chamado por alguns políticos e jornalistas como “um estado de coma” do legislativo. Paralisando os parlamentares e reforçando, mais uma vez, a centralização política e administrativa no executivo.

Referente a essa paralisação, que não foi à primeira, o antigo líder da Arena Daniel Krieger se pronuncia, apontando para as dificuldades que ele e seus colegas parlamentares vivenciaram:

Com o recesso, que se prolongaria até a eleição de Médici, os parlamentares ficaram com seus vencimentos reduzidos a apenas a parte fixa que era de Cr \$ 3.000. Eu não sofri privações porque tinha recursos, embora perdesse parte deles naquela época. Fui obrigado a vender todo o gado de minhas fazendas e outros bens. O que ganhava não dava para sobreviver. (KRIEGER, 1977, PÁG. 111).

Junto desse recesso forçado ocorreram mais dois episódios de cassação de mandatos, o primeiro em dezembro de 1968 e o segundo em janeiro de 1969. Sendo ao todo 40 mandatos cassados entre Deputados Federais, suplentes de Deputado Federal e Senadores, como demonstra a charge de Guidacci, frente a esse cenário restava a dúvida, desistir ou continuar?

Para além das temidas listas que afastavam os opositores do centro de poder, outro campo de disputa também foi atingido pelas mudanças trazidas pelo momento autoritário, como a Lei Falcão de 1976. Com um regulamento que limitava o uso de propaganda política pelos partidos, a lei reduziu consideravelmente a divulgação eleitoral, tornando a disputa uma grande lista de nomes e currículos. Referente a essa nova imposição do governo, vários políticos do MDB se pronunciaram contra a medida, pois entendiam que ao reduzir o espaço de propaganda retirava-se o diálogo aberto com a população, que eram os principais interessados nesse processo.

Os principais pontos discutidos nessa seção auxiliam a demonstrar que a dedicação à atividade política ainda representava um plano viável, com espaços que garantiam acessos a cargos e a sociabilidade inerentes às funções representativas, mas que, estavam expostas a pressão exógena do modelo institucional autoritário. Esses fatores externos afetaram substantivamente a ação e a forma de pensar e agir dos sujeitos, que tinham a todo momento que medir a consequência de se colocar na disputa a um cargo, de discutir uma proposta, se posicionar a favor ou contra os militares, ou até mesmo escolher sua base de socialização entre a elite política para ter a segurança de continuidade e permanência nas suas atividades (esses fatores ainda somados com a imprevisibilidade eleitoral).

No entanto, mesmo oferecendo grandes obstáculos e barreiras na manutenção da carreira política, para muitos esses desafios não significaram “uma barreira intransponível. Antes, instituiu um novo cenário, marcado por sérias limitações, pela incerteza e repressão, mas no qual o jogo continuava” (CARVALHO, 2005, p. 2). E assim grande parte seguiu na vida pública, enquanto outros iniciavam suas atividades no sistema bipartidário; assim como “professores em universidades, médicos em hospitais, economistas em órgãos estatais e outros funcionários públicos, que se depararam com intervenções promovidas pelos governantes, mas seguiram em suas carreiras” (Ibidem, p. 17).

3.2 O AMBIENTE LEGISLATIVO COMO UMA OPÇÃO FACTÍVEL A SOBREVIVÊNCIA DO POLÍTICO

Na perspectiva de Santos (1999), para aqueles que tinham como objetivo a longevidade e manutenção da carreira política, o Congresso Nacional durante a ditadura não se converteu em uma escolha atrativa. Segundo o autor “os políticos são seres racionais que possuem entre seus objetivos primordiais o de influenciar o processo decisório” (Santos, 1999. p. 114),

portanto, ao inferir sobre os trabalhos legislativos os militares proporcionaram o “amesquinamento” de um cargo que antes fora mais sedutor.

Nessa perspectiva o autor relaciona a ambição e a vontade de poder dos indivíduos políticos para argumentar que no ambiente autoritário o Congresso Nacional não operou como um dos cargos mais atrativos, uma vez que os parlamentares estavam sendo, assim como os demais cargos eletivos, colocados de lado em relação ao centro e poder. No entanto, essa perspectiva desconsidera a própria necessidade de dar seguimento a carreira política. Para um jovem político, com pouca visibilidade ou para um mais experiente, com necessidade de lançar a carreira a nível nacional, não restavam muitas opções. A indicação de cargos como secretarias e prefeituras em área de segurança nacional (ASN) dependia mais da relação que cada político tinha com os militares, do que o currículo do político, ou seja, não eram todos que possuíam boas chances de sucesso. Nesse ponto de vista, a opção por cargos eletivos e principalmente o cargo de Deputado Federal, indicava a oportunidade de continuar atuando e sustentando a carreira política. Outros autores também corroboram nessa linha, como o caso de Pojo (2008), Madeira (2002), Grinberg (2009) e Carvalho (2008).

Pojo (2008) considera que apesar das prerrogativas do Congresso achar-se bastante limitadas, esse espaço permaneceu como um importante “fórum” para a continuidade da atividade política em nível nacional. Porque foi nesse ambiente que civis e militares se encontraram para a formulação de políticas e comissões, que garantiram combustível a continuidade das funções legislativas. Ao assegurar as atividades parlamentares o Congresso se traduziu em um órgão consultivo, onde passou a funcionar como uma “casa legislativa consultada pelo Executivo em questões de políticas públicas, mas que não se envolve diretamente no processo de formulação de políticas” (POJO, 2008. p. 22).

Outros autores como Madeira (2002), Grinberg (2009) e Carvalho (2008) salientam a relevância da Câmara dos Deputados como um espaço de manutenção da vida política e representativa ao passo que os demais cargos em disputa estavam cada vez mais rodeados de incerteza, frente às amarras autoritárias. Com a oferta de cargos sendo significativamente restrita (os cargos de Presidente e governador deixaram de serem escolhidos por eleição direta, outros como vereador e prefeito em área de segurança nacional deixaram de ser eletivos) restavam poucos caminhos a atuação política institucional e nesse ambiente o Congresso Nacional continuou sendo uma opção factível para a continuidade da carreira. Assumindo uma posição extremamente relevante e “significativamente maior que um contexto de normalidade democrática” (MADEIRA, 2002. p. 52).

Em relação a processo interno da Câmara dos Deputados, a vida dos parlamentares também sofreu alterações, com mecanismos que mexeram com a operacionalização das atividades. Carvalho (2008) aponta a fidelidade partidária, as novas regras de eleição das mesas diretoras e as mudanças na distribuição de financiamentos, como as principais transformações nos trabalhos legislativos durante a ditadura.

A fidelidade partidária foi introduzida através da emenda constitucional nº 1 em 1969 e determinava a perda do mandato para aqueles que se opuserem as diretrizes estabelecidas pela direção partidária ou que deixassem o partido que o elegeu durante o mandato. Carvalho (2008) conclui que essas regras foram utilizadas para assegurar que o Congresso aprovaria os projetos dos militares sem grandes problemas, diminuindo o número de envolvidos nas negociações. Para Grinberg (2009) a lei de fidelidade partidária foi uma clara intervenção dos militares na competição parlamentar. Para a autora a regra “visava enfraquecer a Arena ao limitar ainda mais a sua autonomia” (GRINBERG, 2009. p. 155).

Em relação às regras de eleição para as mesas diretoras, as novas atribuições tinham o objetivo de impedir o fortalecimento de lideranças estabelecendo uma política de liderança rotativa, garantindo “uma diferenciação perene entre os políticos no Legislativo e o regime, uma vez que, mesmo aos deputados e senadores governistas, seria dificultada a construção de uma liderança forte” (CARVALHO, 2008. p. 60), diminuindo o tempo de mandatos dos presidentes da Câmara dos Deputados.

Referente à concentração de recursos financeiros (compostas por membros escolhidos pelo critério proporcional). A nova proposta de distribuição, garantia ao partido do governo a maioria das vagas nessas instâncias. Estes recursos lhes conferiam poder de distribuir benefícios e recompensas, subtraídos dos líderes partidários e também facilitaram a atuação dos parlamentares de um só partido (CARVALHO, 2008).

Ademais, como observado ao longo da seção as regras do legislativo foram alteradas, mudanças no trabalho diário foram impostas, tomando novos rumos e novas propostas. Mas isso não inferiu no modo como a Câmara dos Deputados poderia servir aos possíveis candidatos ao cargo parlamentar: garantir a atividade política em meio ao ambiente de insegurança e incerteza para aqueles que escolhiam a profissão política.

3.3 FECHAMENTO DO CAPÍTULO

Com as seguidas mudanças e alterações provocadas pelos governos militares a política passou a ser um campo minado, onde cada passo e cada escolha daqueles que desejavam atuar

de forma profissional nesse ramo, deveria ser pensando e calculado para que a carreira não fosse tomada pela insegurança e incertezas que circundavam esse ambiente.

As cassações de mandatos, as perseguições políticas, as mudanças institucionais, o deslocamento do centro de poder, o esvaziamento das prerrogativas do legislativo e os episódios de “silenciamento” dos parlamentares com o fechamento do Congresso Nacional, foram fatores e condicionantes acrescidos no processo de escolha e estratégia daqueles que desejavam assegurar, manter ou iniciar a carreira. Era uma conta complexa de fazer, mas que poderia ser reduzida a simples questão: permanecer ou não investindo na política como atividade profissional?

Nesse cálculo, poucos cargos e posições estavam em disposição dos candidatos, que filiados nas novas legendas partidárias Arena e MDB, precisavam garantir seu espaço. Dessa forma, dentre os cargos ainda em disposição via eleição direta, a Câmara dos Deputados permaneceu como um espaço que oportunizava um ambiente mais “seguro”, mantendo a importante relação entre os candidatos, as bases eleitorais, e a socialização entre a elite política de todas as regiões e estados do país.

4 DEFINIÇÃO DA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Tal como sugestionam Perissinoto e Codato (2015) toda investigação passa por vários processos que auxiliam na operacionalização da pesquisa científica, que podem ser tomados por uma infinidade de caminhos e meios. Essa diversidade “de procedimentos é resultado natural tanto dos múltiplos propósitos pretendidos pelos investigadores, quanto a variedade de evidências fornecidas por estudo com elites” (PERISSINOTO; CODATO, 2015. p. 9).

Nessa perspectiva, trabalhos cujo objetivo íntegra a necessidade de apontar a frequência e a intensidade do comportamento de diferentes variáveis — considerando uma gama de fontes e programas para a análise e manipulação dos dados — devem esclarecer de maneira satisfatória a operacionalização e sistematização dos dados, levando em consideração (Idem, 2015):

- i)* disponibilidade e os problemas relativos às fontes
- ii)* escolha das variáveis
- iii)* unidade de análise
- iv)* relação das variáveis com o tamanho da amostra

Considerando esses fatores, no intuito de enriquecer o debate acerca dos limites e potencialidades inerentes ao processo de construção do conhecimento acadêmico, nas páginas que se seguem, serão expostas e problematizadas as principais ferramentas, abordagens, indicadores e caminhos considerados na construção metodológica desta investigação. Como se fosse um mapa iluminando cada passo e cada decisão do fazer científico.

Entende-se que toda e qualquer decisão tomada ao longo desse processo possuem implicações (sejam elas positivas ou negativas) nas etapas futuras, portanto, valorizar-se-á a riqueza e o papel central desta fase de definições acerca do escopo e desenho da análise.

4.1 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Tendo em conta a necessidade dessa presente investigação, de produzir um detalhamento descritivo e identificar padrões entre variáveis sociológicas e de carreira política dos Deputados Federais, haja vista o tamanho do universo mobilizado que se estende por quatro legislaturas com o total de 1.703 casos, a abordagem metodológica adotada será a quantitativa.

Comum em pesquisas no campo disciplinar da Ciência Política, principalmente no que se refere a estudos que compreendem dados biográficos da elite dirigente, a pesquisa quantitativa social pode ser definida como uma das tantas formas de “representação de fenômenos significativos da sociedade a partir de um conjunto de técnicas que permite medir e contar os padrões e relações entre as características do objeto da pesquisa” (CERVI, 2017, p. 18). Através dessa abordagem há inúmeras possibilidades, ferramentas e procedimentos que viabilizam a tarefa operacional de um estudo político.

Aqui a análise será feita em três processos complementares, que se relacionam por meio dos objetivos de pesquisa, sendo: análise descritiva, análise de correspondência múltipla (ACM) e análise de conglomerado (*k-means cluster*). A utilização dessas ferramentas estatísticas serão incorporadas no trabalho ao longo dos capítulos quatro e cinco, onde serão explorados, primeiramente, a análise descritiva, seguido da ACM e análise de conglomerado. Cada abordagem tem um tipo de objetivo, que é expresso pela forma de utilização e pelos recursos oferecidos por cada variedade da ferramenta.

A ACM e análise de conglomerado serão utilizadas de forma contingente, dado que essa combinação “tende a produzir ganhos heurísticos consideráveis” (BERTONCELLOS, 2016. p. 17). As particularidades dessas duas ferramentas, quando utilizadas em conjunto,

auxiliam para a identificação de padrões e grupos, aproximando as variáveis e tornando essas relações nítidas, para leitura do pesquisador. Vejamos a descrição de cada abordagem:

Análise descritiva

Análise descritiva, como o próprio nome já induz, assiste no detalhamento dos achados por meio de quadros e tabelas, mobilizando uma “série de informações coletadas em uma grande massa de variáveis, reduzidas a indicadores representativos na dinâmica social” (CERVI, 2017. p. 23). Nesta fase da investigação interessa o levantamento do resultado de cada variável, através de frequências, porcentagens, tabelas e gráficos simples. Relacionando os indicadores e inferindo sobre a relevância de cada um. Variáveis utilizadas: idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulados, filiação partidária, número de mandatos como Deputado (a) Federal, vínculos associativos, idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, região e estado.

Infere-se que este tipo de exame, minucioso para cada número e cada caso, se constitui como uma das mais importantes e primordiais etapas na fase inicial de qualquer estudo quantitativo. Quando nenhuma informação se perde em gráficos ou grandes reduções de escalas.

Análise de correspondência múltipla (ACM)

Análise de correspondência múltipla, também conhecida como análise de homogeneidade ou ajuste de escala ideal, é descrita como uma das técnicas multivariadas para a leitura de similaridades e proximidades entre variáveis. Possui a capacidade de demonstrar aproximações entre casos que compartilham algum tipo de semelhança quanto aos valores categóricos, convergindo os conjuntos de características ou práticas sociais. Através da ACM busca-se evidências do grau de relacionamento entre mais de duas variáveis (nominais) em uma tabela de correspondência.

Importa sublinhar que para ser feita a leitura dos resultados da ACM, posteriormente, alguns conceitos estatísticos devem ser esclarecidos, para tornar a leitura elucidativa para todos aqueles que, possuem ou não, grau de entendimento sobre as especificidades de cada ferramenta analítica. Inércia, qual, eixo/dimensão, coeficiente de alfa de *cronbach* (α) e corr, são relacionados no Quadro 2:

Quadro 2: Conceitos mobilizados para a leitura da ACM

Conceito	Descrição
Inércia	Quantidade de variações (capacidade) explicativa do componente. Refere-se ao grau de explicação da ferramenta aplicada.
Qual (qualidade)	Indica o quanto cada categoria está representada no eixo, que variam de valores entre 0 e 1. Valores acima de 0 demonstram que a categoria está bem representada.
Eixo/dimensão	Maioria dos desvios e dos valores esperados nos dados.
Alfa de <i>Conbrach</i> (α)	Medida de consistência interna (variância amostral + valores totais + número de itens)
Corr	Correlação representa o valor de contribuição do eixo para a inércia da coluna.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados de IBM SPSS CATEGORIES, VERSÃO 24.

Assim como a principal aplicabilidade desta ferramenta, a ACM será utilizada para testar a relação e distribuição dos casos a partir das variáveis de carreira e dados sociológicos. Para este processo serão mensuradas quase todas as 22 variáveis, somente ficará de fora as variáveis que apresentam um grande índice de *missing*. A variável de parentesco entre a elite política não entrará na análise, assim como profissão (variável que relaciona as profissões de modo específico) e estado.

Após a aplicação e leitura da ACM será aplicada a análise de conglomerado. Por mais que a ACM identifique congruências e aproximações entre grupos, ela não define ou separa os grupos com base em suas características. Dessa forma, será aplicada a técnica de *clusterização* para a identificação dos perfis.

Análise de conglomerado (*K-means cluster*)

Também conhecida como *Cluster analysis*, a análise de conglomerado será utilizada como um complemento na identificação dos grupos e perfis de políticos profissionais que se aproximam. Para sua aplicação não há necessidade de determinar uma variável dependente ou independente, porque todos os indicadores assumem uma relação, contribuindo para a identificação de grupos. As ferramentas de cluster auxiliam na organização e separação de categorias, formando grupos relativamente homogêneos. Desta forma:

“O método agrupa os indivíduos em função da informação existente, de modo que os indivíduos de um grupo sejam tão semelhantes entre si quanto possível e tão diferentes dos restantes grupos quanto possível”²⁶

O cluster pode assumir a forma de categorização hierárquica e não hierárquica. Aqui será mobilizada a forma de categorização não hierárquica através do *k-means cluster* que não necessita de um tipo de pré-classificação, possuindo um algoritmo de mineração não supervisionado. O *k-means* costuma ser menos recorrente por se tratar de um dos métodos de clusterização mais simples.

Tabela 2: Sistematização dos dados de pesquisa

Banco de dados	A	B	C	D
Legislatura	43°	44°	45°	46°
Período	1967-1970	1971-1974	1975-1978	1979-1982
Total de casos por legislatura	486	338	397	482
Total de casos	1.703			

Fonte: Elaborado pela autora

Neste estudo a unidade de análise serão os parlamentares eleitos e suplentes que ocuparam o cargo de Deputado Federal entre 1965 e 1979²⁷, eleitos pelos partidos Arena e MDB, através de evidências empíricas que consideram os atributos sociais (nome, idade, sexo, cor, escolaridade, ocupação, região e estado) e a carreira política (ingresso, cargos ocupados, mandatos e filiação partidária). Assim, foram considerados os eleitos e os suplentes que em algum momento ocuparam a cadeira parlamentar e por tanto aparecem nas listas dispostas na página da Câmara dos Deputados na seção *conheça os deputados*.

A instrumentalização do banco de dados se dará por meio do *software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Comum em pesquisas de cunho estatístico o SPSS possui métodos e gráficos que facilitam o cruzamento de variáveis, sendo um recurso muito utilizado na Ciência Política para trabalhar com um grande número de informações, testes de correlação e multicausalidade. Meireles (2014) destaca que o uso deste programa representa um grande benefício para a manipulação de dados na observação de tendências, identificação de padrões e comportamento, exame de prevalências e riscos, definição de estratégias e elaboração de modelos de investigação. E com o auxílio deste programa serão construídos

²⁶Análise de estatística PT. Análise de cluster, 2012. Disponível em: <<http://analise-estatistica.pt/2012/10/analise-de-clusters.html>> acesso em: 14/9/2018.

²⁷Tendo em vista que o bipartidarismo foi extinto em 1979 e a 46° legislatura foi eleita ainda sob as legendas Arena e MDB, será analisado, aqueles eleitos em 1979, que cumpriram o mandato até 1982.

inicialmente quatro bancos de dados autônomos (sendo cada banco relativo a uma legislatura eleita entre 1965 e 1979), seguido da unificação do material. Somando-se todo o material foram 1.703 casos, que se repetiam ou não, de acordo com cada eleição (os casos que se repetiam se referem à reeleição de algum parlamentar, nesses casos ele possuía, mas de uma entrada no banco de dados).

Ressalta-se que será manipulada como indicador de experiência e trajeto na atividade política a variável carreira política e não trajetória, o que representa a exclusão de alguns indícios do repertório biográfico dos indivíduos analisados. Quando mobilizado dados de carreira refere-se basicamente a idade de ingresso (cargo ocupado), número de mandatos, filiação partidária e cargos ocupados; equivalendo unicamente a posições institucionais eletivas e que em decorrência disso são mais fáceis de mensurar, disponíveis em grande parte das biografias coletivas e no site da Câmara dos Deputados (COSTA; CODATO, 2012).

Em outra via a definição de trajetória política, relaciona também as ocupações de socialização política que vão além dos cargos eletivos ou ligados a partidos políticos, incorporando, por exemplo, a participação em movimentos sociais. Encontrada principalmente em trabalhos influenciados pela Antropologia Política, a trajetória pressupõe a “revalorização das trajetórias individuais, alianças diádicas, laços de deferência e lealdades pessoais, como mecanismos de adaptação que complementam e viabilizam o funcionamento das instituições” (SANTOS, 2000, p. 19).

Para um estudo sobre os políticos da ditadura, seria quase impossível recolher informações tão específicas e minuciosas por dois motivos. O primeiro em relação ao número de casos e ao período disponível para a operacionalização da pesquisa, se tratando de 1.703 parlamentares o tempo que cada caso levaria para a coleta, extrapolaria o prazo previsto para o término da dissertação. Em segundo, muitos parlamentares não possuem grande visibilidade e em decorrência disso, não dispõem de biografias amplas, o que refletiria em um banco de dados incompleto. Dessa forma, se optou por mensurar os dados de carreira política.

4.2 VARIÁVEIS E QUADROS DE INDICADORES EMPÍRICOS

A determinação das variáveis corresponde aos objetivos da pesquisa e são relacionadas com a finalidade de *i*) conhecer quem eram os políticos que ocuparam o cargo de Deputado Federal *ii*) observar as condições e os percalços desse grupo *iii*) o modo como buscaram se dedicar a política de médio a longo prazo e *iv*) os caminhos e posições que ocuparam ao longo da carreira.

Idade

Com esta variável pretende-se demonstrar os padrões de carreira de um determinado tempo e lugar, examinando as possibilidades e os meios de inserção na política. Para isso, *Idade* corresponde a dois indicadores dentro do banco de dados. Um que relaciona a idade no momento da eleição de acordo com a legislatura analisada (sendo ao todo quatro) e o segundo relativo à idade que assumiu o primeiro cargo político.

Identificação racial/ étnica

Com a identificação racial/étnica será possibilitado à análise do perfil social dos parlamentares, juntamente como o gênero, idade e origem sócio ocupacional. Para medi-la foi necessário a utilização de uma técnica de identificação racial/étnica, empregada em estudos sociológicos e na coleta de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Existem em média três espécies de métodos para a classificação e identificação étnica/racial, a) auto atribuição, pelo qual o próprio indivíduo analisado se declara, dentro da classificação sugerida pelo pesquisador, b) ancestralidade biológica, utilizada para analisar grandes grupo populacionais através da análise do material genético e 3) hetero atribuição, que consiste na avaliação do pesquisador para a determinação racial por meio de fotografia ou até mesmo entrevistas (OSÓRIO, 2009).

Para classificar os deputados e deputadas será utilizado o método de hetero atribuição, com base em quatro categorias (branco, negro, pardo, indígena). A predileção por esse método reflete a dificuldade em relacionar a auto atribuição dos parlamentares, posto que essa informação não está relacionada nas fontes utilizadas para esta pesquisa e não seria possível (no tempo previsto para a pesquisa de dois anos) entrevistar todos os casos para obter deles essa indicação, há também o fato de que muitos já faleceram. Assim, ficou em incumbência do pesquisador estabelecer a classificação através de fotografias disponíveis na biografia de cada parlamentar no site da Câmara dos Deputados.

Formação (diplomação)

Apontada como um dos indicadores mais expressivos para o mapeamento da posição social da qual partem os indivíduos políticos, a variável de formação educacional oferece conclusões importantes sobre os mecanismos que operam “na seleção daqueles que farão parte da elite política e na exclusão dos demais” (PERISSINOTO et al; 2009. p. 284)

Nesta variável verifica-se os percursos educacionais adquiridos pelos parlamentares antes de ocupar o cargo de Deputado Federal durante o bipartidarismo. Entraram no banco dados: diploma em graduação (possui, não possui e incompleto), mais de um diploma universitário (possui ou não possui) e pós-graduação/especialização (possui e não possui).

Origem sócio ocupacional

A fonte de “recrutamento político e do meio social de onde veio determinado deputado” (RODRIGUES, 2009. p. 10) também pode ser inferida pela análise dos recursos profissionais, quando observado a proveniência de atuação dos atores. Durante o desenvolvimento da pesquisa, foram inseridas uma pluralidade de profissões no banco de dados, pois os parlamentares que fazem parte da análise possuem uma origem sócio ocupacional bastante diversificada. E assim como apontado por Rodrigues (2009) são muitos os casos, antes da eleição ao primeiro mandato, em que o deputado possuía mais de uma ocupação, e frente a essa situação todas as profissões citadas foram acrescentadas.

Filiação partidária

Representa as escolhas estratégicas e pessoais dos indivíduos ao se lançarem pelo partido X ou Y. No período de ditadura civil-militar (1964-1985) essas escolhas afastaram-se um pouco do campo ideológico e voltou-se para o posicionamento de apoiar ou não uma proposta de governo autoritária. E para medir a relação dos perfis políticos com os partidos, são relacionadas três variáveis 1) Filiação durante bipartidarismo: Arena ou MDB 2) Filiação anterior a 1965: PL, PRP, UDN, PR, PDC, PTN, PSP, PST, PRT, MTR, PTB, PPS, PSB, PCB, PSD. Em relação à filiação partidária anterior ao bipartidarismo, priorizou-se aquele partido ao qual o ator foi filiado por último.

Por exemplo: se iniciou sua carreira pelo Partido X em 1945 e depois migrou para o Partido Y permanecendo até 1965, o partido ao qual inseriu-se no banco de dados foi o Y; e 3) Filiação após retorno pluripartidário de 1979, relacionando o primeiro partido pelo qual o ator se filiou no momento da extinção da Arena e MDB.

Parentes na política (ascendentes)

Assim como aponta Meneguello *et all* (2012) um dos principais traços da organização política no Brasil no período republicano é a presença de laços familiares no ambiente político. Sendo um importante componente para a análise das características dos parlamentares, essa variável foi acrescida através do mapeamento dos laços de sangue (pai, mãe, irmão, tio (a), avô

ou avó), como também os vínculos sociais adquiridos pelo casamento (esposa, marido, cunhado (a), sogro ou sogra).

São considerados os laços ascendentes que podem ter influenciado direta ou indiretamente na carreira política (através da socialização, indicação de cargos e conhecimento das tarefas políticas, entre outros). Para esta variável, foi necessário ir além das principais fontes usadas nesta pesquisa, já que a disponibilidade dessa informação varia de acordo com a proporção da carreira e da visibilidade do político, podendo ser de fácil ou difícil acesso. Aquelas de difícil acesso foram extraídas de sites de arquivos municipais e memoriais que em sua maioria, possuem sessões dedicadas a políticos de destaque nas localidades.

Cargo Inicial e cargos até

Pretende identificar qual foi o cargo de entrada na atividade política, considerando mandatos eletivos e cargos em secretarias. Já em cargos até, são relacionados às posições ocupadas durante a carreira do deputado, com base na proposta de estrutura de carreira de Miguel (2003), acrescentando a categoria Deputado Federal sem carreira, para aqueles que não possuíam atividade política para além do cargo de DF.

Gênero

O indicativo foi adicionado para demonstrar o total de homens e mulheres na Câmara dos Deputados, juntamente com o cruzamento de outras variáveis. Deste modo espera-se verificar se o universo político parlamentar durante o período bipartidário foi um espaço fecundo para ambos os sexos, levando em consideração a histórica limitada presença feminina no espaço político (ARAUJO, 2017). Pois, entende-se que a compreensão do papel e a representação de homens e mulheres na política, passa pelo exame do número e frequência que esses indivíduos passam pelo cargo representativo.

Região/Estado

Estas variáveis foram mobilizadas com o intuito de verificar se as diferenças sociais, culturais, econômicas e espaciais características de cada região e parte do país podem ter influências quanto à formação do quadro político profissional. Formam duas variáveis dentro do banco de dados, uma relacionando a região e outra estado em que o parlamentar foi eleito. Importa salientar que o estado inserido no banco de dados, não foi de origem do parlamentar, mas sim, do estado que o elegeu.

O Quadro 3 demonstra quais as categorias que foram acrescentadas na construção do banco de dados. Considerando que algumas variáveis tiveram de ser agrupadas devido a necessidade de aplicação das ferramentas estatísticas ACM e análise de cluster, como por exemplo, ao invés de colocar a idade exata dos parlamentares foi necessário categorizar por faixa etária.

Outras categorias como profissão, cargos na política, cargo inicial e educação superior também foram agrupadas, no entanto, para não permitir que a redução e condensação de indicadores possam enviesar a análise, essas foram consideradas duas vezes. Uma primeira vez com as categorias separadas, e uma segunda com as categorias agrupadas. Dessa forma, não há perda de informações e a análise quantitativa segue com alto grau de autenticidade.

Destaca-se também que a categoria (999) presente em quase todas as variáveis, corresponde ao *missing* (diz respeito à falta de dados, uma linguagem universal utilizada na construção de banco de dados).

Quadro 3: Variáveis utilizadas para a construção do banco de dados

Variável	Descrição	Categorias
Nome	Identificação do deputado	Nome do parlamentar
Idade	Faixa etária	1) 21-30 2) 30-40 3) 40-50 4) 50 ou mais 999) <i>missing</i>
Cor	Classificação racial	1) branco 2) negro 3) pardo 4) indígena 999) <i>missing</i>
Gênero	Identificação de gênero	1) mulher 2) homem
Ed. Superior	Titulação de ensino superior	1) sim 2) não 3) incompleto 999) <i>missing</i>
Mais de uma graduação	Mais de uma titulação de ensino superior	1) sim 2) não 999) <i>missing</i>
Pós-graduação	Titulação de Mestre ou Doutor	1) sim 2) não 999) <i>missing</i>

Profissão	Origem sócio ocupacional	<ol style="list-style-type: none"> 1) trabalhador manual 2) funcionário público 3) membro da igreja 4) advogado 5) pequeno proprietário agrícola 6) grande proprietário agrícola 7) pequeno empresário 8) grande empresário 9) comunicação (empresário da comunicação) 10) contador 11) professor universitário 12) professor regular 13) formação militar 14) jornalista 15) trabalhador agrícola 16) comerciante 17) químico 18) médico 19) telegrafista 20) economista 21) engenheiro 22) bancário 23) filósofo 24) aviador 25) administrador 26) dentista 27) psicólogo 28) cafeicultor 29) teologia 30) veterinário 31) radialista 32) historiador 33) banqueiro 34) ferroviário 35) farmacêutico 36) editor de livros 37) técnico agrícola 38) agrônomo 39) técnico em educação 40) operário 41) tabelião 42) piscicultor 43) Procurador 44) ministro evangélico 45) corretor 46) eletricista 47) juiz 48) promotor de justiça 49) escritor 50) estatístico
-----------	--------------------------	---

		<ul style="list-style-type: none"> 51) radiotelegrafista 52) impressor gráfico 53) arquiteto 54) cientista político 55) agrimensor 56) escrivão civil 57) diplomata 58) despachante Aduaneiro 59) artista plástico 60) colonizador 61) usineiro 62) matemático 63) sociólogo 64) funcionário Autárquico 65) telegrafista 66) serventuário civil 67) capricultor 68) Cacaucultor 999) <i>missing</i>
Profissão por agrupamento	Origem sócio-ocupacional	<ul style="list-style-type: none"> 1) advogado 2) engenheiro 3) médico 4) jornalista 5) outras ocupações especializadas 6) ocupações médias 7) trabalhador não especializado 8) grande Empresário 9) pequeno empresário 10) igreja 11) militar
Partido A	Filiação durante bipartidarismo 1967-1982	<ul style="list-style-type: none"> 1) Aliança Renovadora Nacional 2) Movimento Democrático Brasileiro 999) <i>missing</i>

Partido B	Filiação partidária anterior a 1965	<ol style="list-style-type: none"> 1) Partido Libertador 2) Partido de Representação popular 3) União Democrática Nacional 4) PR 5) Partido Democrata Cristão 6) Partido Trabalhista Nacional 7) Partido Social Progressista 8) Partido Social Trabalhista 9) Partido Republicano Trabalhista 10) Movimento Trabalhista Renovador 11) Partido Trabalhista Brasileiro 12) Partido Popular Socialista 13) Partido Socialista Brasileiro 14) Partido Comunista Brasileiro 15) Partido Social Democrático 16) não tinha partido anterior 999) missing
Partido C	Filiação partidária após 1979	<ol style="list-style-type: none"> 1) Partido da Reconstrução Nacional 2) Partido Progressista Reformador 3) Partido Progressista 4) Partido Social Democrático 5) Partido Social Cristão 6) Partido da Frente Liberal 7) Partido Liberal 8) Partido Trabalhista Brasileiro 9) Partido da Mobilização Nacional 10) Partido da Renovação Social 11) Partido Republicano Progressista 12) Partido do Movimento Democrático Brasileiro 13) Partido da Social Democracia Brasileira 14) Partido Democrático dos Trabalhadores 15) Partido Verde 16) Partido Popular Socialista 17) Partido Socialista Brasileiro 18) Partido dos Trabalhadores 19) Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados 20) Partido Comunista do Brasil 21) não foi filiado 999) missing
Região	Região que o elegeu	<ol style="list-style-type: none"> 1) Norte 2) nordeste 3) sul 4) sudeste 5) centro-oeste

Estado	Estado que elegeu o deputado	1) Acre 2) Amapá 3) Amazonas 4) Pará 5) Rondônia 6) Roraima 7) Alagoas 8) Bahia 9) Ceará 10) Maranhão 11) Paraíba 12) Pernambuco 13) Piauí 14) Rio Grande do Norte 15) Sergipe 16) Distrito Federal 17) Goiás 18) Mato Grosso 19) Mato Grosso do Sul 20) Tocantins 21) Espírito Santo 22) Minas Gerais 23) Rio de Janeiro 24) Guanabara 25) São Paulo 26) Paraná 27) Santa Catarina 28) Rio Grande do Sul
Idade Inicial	Idade em que foi eleito ao primeiro cargo político	1) 21-30 2) 30-40 3) 40-50 4) 50 ou mais 999) <i>missing</i>

Cargo Inicial	Cargo de ingresso na política	<ol style="list-style-type: none"> 1) sem cargo (não possui atuação em cargos políticos até a eleição analisada) 2) vereador 3) prefeito 4) vice-prefeito 5) administração municipal 6) administração estadual 7) administração federal 8) deputado estadual 9) senador 10) governador 11) vice-governador 12) deputado federal sem carreira (que já foi eleito deputado federal, mas que não possui carreira política para além deste cargo) 13) deputado federal 14) suplente de Deputado Federal 15) Suplente de senador
Cargo Inicial Agrupado	Cargo de ingresso na política	<ol style="list-style-type: none"> 1) vereador 2) prefeito e vice-prefeito 3) adm. federal, estadual e municipal 4) deputado federal/ suplente de deputado federal 5) deputado estadual/ suplente de deputado estadual 6) senador/suplente 7) governador e vice-governador
Cargos até	Relação de todos os cargos ocupados até o momento da eleição de mandato X	<ol style="list-style-type: none"> 1) sem cargo (não possui atuação em cargos políticos até a eleição analisada) 2) vereador 3) prefeito 4) vice-prefeito 5) administração municipal 6) administração estadual 7) administração federal 8) deputado estadual 9) senador 10) governador 11) vice-governador 12) deputado federal sem carreira (que já foi eleito deputado federal, mas que não possui carreira política para além deste cargo)
Mandatos	Nº de mandatos a DF até a eleição a Deputado Federal	Nº de mandatos exatos

Mandatos agrupados	Nº de mandatos a DF até a eleição a Deputado Federal	1) zero mandato 2) 1 mandato 3) 2 mandatos 4) 3 mandatos 5) 4 ou mais mandatos
Parentesco	Relação de vínculos associativos do deputado, dentro do cenário político.	1) vínculo Social 2) vínculo de sangue 3) não possui 999) <i>missing</i>
Suplência	Se ocupou a suplência ou não	1) suplente 2) não suplente
Total de variáveis: 22		

Fonte: Elaborada pela autora.

4.3 FONTES DE PESQUISA

Atualmente os pesquisadores brasileiros contam com uma expressiva disponibilidade e digitalização de acervos que ajudam a reduzir o tempo e os custos de uma pesquisa, tornando cada vez mais acessível saber um pouco mais da carreira daqueles que ocuparam cargos importantes na história nacional. Para a posição de Deputado Federal, por exemplo, existem mais de uma plataforma on-line, que aqui, colaboram para a construção do banco de dados, como o site da Câmara dos Deputados e o dicionário histórico bibliográfico do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O site da Câmara dos Deputados além de conter informações importantes para os estudos de elites possui o benefício de ser oficial. São os próprios parlamentares que fornecem as informações contidas ali, alimentando a base de dados e disponibilizando o material. Rodrigues (2009) ainda salienta, que por ser oficial esta fonte não está sujeita “a contestação, embora possam conter erros e ausência de certos dados relevantes” (RODRIGUES, 2009. p. 16). Neste sítio encontram-se dados básicos da biografia de cada parlamentar, como nome completo, data de nascimento, data de falecimento (em casos), cidade de origem, filiação, profissão autodeclarada, escolaridade, filiação partidária e atuação na Câmara dos Deputados.

Para cargos ocupados antes ou depois do mandato legislativo, o site da Câmara dos Deputados não apresenta de modo completo as informações necessárias. Na grande parte dos casos não há indicação de data, partido que elegeu ou se o mandato foi ocupado mediante suplência, aparecendo somente a sigla S/N.

Os dicionários biográficos são uma das principais fontes de investigação sobre elites políticas, sendo desenvolvido a partir de 1974, publicado em 1984 em quatro volumes e posteriormente disponibilizado na internet no site da Fundação Getúlio Vargas. Apresenta de modo sucinto informações a respeito da carreira política, vida e obras de diferentes atores com atuação social, cultural, política e/ou econômica destacada.

O dicionário, diferentemente do site da Câmara dos Deputados, traz a biografia de modo bastante detalhado, demonstrando todos os passos da trajetória do político (a). Até mesmo, destacando os momentos posteriores a carreira e outras informações como casamento, se possuía ou não filhos, o número de filhos e se algum deles seguiu na política. Todas essas informações apresentando as fontes e as principais documentações conferidas.

Todavia, cabe salientar que ao tomar essas duas fontes como exclusivas para a construção do banco de dados, também há necessidade de atentar-se para os riscos e as dificuldades que podem surgir. Datas que não coincidem, número de mandatos inexistente, falta de informações sobre escolaridade, ausência de fotografias, filiações partidárias divergentes (que no site da Câmara dos Deputados diz uma coisa e no Dicionário histórico biográfico diz outra) e até mesmo nomes com erros (sobrenome e nome digitado de forma incorreta), foram casos comuns no processo de coleta.

Outro ponto de atenção se dá ao contexto ao qual essas fontes foram produzidas, como realçam os autores Heinz e Codato (2015):

Dicionários de biografias, políticas ou sociais, trazem um conjunto rico de toda sorte de informações [...] precisam ser analisados à luz das circunstâncias específicas de sua produção, do formato escolhido para a apresentação dos dados, da participação do biografado na sua exposição, enfim, das intencionalidades editoriais presentes em cada um deles, começando da lista de quem merece ser biografado (HEINZ, 2011). Normalmente, a consulta a esses dicionários exige cautela e determinação em depurar as informações úteis em meio ao emaranhado discursivo que a reveste (HEINZ; CODATO, 2015. p. 252-253).

Informações complementares foram consultadas de modo esporádico quando havia falta de dados nas fontes mencionadas anteriormente, como as biografias pessoais, sites, jornais de grande circulação na época e trabalhos já produzidos sobre o tema.

5 OS DEPUTADOS FEDERAIS NA DITADURA: DADOS DE PERFIL SOCIOLÓGICO E CARREIRA POLÍTICA

Quem foram os indivíduos que atuaram na Câmara dos Deputados durante o bipartidarismo? Quanto tempo de suas vidas dedicaram a carreira? Quais os traços sociológicos desses parlamentares? As características biográficas seguiram inalteradas ao longo do regime? Eram semelhantes se comparados àqueles que se filiaram pela Arena ou pelo MDB?

Estabelecidas, inicialmente, como rotas de investigação, essas questões são fundamentais para este capítulo. Importa saber mais desses parlamentares antes de enquadrá-los em perfis, analisando-os descritivamente por seus traços biográficos, retirando das categorias os resultados, porcentagens e frequências.

Reconhecendo o extenso período de governos militares, 2.191 pessoas ocuparam a posição de Deputado Federal, entre 1965 e 1985, correspondendo a cinco eleições e cinco formações de quadros atuantes no legislativo. Desse número, 1.703 chegaram a esse mandato através dos partidos engendrados pelo regime Arena e MDB, representando um importante universo que manteve o funcionamento das atividades legislativas, oportunizando a manutenção da política como um campo passível a profissionalização.

5.1 INDICADOR DE GÊNERO: UM RETRATO DA DISPARIDADE REPRESENTATIVA

Em relação à desigualdade de gênero presente nos espaços políticos, Sanches (2015) aponta que ainda há para a Ciência Política um grande desafio quanto à análise de suas implicações para o funcionamento do regime democrático, já que esse fator possui uma dimensão que permeia todas as instituições e instâncias sociais²⁸. Marcando o modo como uma sociedade enxerga e relaciona o papel do homem e da mulher em diferentes tempos e lugares. Por esse ângulo Perissinoto et al (2009) assinala que diferentemente dos demais campos de atividades profissionais, que tiveram um crescimento da participação feminina, o campo político não demonstrou sinais que acompanham essas novas tendências, mantendo o distanciamento entre a atividade política e as mulheres²⁹.

²⁸ Conforme Marques et al (2012) “A tendência geral dos estudos sobre as desigualdades de gênero na política é de discutir questões ligadas principalmente ao desenho institucional e o seu efeito para a construção de carreiras por mulheres e seu estabelecimento no âmbito da política formal” (p. 3).

²⁹ “Dados compilados pela *Inter-Parliamentary Union* (<http://www.ipu.org>) davam conta que em 31 de julho de 2012 o Brasil ocupava a 120ª. posição no ranking que classifica o percentual da presença de mulheres nas casas legislativas de 190 países. Com 8,6% (44) deputadas em 513 representantes), o país ficava bem atrás de Suécia (4o.), Senegal (6o.), Costa Rica (15o.), Espanha (19o.), Etiópia (36o.) e Canadá (45o.), Bangladesh (69o.) e Estados Unidos (80o.) (Inter-Parliamentary Union 2012)” (COSTA, et al, 2013, pág. 4).

Para Peixoto et all (2017) essa sub-representação está condicionada a uma soma de fatores sociais, culturais e políticos, que afastaram as mulheres “por um longo período da política, sendo relegadas ao privado” (pág. 16). O autor ainda conclui que:

O princípio dessa exclusão da cidadania das mulheres, deriva na negativa, objetiva e simbólica, da condição de sujeito ativo, como de cidadãs, às mulheres. Um dos produtos dessa exclusão é o baixo percentual de mulheres, em proporção com homens, em cargos eletivos nas democracias, o estado de sub-representação política a que as mulheres estão submetidas (PEIXOTO et all; 2017, pág. 16).

No caso específico da Câmara dos Deputados, somente no final da década de 90, através da lei nº 9.504 em 30 de setembro de 1997, passou a vigorar uma legislação eleitoral que favorecesse a participação das mulheres no processo de eleição ao cargo parlamentar.

Com a nova distribuição³⁰, o total de vagas para cada partido ou coligação ficou dividido entre 30% e o máximo de 70% para a candidatura de cada sexo, assim o “patamar legal mínimo de candidaturas femininas [...] equipara-se ao mínimo de recursos do Fundo Partidário alocado a cada partido, para eleições majoritárias e proporcionais” (Lei nº 9.504, 30/09/1997)³¹.

Por mais que essa regra tenha fixado a disposição do número de candidaturas, colocando um espaço legal para as mulheres, de maneira objetiva, ela acabou não resultando em um aumento do número de Deputadas eleitas, embora tenha havido o crescimento do número de candidaturas; posicionamento o legislativo como mais um espelho do desequilíbrio da representação de gênero no âmbito político.

No que tange as legislaturas eleitas entre 1966-1978, percebe-se que o desequilíbrio entre a presença de homens e mulheres na Câmara dos Deputados perpetuou-se durante o bipartidarismo. Durante os 14 anos, somente doze mulheres passaram pela posição de Deputada Federal, em contraposição foram 1.692 homens eleitos, como mostra a Tabela 3. Mesmo que para a análise não tenha sido considerado a lista daqueles que concorreram sem sucesso ao cargo, os resultados já indicam que esses espaços representativos durante os governos militares foram predominantemente masculinos.

Tabela 3: Distribuição de gênero na Câmara dos Deputados entre 1967-1982

³⁰ “No mundo, mais de oitenta países testemunharam a adoção de cotas para a seleção de candidatas, e ainda, mais de vinte iniciaram debates sobre cotas eleitorais de gênero nos últimos dez anos. A aparente alta adesão e implementação dessas medidas, contudo, trata-se de um processo recente e implementado em sua maioria na década de 1990” (PEIXOTO et all, 2017, pág. 18).

³¹ Acesso em <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/lei-das-eleicoes/lei-das-eleicoes-lei-nb0-9.504-de-30-de-setembro-de-1997>> 03 de nov. 2018.

Sexo	Legislatura de 1966	Legislatura de 1970	Legislatura de 1974	Legislatura de 1978	Total	%
Mulher	6	1	1	4	12	0,7
Homem	480	336	396	479	1691	99,3
Total	486	337	397	483	1703	100

Fonte: Elaborado pela autora.

A média de mulheres eleitas fica em torno de 3 %, comparado ao período anterior (1945-1965) esse número retrata não só o momento político e social específico vivido sob ditadura, mas também corresponde a um condicionante histórico de longa duração que marcam o cenário brasileiro. Até 1965 somente oito mulheres haviam sido eleitas (COSTA, 1998), com média de 1,6 % entre as cinco legislaturas.

O baixo percentual de mulheres não era um dado exclusivo da Câmara dos Deputados, se comparado aos números do Senado Federal, por exemplo, a soma de doze eleitas parece bem mais animadora. Até o fim do bipartidarismo somente quatro mulheres alçaram ao cargo de Senadora, eleitas na legislatura de 1979 (46°)³².

Quando se relaciona o gênero com a filiação partidária, constata-se que o partido de oposição foi aquele que mais elegeu mulheres, sendo ao todo oito parlamentares. Já Arena, elegeu somente duas, sendo que ambas, seguiram no cargo durante dois mandatos consecutivos. A distribuição regional das eleitas se dá de forma bastante diversificada, mobilizando quatro regiões (norte, sul, sudeste, nordeste), como demonstra a Tabela 4:

Tabela 4: Deputadas eleitas pela Arena e MDB entre 1967-1982

Partido	Deputada	Legislatura	Estado
MDB	Ivette Vargas	1966	SP
	Júlia Steinbruch	1966	RJ
	Lígia Doutel de Andrade	1966	SC
	Maria Lucia	1966	AC

³² Sendo elas: Dulce Braga (SP), Eunice Michilles (AM), Laélia de Alcântara (AC), Maria Syrlei (SC). Informações coletadas no site do Senado Federal, disponível em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/legislaturas-antteriores/-/a/46/por-sexo>> acesso em 12 de out 2018.

	Nysia Carone	1966	MG
	Cristina Tavares	1966	PE
	Júnia Marise	1978	MG
	Lúcia Viveiros	1978	PA
Arena	Necy Santos Novaes	1966 e 1970	BA
	Lygia Maria Lessa Bastos	1974 e 1978	RJ

Fonte: Elaborado pela autora

No que tange a relação de gênero e as características sociológicas do político profissional, observa-se através dos achados, que o perfil durante a ditadura era predominantemente masculino, com poucas brechas a participação das mulheres, que pode ser explicada pela histórica sub-representação feminina e a onda conservadora e ditatorial que tomava conta do país durante os longos anos de ditadura³³.

5.2 UM CONGRESSO DE HOMENS BRANCOS

“Não é preciso ser um observador atento da política brasileira para perceber que ela é feita basicamente por homens brancos. Uma rápida mirada pelos noticiários jornalísticos já é capaz de indicar o quanto pretos e pardos estão alijados da representação e dos demais postos de poder” (CAMPOS, 2015. p. 689).

Assim como na variável de gênero, ao observar o comportamento do indicador de distribuição étnica/racial percebe-se a grande predominância e perpetuação das desigualdades representativas no legislativo brasileiro. Entre 1965 e 1979 foram somente catorze negros que ocuparam a posição de Deputado Federal, seguindo uma média de 3,5 %, conforme evidencia a Tabela 5. Do caso de pardos, foram computados 138 casos.

Tabela 5: Composição racial na Câmara dos Deputados entre 1967-1982

Cor/etnia	Legislatura de 1966	Legislatura de 1970	Legislatura de 1974	Legislatura de 1978	Total	%
Branco	253	205	269	312	1039	61
Negro	2	3	5	4	14	0,8

³³ As explicações para a baixa representação feminina são em grande parte gesticuladas em torno do ambiente democrático, como o aponta o trabalho de Peixoto et al (2017).

Pardos	50	32	26	30	138	8,1
Sem info.	181	96	96	135	507	30,1
Total	486	336	396	481	1.703	100

Fonte: Elaborada pela autora.

Ainda que os resultados sejam limitados pelo método classificatório (que deixou a critério do pesquisador a categorização entre brancos, negros e pardos) e a escassez de fontes e de fotografias com qualidade suficiente para que fosse feita a análise, demonstra-se que o perfil daqueles que compuseram a Câmara dos Deputados era basicamente formada por homens brancos.

Embora os achados estejam retratando uma realidade político e social específica de mais de cinquenta anos atrás, esse quadro não sofreu grandes alterações³⁴. As mudanças ocorrem a passos lentos, e atualmente os números não representam uma maior abertura para diversidade étnica/racial do legislativo, em 2018 por exemplo, dos eleitos a Câmara dos Deputados, somente 4,09 % eram autodeclarados negros e 20,27 % pardos (MORAES, 2018).

Relacionando a filiação bipartidária, novamente o partido de oposição se mostrou mais atrativo para as minorias representativas, dos catorze negros, somente quatro eram arenistas e dez eram do MDB. Dos classificados como pardos, o quadro se inverte, apontando para um número maior de arenistas pardos (88 casos) do que emedebistas (50 casos).

Conforme a região os números se mostraram bastante equilibrados entre as regiões nordeste (4 negros, 35 pardos), sul (4 negros, 10 pardos), sudeste (5 negros, 79 pardos) e centro-oeste (1 negro, 4 pardos).

Mas quais são os fatores que tornaram o Congresso Nacional majoritariamente branco? Conforme Campos (2015) a resposta para esse tipo de questão vai além dos mecanismos do campo político, relacionando também os fatores sociológicos e institucionais. Para o autor, os conhecimentos dos motivos da sub-representação ainda se constituem em uma grande lacuna investigativa, uma vez que:

Não se sabe sequer em que fase da carreira política os pretos e pardos são afastados da representação. A sub-representação política deste grupo pode ser explicada por uma miríade de fatores, relacionados não apenas às escolhas eleitorais dos cidadãos, mas também a problemas no recrutamento dos quadros (CAMPOS, 2015, pág. 690).

³⁴ Presente de forma bastante perceptível, esse indicador não se configura como algo inédito aos olhos dos pesquisadores. A conclusão de que o campo representativo é uma esfera majoritariamente branca já é de grande conhecimento na bibliografia de elites políticas, como concluem os autores Campos e Machado (2017).

Uma tentativa de explicação, proposta por Campos e Machado (2017) é de que a baixa participação de negros e pardos na política não se dá pela apatia participativa desses indivíduos, mas sim, está “relacionado à posse desigual entre brancos e não brancos de recursos sociais eleitoralmente valiosos, como nível educacional, origem de classe e etc” (CAMPOS; MACHADO, 2017, p. 126).

No caso do presente trabalho, por mais que os números possam indicar importantes condições do quadro de representação, devido ao critério de seleção do universo de análise (que corresponde somente aos que tiveram sucesso a empreitada política) não se pode inferir de maneira universal sobre o fato de somente catorze negros estarem listados entre os parlamentares. Antes disso há um processo de seleção e recrutamento, como já apontado, que também influencia em quem chega à política profissional. Assim, os resultados encontrados são parte da explicação, e não a resposta final.

5.3 DE 40 Á 50 ANOS: A IDADE DO CARGO LEGISLATIVO NO BIPARTIDARISMO

A média de idade para chegar a um cargo na política profissional está relacionada a uma pluralidade de fatores, subjetivos e objetivos, de um processo de formação e seleção. Dentre os fatores objetivos, figura a normativa estipulada pela Constituição Federal de 1988, que prevê idade mínima para candidaturas aos cargos do Executivo e Legislativo. Mais tarde, em junho de 2015, o Congresso aprova uma nova disposição que torna o critério de idade mais aberto aos candidatos “mais jovens”, fixando a exigência de idade mínima aos cargos de Senador (de 38 anos para 29), Deputado Federal e estadual (de 21 anos para 18) e Governador e vice-governador (de 30 para 29 anos)³⁵.

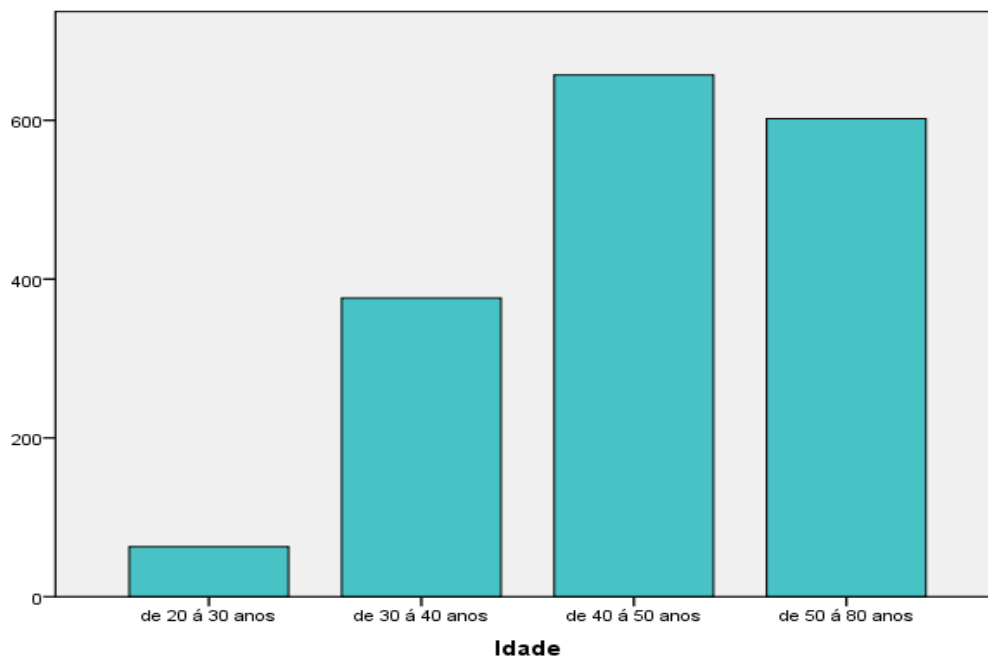
No entanto, de modo diverso a outros âmbitos profissionais, na política não há elementos pré-determinados (tirando o fato da idade mínima) que exijam dos candidatos o desenvolvimento prévio de alguma habilidade ou *know-how* que oriente a ação profissional, como no caso dos médicos, advogados e professores, que passam por uma série de anos preparatórios. Assim, a política profissional pode ser um espaço que acolha indivíduos de diferentes faixas etárias, do mais jovem (que inicia a carreira no início de sua vida adulta) aos mais experientes (que antes de chegar à política acumulam anos de preparo e trabalho em outras áreas de atuação ou até mesmo outras atividades políticas).

³⁵ PASSARINHO, Nathalia. Câmara reduz idade para candidatos a senador, deputado e governador. G1, Brasília, 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/camara-aprova-reduzir-para-18-anos-idade-minima-para-deputado.html>>. Acesso em: 05 out. 2018.

Dos fatores subjetivos, pode-se inferir sobre o plano de carreira do indivíduo, a vontade de se candidatar a um cargo, a trajetória pessoal de cada um, a vulnerabilidade eleitoral, os critérios de escolhas dos representados (que podem ver de modo negativo a inexperiência projetada pela face dos mais jovens, ou até mesmo, a incapacidade dos mais experientes em assumir diferentes demandas) e mais uma dúzia de fatores que podem se relacionar com o momento institucional específico e os critérios de recrutamento e seleção da elite política, como visto anteriormente (SANTOS, 1999; SANTOS, 2000).

Todavia, a frequência de parlamentares mais jovens ou mais experientes, pode indicar a existência de critérios ou fatores constitutivos do perfil de indivíduos que chegam à política profissional. E no caso do cenário bipartidário, a média de idade dos parlamentares era 40 a 50 anos. O Gráfico 4 evidencia a frequência de cada faixa etária, 20-30 (3,7%), 30-40 (22,1), 40-50 (38,6), 50-80 (35,6) demonstrando que, embora o indicador mais alto seja entre 40-50 anos, não há grande diferença com a última categoria, de parlamentares entre 50-80. Os mais jovens são a minoria, ficando com a menor proporção³⁶.

Gráfico 4: Frequência de idade entre os parlamentares eleitos entre 1967-1982 pela Arena e MDB



Fonte: Elaborado pela autora.

³⁶ Esse indicativo não representa um quadro muito distante do período anterior (1945-1965) que registrou uma maioria com média de idade entre 40 e 49 anos (SANTOS, 1999).

Se observados os resultados conforme a distribuição entre as quatro legislaturas, os números seguem com variação muito pequena de uma coluna para outra. Aqueles com idade entre 21-30 seguem sendo a minoria durante todo o período, enquanto que aqueles de 30-40, 40-50 e 50 ou mais, seguem como maioria.

Tabela 6: Média de idade dos parlamentares entre 1967-1982

Faixa etária	Legislatura de 1966	Legislatura de 1970	Legislatura de 1974	Legislatura de 1978	Total	%
21-30	14	9	18	22	63	3,7
30-40	113	61	88	114	376	22,1
40-50	194	136	145	182	657	38,6
50 ou mais	165	129	143	164	601	35,3
Sem inf.	0	2	3	1	6	0,3
Total	486	337	398	483	1703	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre Arena e MDB a diferença também não é muito expressiva. Considerando que os arenistas ocupavam um número maior de cadeiras, a proporção estava equilibrada entre os partidos. A maior diferença se dá com a faixa etária de 50 ou mais, que demonstra que a legenda do regime se mostrou uma opção mais profícua para aqueles que já acumulavam uma longa trajetória.

Tabela 7: Frequência de idade entre arenistas e emedebistas

Faixa etária	Arena	MDB	Total
21-30	28	35	63
30-40	212	164	376
40-50	407	249	657
50 ou mais	427	171	601
Total	1074	619	1703 ³⁷

Fonte: Elaborada pela autora.

³⁷ Soma que considera o missing.

O quadro atuante de políticos profissionais na Câmara dos Deputados, como se viu, possuía uma média de idade equivalente aos demais períodos históricos, com pequenas alterações entre as quatro legislaturas. Entre homens e mulheres prevalecia um marco entre 40 e 50 anos que não foi quebrado com o advento da democracia. Por mais que o autoritarismo tenha friccionado alterações em diferentes aspectos que tangenciam o ofício político, ele não foi capaz de alterar de maneira expressiva uma das principais características sociológicas dos Deputados brasileiros.

5.4 O ALTO GRAU DE ESCOLARIDADE QUE CONFIRMA A REGRA

Em relação à elite parlamentar, diferentes estudos já apontaram que durante muito tempo àqueles que possuíam um alto grau de escolaridade, eram maioria no Congresso Nacional (SANTOS, 1999; SANTOS, 2000; CARVALHO, 2005; CODATO, 2014). Fato esse, que nos últimos anos, vem sendo alterado por aquilo que Rodrigues (2009) chama de popularização da classe política. Segundo o autor a incorporação da classe média e de pessoas sem formação superior, acompanha uma tendência de democratização do espaço legislativo que pode se tratar “segundo os países, de um processo mais rápido ou mais lento e conjugar mudanças sociais com transformações políticas em extensões e ritmos variados” (RODRIGUES, 2009. p. 23).

No recorte aqui analisado, dos 1,703 casos, 1.449 possuíam formação em ensino superior (completa), desses, 906 eram da Arena e 540 do MDB. Demonstrando que o espaço legislativo era predominantemente ocupado por indivíduos com diplomas, contrastando com o cenário educacional do país que registrava um índice de 39,9 % de analfabetos entre 1960-1979³⁸.

Tabela 8: Formação superior dos Deputados Federais entre 1967-1982

Educação Superior	Legislatura de 1966	Legislatura de 1970	Legislatura de 1974	Legislatura de 1978	Total	%
Possui	397	296	340	416	449	85,1
Não possui	81	39	51	58	229	13,4

³⁸OS NÚMEROS da economia no regime militar. G1. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/economia/entenda-os-numeros-da-economia-no-regime-militar.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

Incompleto	2	1	5	6	14	0,8
Sem inf.	6	1	1	3	11	0,6
Total	486	337	397	483	1703	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Também se avaliou, entre aqueles que possuíam formação superior, a frequência de indivíduos com mais de uma formação. E os valores encontrados são bastante expressivos, do número total de casos, 183 possuíam dois ou mais diplomas. Em grande parte dos casos, a combinação ficava entre direito-jornalismo, direito-economia, direito-licenciatura e economia-jornalismo.

Tabela 9: Formação profissional dos parlamentares entre 1967-1982

Mais de uma formação	Legislatura de 1966	Legislatura de 1970	Legislatura de 1974	Legislatura de 1978	Total	%
Possui	55	40	40	48	183	10,7
Não possui	427	296	356	432	1511	88,7
Sem inf.	4	1	1	3	9	0,5
Total	486	337	397	483	1703	100

Fonte: Elaborado pela autora.

Uma terceira variável relaciona o número de parlamentares com formação especializada, considerando *latu sensu* e *stricto sensu* (mestrado, doutorado e especialização). No preenchimento do banco de dados, as categorias não foram discriminadas pelo tipo de curso de pós-graduação, mas sim, se possuía ou não. O resultado aponta que 18,8 % dos deputados e deputadas possuíam esse tipo de formação. O número diminui ao longo da ditadura, caindo de 100 (casos) para 86 (casos). Em 1970 o número de casos ficou em 59 e 1974 em 63.

A tabela 10 ilustra os dados de formação educacional em relação à distribuição geográfica, a categoria *missing* (que neste caso, representa a falta de informação) não está representada na tabela. O nordeste e centro-oeste se aproximam em números devido ao alto percentual de diplomados, destaca-se que essas duas regiões são aquelas com maior número de cadeiras na Câmara dos Deputados, neste período.

Tabela 10: Dados educacionais dos parlamentares entre 1967-1982 de acordo com a região

Região	Norte		Nordeste		Sul		Sudeste		Centro-oeste	
	1	2	1	2	1	2	1	2	1	2
Possui (1) não possui (2)										
Graduação	88	21	450	72	226	50	594	83	91	17
Mais de uma graduação	11	99	53	469	21	255	91	586	7	102
Pós-graduação	22	87	96	426	31	245	143	534	16	93

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação ao caso das mulheres, todas possuíam formação em nível superior, sendo quatro com mais de uma formação e três com pós-graduação e especialização. As profissões dividiam-se entre advocacia (quatro), engenharia (uma), professora universitária (quatro), jornalismo (duas) e professora e pesquisadora em história (um caso).

5.5 ORIGEM SÓCIO-OCUPACIONAL: ADVOGADOS, ENGENHEIROS E MÉDICOS

“A grande maioria dos políticos profissionais na CD continua – e provavelmente continuará – a sair durante certo tempo dos mesmos círculos e segmentos sociais que são os principais celeiros de abastecimento do pessoal político brasileiro” (RODRIGUES, 2009. p. 27).

Quando se trata da formação dos políticos profissionais, há uma grande produção bibliográfica que tenta, através de análise de uma ou mais legislaturas, examinar quais seriam as principais profissões inclinadas para a função política. No topo das ocupações está sem dúvida o advogado³⁹, seguido do engenheiro e médico. Mas isso não quer dizer que somente esse tipo de profissional oferece condições e aptidões para ocupar um cargo representativo, nem que todos tenham exercido efetivamente a profissão. A presença massiva de certo tipo de profissional na composição da elite política, demonstra que há determinantes na configuração social de modo que a ambição por um cargo político é resultado “não de uma “vocação”, mas da combinação complexa de fatores socioeconômicos” (COSTA; CODATO, 2012, p. 2), culturais e históricos.

Nessa via, a complexidade da estrutura social tende a não ser representada de forma precisa no espaço representativo, fornecendo uma “imagem invertida da estrutura social, visto

³⁹ Cf. Santos, 1999; Santos, 2000 e Codato, 2014.

que mais de três quartos dos deputados provém do decil mais favorecido – social e culturalmente – da população” (GAXIE, 2012. p. 166).

Nos casos analisados os resultados seguem os padrões encontrados por Santos (1999) e Santos (2000) que coloca o advogado no topo das ocupações entre os parlamentares, com no total de 842 casos (49,5 %). Os médicos também possuíam um espaço bastante expressivo no congresso acumulando 8%, seguido dos engenheiros com 7,3 % do valor total.

Em relação aos engenheiros e as ocupações técnicas como economia, contabilidade e administração, Santos (1999) indica que a explicação para o aparecimento considerável dessas profissões durante a ditadura, se deu pela tentativa dos militares em proporcionar uma maior “tecnificação” dos processos políticos. No entanto, por mais que o número de engenheiros e contadores sejam bastante expressivos, o número não possui transformações abruptas ao longo das quatro legislaturas. Pelo contrário, entre 1970 e 1974 no auge do regime, há uma queda substantiva de engenheiros, que só se recupera em 1978.

Aquelas atividades profissionais que tiveram aumento substantivo nos 14 anos analisados foram comerciantes, funcionário público, professor universitário, radialista e bancário. Uma das surpresas foi a categoria militar, que apresentou uma queda de 13 casos em 1966 para nove em 1978, demonstrando que a incorporação de militares nos espaços de toma de decisão não passou pela Câmara dos Deputados, em grande medida.

A Tabela 11 demonstra todas as profissões acrescidas no banco de dados ao longo da investigação. São ao todo 68 ocupações que vão de advogados e médicos à cacauicultor e colonizador.

Tabela 11: Ocupações dos Deputados Federais durante o bipartidarismo

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total
Advogado	241	179	204	219	842
Médico	50	25	26	35	136
Engenheiro	37	29	23	36	125
Jornalista	17	11	15	13	56
Grande proprietário agrícola	16	8	5	17	46
Formação militar	13	6	8	9	36
Economista	13	11	14	18	56
Comerciante	12	7	14	18	51

Contador	11	6	9	3	29
Pequeno proprietário agrícola	6	1	1	0	6
Grande empresário	6	5	8	7	26
Filósofo	6	6	3	3	18
Funcionário público	5	6	8	18	37
Pequeno empresário	5	4	2	2	13
Dentista	4	6	9	6	25
Prof. universitário	3	3	10	16	32
Prof. ensino básico	3	1	1	1	6
Químico	3	1	2	1	7
Bancário	3	1	6	7	17
Historiador	3	1	1	1	6
Membro da igreja	2	0	1	2	5
Farmacêutico	2	2	2	3	9
Eletricista	2	0	0	0	2
Trabalhador manual	1	1	1	1	4
Comunicação	1	0	0	0	1
Trabalhador agrícola	1	0	0	0	1
Administrador	1	2	3	1	7
Cafeicultor	1	1	0	0	2
Teólogo	1	0	0	0	1
Veterinário	1	1	0	4	6
Banqueiro	1	0	0	0	1
Ferrovário	1	0	0	0	1
Técnico agrícola	1	1	0	0	2
Agrônomo	1	1	0	0	2
Técnico em educação	1	0	0	0	1
Piscicultor	1	0	0	0	1
Ministro evangélico	1	0	0	0	1

Corretor	1	0	0	3	4
Escritor	1	1	0	0	2
Estatístico	1	0	0	0	1
Radialista	0	0	5	9	14
Operário	0	0	0	1	1
Tableião	0	0	2	2	6
Procurador	0	0	0	1	1
Promotor de justiça	0	0	0	2	2
Arquiteto	0	1	1	3	5
Cientista político	0	1	0	0	1
Escrivão civil	0	1	2	2	5
Diplomata	0	0	1	1	2
Despachante aduaneiro	0	0	0	1	1
Artista plástico	0	0	1	1	2
Colonizador⁴⁰	0	0	1	0	1
Usineiro	0	1	0	0	1
Matemático	0	1	1	0	2
Sociólogo	0	0	1	1	2
Funcionário autárquico	0	0	1	1	2
Telegrafista	0	0	0	1	1
Capricultor	0	0	0	2	2
Cacauicultor	0	0	0	1	1
Sem informação	6	3	5	10	24
Total	486	337	397	483	1703

Fonte: Elaborado pela autora.

Também foram medidos aqueles que indicavam em suas biografias mais de uma ocupação, nesses casos, eram separados em duas categorias: (1) possuíam mais de uma

⁴⁰ Aquele citado como colonizador, refere-se a José Benedito Canellas (Arena) que trabalhou na integração rodoviária de diversos municípios pequenos do estado de Mato Grosso.

ocupação e (2) não possuíam mais de uma ocupação. Dessa forma, aqueles que contavam com mais de uma atividade são colocados em uma mesma categoria, independentemente da quantidade.

Tabela 12: Parlamentares com mais de uma ocupação entre 1967-1982

Mais de uma ocupação	Frequência	%
Possuí	611	35,9
Não possui	1072	62,9
Total	1683	98,8
Sem informação	20	1,2

Fonte: Elaborado pela autora.

Dentre aqueles que somavam mais de uma atividade profissional, a maior frequência de segunda ocupação era o caso dos professores universitários, assim, grande parte dos parlamentares apresentava a tendência: *ocupação 1 (+) professor ou professora universitária*. Em segundo lugar está o jornalismo. Muitos daqueles que se qualificam como tal, não possuíam o diploma de jornalismo, mas sim, desempenhavam essa função publicando artigos em jornais e revistas de grande circulação na época.

Contador também segue entre as profissões mais contabilizadas como segundo ofício. Poucos casos apresentaram mais de duas ocupações, como por exemplo, o caso de Pedro Marão (advogado, professor universitário, dentista e farmacêutico), João Herculino de Souza Lopes (advogado, grande proprietário agrícola, funcionário público e empresário) e Leopoldo Peres Sobrinho (advogado, jornalista, professor universitário e administrador) que acumulam quatro profissões autodeclaradas.

A Tabela 13 mostra o desempenho da variável profissão ao longo do bipartidarismo, conforme as categorias agrupadas:

Tabela 13: Ocupações agrupadas dos parlamentares entre 1967-1982

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total	%
Advogado	242	179	204	219	844	49,6
Engenheiro	37	29	23	36	125	7,3

Médico	50	25	25	35	135	7,9
Jornalista	15	11	15	12	53	3,1
Outras ocupações de nível superior	50	38	54	75	217	12,7
Ocupações médias	34	26	44	56	160	9,4
Outras ocupações (militar igreja)	19	8	11	13	51	2,9
Grande empresário	23	13	13	24	73	4,3
Pequeno empresário	10	5	3	3	21	1,2

Fonte: Elaborada pela autora.

Os resultados reafirmam a formação de advogado entre as ocupações de maior incidência no Congresso Nacional, dado que se manteve até 1998 com média entre 28 e 17 %⁴¹. Seguido das ocupações de médicos, engenheiros e jornalistas, que juntos somam 317 casos, 18,61 % do total. Indicando que o quadro de atuação no período autoritário provinha de círculos sociais delimitados, requerendo habilidades e recursos específicos daqueles que desejavam ascender a cadeira legislativa.

5.6 CARGOS, MANDATOS, FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E VÍNCULOS: O CAMINHO DA POLÍTICA PROFISSIONAL

Em termos institucionais, sabe-se que toda carreira política, do ponto de vista de quem quer aceder a ela por via eleitoral, está condicionada pela existência de maior ou menor número de portas de entrada e de oportunidades para progredir (ALCÂNTARA, 2016. p. 121).

Dos parlamentares que exerceram o mandato entre 1967 e 1982, 40,09% ocuparam o primeiro mandato político com idade entre 30 a 40 anos. Esse resultado vai ao encontro dos achados de Santos (2000), que indica uma tendência que atravessa diferentes momentos históricos. Há um crescimento daqueles que garantem o ingresso mais jovem (até 30 anos) mantendo uma média de frequência com variação entre de 27,62 % e 26,50 %.

Quando relacionado aos partidos políticos, os números não apresentam grandes variações, a faixa de 30-40 anos registrou 413 casos para a Arena e 268 para o MDB. Nas

⁴¹ Cf. Santos, 2000.

demais categorias, a Arena apresentou um número maior de 21-30 com 303 em relação aos 167 casos de emedebistas.

Tabela 14: Frequência de idade inicial dos parlamentares durante o bipartidarismo

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total	%
21-30	134	97	111	128	465	27,6
30-40	212	132	154	184	697	39,8
40-50	102	74	101	116	388	23,0
50 ou mais	31	26	25	39	116	7,4
Sem inf.	7	8	7	16	37	2,2
Total	485	337	397	483	1703	100

Fonte: Elaborada pela autora

Em relação ao momento de ingresso no ramo político não foi encontrado diferenças relevantes de acordo com a região ou o estado dos parlamentares. No entanto, vale mencionar que 41,99 % daqueles que possuíam idade entre 30-40 anos, eram da região centro-oeste, com 286 casos. As mulheres, que representam a minoria do quadro analisado, seguem a mesma predisposição encontrada na soma geral, das doze analisadas quatro tiveram seu primeiro cargo com idade entre 30-40 anos, outras quatro com 21-30, duas entre 40-50 e outras duas com 50 ou mais.

Tabela 15: O cargo de iniciação na política dos parlamentares atuantes durante o bipartidarismo na Câmara dos Deputados

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total
Deputado Estadual	143	99	108	116	466
Deputado Federal	152	120	151	178	601
Vereador	65	57	74	103	299
Prefeito	51	27	26	42	146
Adm. estadual	34	9	11	9	63
Adm. federal	11	4	3	2	20
Sem inf.	8	6	6	16	36

Adm. municipal	5	3	2	1	11
Suplente de D. F	5	2	3	5	15
Governador	4	2	5	4	15
Vice-prefeito	3	5	6	6	20
Suplente de D.E	2	1	1	1	5
Senador	1	1	1	0	3
Vice-governador	1	1	0	0	2
Total	485	337	397	483	1702

Fonte: Elaborada pela autora.

Quanto ao mandato de estreia, o cargo de Deputado Federal ocupa o posto de maior frequência entre os parlamentares analisados. Cabe destacar, que nessa categoria, somaram-se os indivíduos sem carreira prévia (do mandato legislativo) ou que já tinha ocupado o cargo antes do bipartidarismo, no início de sua caminhada pela profissão política. O número de casos dessa categoria aumenta ao longo da ditadura, como demonstra a tabela anterior.

Entre aqueles que debutavam entre 21-30 anos o primeiro cargo eletivo de maior frequência foi Deputado Estadual (152 casos) e Vereador (146 casos). Do outro lado, entre aqueles que entravam para a política mais tarde, de 50 anos para cima, a maior incidência se dá como Deputado Federal (95 casos). Os cargos em administração federal, estadual e municipal não figuraram entre os cargos mais recorrentes, somando somente 93 casos.

Houveram casos em que o parlamentar teve um decréscimo da posição política, em relação a estrutura de carreira política no Brasil. Os casos daqueles que tiveram o primeiro mandato como senador, vice-governador e governador (vinte casos) correspondem a “consequência das dinâmicas particulares trilhadas por cada um” (ENGLER, 2018. p. 152), que garantiu uma escalada ascendente na largada, promovendo posteriormente, a regressão para uma posição “inferior”, como o caso de Deputado Federal.

Também foram examinados o número de mandatos ocupados pelos indivíduos até chegar ao cargo de Deputado Federal, pelas legendas Arena e MDB. Os resultados apontam que grande parte dos casos não possuía nenhum mandato antes do bipartidarismo sendo ao todo 774 casos (45,44%). Ao fim do bipartidarismo aqueles que nunca tinham sentado na cadeira legislativa eram o grupo de maior expressão. O caso de nove mandatos foi do arenista Manoel Cavalcanti Novaes da Bahia, que se manteve atuante até a retomada pluripartidária.

Tabela 16: Mandatos ocupados antes do bipartidarismo

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total	%
Nenhum mandato	193	153	191	237	774	45,4
Um mandato	148	84	94	107	433	25,4
Dois mandatos	53	46	42	64	205	12,0
Três mandatos	47	25	42	32	146	8,6
Quatro mandatos	24	16	12	21	73	4,3
Cinco mandatos	13	4	9	7	33	1,9
Seis mandatos	2	5	1	4	12	0,7
Sete mandatos	3	1	4	2	10	0,6
Oito mandatos	0	3	1	2	6	0,4
Nove mandatos	0	0	1	0	1	0,1
Sem inf.	2	0	0	6	8	0,5
Total	485	337	397	483	1703	100

Fontes: Elaborado pela autora.

Entre as mulheres o cargo inicial de maior frequência foi de Deputado Federal (oito casos), seguido de Vereador (três casos) e Deputado Estadual (um caso). Em relação a permanência no legislativo aquelas que passaram mais tempo no Congresso nacional durante o bipartidarismo foram Necy Santos Novaes e Lygia Maria Lessa Bastos pela Arena. Necy atuou como Deputada Federal durante três mandatos, sendo um deles pelo extinto PTB, foi casada com o político Manuel Cavalcanti de Novaes, que acumulou longos anos de trabalhos legislativos pelo PSD e posteriormente pela Arena.

Já Lygia Maria Lessa Bastos, diferente de Necy, não iniciou sua carreira como Deputada Federal. Antes de chegar ao Congresso passou pelo cargo de Vereadora (UDN) em 1947, conseguindo a reeleição consecutiva em 1950, 1954 e 1958. Em 1960 elege-se a

Deputada Estadual, mantendo-se no cargo por mais dois mandatos. Ao todo Lygia soma 27 anos de experiência política antes de chegar a ser eleita a Deputada Federal.

Quanto à experiência prévia de todo o quadro analisado, esses, demonstram um número bastante expressivo entre aqueles que acumulavam mais de quatro anos de experiência, como apontam os estudos de Marengo (2000). Conforme apontado pelo autor, entre 1966 e 1978 aqueles que somavam de 5 a 15 anos de carreira formavam o maior grupo entre arenistas e emedebistas. E em comparação com as legislaturas anteriores (1946-1962) e posteriores (1982-1998), o político profissional atuante no bipartidarismo apresenta um percentual médio de experiência.

Os cargos acumulados durante o caminho até o Congresso Nacional também foi um dos critérios de avaliação do presente estudo, que indicam que um dos principais postos ocupados na escalada política foi de Deputado Estadual, seguido de Vereador e Prefeito.

Tabela 17: Cargos ocupados pelos Deputados e Deputadas Federais até o mandato legislativo

Legislaturas	1966	1970	1974	1978	Total
Deputado Estadual	137	96	107	115	455
DF sem carreira prévia	137	115	149	178	579
Vereador	66	55	74	103	298
Prefeito	52	28	25	42	147
Adm. estadual	37	14	14	10	75
Deputado Federal	17	6	4	5	32
Adm. federal	11	4	2	2	19
Sem inf.	8	4	4	12	28
Adm. municipal	5	2	2	1	10
Governador	4	2	5	4	15
Vice-prefeito	3	5	6	6	20
Suplente de D.E	2	1	1	1	5
Sem cargo	1	0	0	0	1
Senador	1	1	1	0	3

Vice-governador	1	1	0	0	2
Suplente de Deputado Federal	1	1	2	2	6
Total	483	335	396	481	1695 ⁴²

Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à relação com o sistema partidário extinto em 1965, os dados informam que o quadro de parlamentares foi constituído, em sua maioria, por indivíduos provenientes das legendas partidárias que foram substituídas pela Arena e MDB. Na legislatura de 1966, 98,8 % do total tinham ligação com algum partido extinto. No entanto, ao passar dos mandatos, esse número cai para 72% na legislatura de 1978. Embora haja uma queda, a relação com o sistema partidário anterior ainda é bastante forte nos 14 anos de bipartidarismo⁴³.

Por mais que seja notado um crescimento substantivo daqueles que iniciaram a vida política pela Arena ou MDB, aqueles que tiveram contato com a formação partidária sobreposta pelo autoritarismo ainda se mantinham presentes na Câmara dos Deputados. Entre arenistas e emedebistas, o maior índice de vinculação orbitava em torno da Arena. Entre os emedebistas, havia uma maior taxa de renovação do quadro, como apontando por Santos (1999).

Segundo o autor, em decorrência das seguidas derrotas eleitorais, do grande número de cassados e perseguidos e dos impactos do AI-5 sobre os emedebistas, a legenda de oposição teve que buscar novos recursos e novos nomes para formar o quadro atuante na Câmara dos Deputados. Não se tratando, necessariamente, de uma renovação em relação à idade ou novos nomes no cenário político, mas sim, da necessidade de alterar e buscar novos nomes para ocupar os lugares esvaziados pelos expurgos e insucesso nas eleições (CARVALHO, 2008).

Um último dado a ser discutido é a relação de parentesco. Essa variável tem sido explorada de diferentes formas nos últimos anos (MENEGUELLO et al, 2012; ENGLER, 2018) na tentativa de compreender a relação dos vínculos (de sangue e sociais) com o perfil sociológico e político dos representantes brasileiros. Na tentativa de seguir essa tendência, a variável foi imputada no banco de dados. No entanto, o resultado demonstrou um alto grau de casos sem informações (*missing*), onde a informação sobre possíveis vínculos esbarrou na falta de fontes. Dos 1.703 casos, 367 não possuem informação.

⁴² Desconsidera o *missing*.

⁴³ Considerando também o fator da troca geracional, que substitui de maneira natural o quadro atuante.

Essa defasagem limita de maneira expressiva a análise, que ficará circunscrita a um número reduzido de casos. Frente a esse problema, considerando que a falta de informações também demonstra um tipo de resultado e uma limitação inerente ao processo científico, ponderou-se por utilizar essa variável somente na análise descritiva, excluída da análise de conglomerado e análise de cluster.

Tabela 18: Vínculos associativos dos parlamentares entre a elite política 1967-1982

Legislatura	1966	1970	1974	1978	Total
Vínculo social	10	4	4	4	22
Vínculo de Sangue	109	70	76	82	337
Sem informações	367	263	317	407	1344
Total	486	337	397	483	1703

Fonte: Elaborado pela autora.

Considerando que o meio familiar é por si só um importante indicador da posição social dos parlamentares, que mobiliza não apenas “os patrimônios econômicos que podem ser herdados pelos descendentes, de uma forma mais direta através de um testamento, mas também outros tipos de capitais, como o cultural e o político” (ENGLER, 2018, p. 147). Dentre os casos mensurados o meio familiar e social possui um peso considerável sobre a carreira dos parlamentares, tanto da Arena, quanto do MDB.

Do total de casos, há um equivalente de 21,55 % em relação ao número total (100%), que possuem algum tipo de vínculo, seja entre seus parentes mais próximos, como pai mãe, avô ou avó (337 casos) como também aqueles que adquiriram o vínculo através de casamento, como marido ou mulher, sogro e sogra, cunhado ou cunhada. A frequência de casos sofre com a passagem de legislaturas, e com o fim do bipartidarismo, há uma defasagem daqueles que possuíam em sua bagagem uma rede de conexões que garantia o suporte na carreira política.

5.7 FECHAMENTO DO CAPÍTULO

Como observado ao longo do capítulo, os resultados encontrados apontam para um grupo bastante coeso em relação às variáveis sociológicas e heterogêneo em relação às características de carreira política. Durante as quatro legislaturas não houveram grandes saltos ou mudanças. A morfologia social da Câmara dos Deputados pouco se alterou ao longo dos 14

anos de bipartidarismo, indo ao encontro dos achados de Santos (1999) que indicam que alterações substantivas na elite parlamentar, só puderam ser percebidas no período de redemocratização, quando há uma maior circulação de deputados e deputadas.

Aqueles que cumpriram o mandato do início do bipartidarismo até sua extinção, apresentaram porcentagem expressiva que ajudam a definir o político profissional, de modo geral, como alguém do sexo masculino, branco, que chega ao mandato legislativo com idade entre 40 e 50 anos, possui um alto grau de escolaridade, com mais de 10,8% com mais de um diploma e 18,8% com especialização ou pós-graduação. É um indivíduo que vêm de círculos sociais marcados pela alta escolaridade, e conseqüentemente, com uma boa condição financeira. Assim, não provinham da grande maioria da população com baixa escolaridade e situação econômica periférica.

Quanto à profissão que mais esteve presente entre os parlamentares, os resultados circundam as ocupações já demarcadas como grandes “celeiros” de reprodução da elite política (RODRIGUES, 2009). Que são os diplomas em direito, engenharia e medicina. No entanto, muitos deles indicaram mais de uma ocupação, que apresentam uma característica marcante, também, entre a origem profissional desses atores, como o caso do professor universitário e jornalista.

Diferenças entre homens e mulheres, em relação a todos os 22 indicadores, não foram encontradas. Aquelas poucas mulheres que foram analisadas (12 casos), demonstram biografias com tendências bastante próximas com aquelas encontradas entre o sexo masculino. Conseqüentemente, independente do gênero, os parlamentares provinham dos mesmos espaços sociais, de círculos restritos e bastante elitizados.

Quanto ao indicador de filiação partidária, não foram observadas diferenças significativas de biografias de arenistas e emedebistas. Ser filiado a Arena ou ao MDB, não reproduzir discrepâncias em quem foram as pessoas que chegaram ao legislativo. O partido não ficou entre as categorias que delimitaram ou diferenciaram os perfis.

A única diferença mais expressiva se deu com a variável de cargos ocupados e cargo inicial, que apontam o crescimento do número de Deputados Federais sem carreira prévia. Que passam de 137 para 178 na última legislatura, representando o total de 36,85 % dos eleitos.

6 OS PERFIS DO POLÍTICO PROFISSIONAL (1967-1982)

“Por quaisquer indicadores que se olhe, a morfologia social dos parlamentares tem se alterado no Brasil: como todos os estudos verificaram até aqui, nem os políticos são todos iguais, nem a política nacional é o reino dos mesmos homens de sempre” (COSTA; CODATO, 2012, p. 10).

Os resultados explorados pelo capítulo anterior auxiliaram a delimitar, de modo geral, quem eram os políticos profissionais durante o bipartidarismo. Por meio dos índices e frequências foi possível, em um primeiro momento, avaliar quais as características que sobressaem em meio a um quadro bastante heterogêneo.

Partindo desses pressupostos gerais, esse último capítulo tem o objetivo de converter todos esses indicadores em diferentes perfis, para identificar os grupos que se distinguem pelas biografias. Para isso, será empregue a Análise de correspondência múltipla e análise de conglomerado.

6.1 O ALTO GRAU DE INFLUÊNCIA DA CARREIRA SOBRE A IDENTIFICAÇÃO DE GRUPOS CONGRUENTES

Os resultados obtidos com a aplicação da análise de correspondência múltipla (ACM) apontam para importantes indícios sobre os condicionantes que orbitam em torno do perfil político profissional, que atuaram sob regime civil-militar. Indicando a coexistência de grupos homogêneos e heterogêneos na dimensão. A Tabela 19 demonstra o resumo do modelo aplicado:

Tabela 19: Resumo do modelo aplicado na Análise de correspondência múltipla

Dimensão	Alfa de Cronbach (α)	Total	Inércia
1	0,677	2,601	0,200
Total	-	2,601	0,200
Contribuição	0,667	2,601	0,200

Fonte: elaborado pela autora.

O princípio de classificação foi de uma dimensão (eixo). A utilização de mais de uma dimensão não demonstrou resultados significativos ao estudo, uma vez que, quando selecionadas duas ou mais dimensões os resultados acabavam espelhando os valores da primeira, como demonstra a tabela abaixo, exemplificando a justificativa pelo modelo aplicado:

Tabela 20: Exemplos de modelos de correspondência com mais de uma dimensão

Duas dimensões	Três dimensões	Quatro dimensões	Cinco dimensões
-----------------------	-----------------------	-------------------------	------------------------

Alfa de Cronbach (α)	1° (0,665)	1° (0,665)	1° (0,665)	1° (0,665)
	2° (0,601)	2° (0,601)	2° (0,601)	2° (0,601)
		3° (0,615)	3° (0,615)	3° (0,615)
			4° (5,250)	4° (5,250)
				5° (5,123)
Inércia	1° (1,840)	1° (1,870)	1° (1,870)	1° (1,870)
	2° (1,640)	2° (1,640)	2° (1,640)	2° (1,640)
		3° (1,621)	3° (1,621)	3° (1,621)
			4° (1,953)	4° (1,953)
				5° (1,901)
Variância	1° (2,612)	1° (2,612)	1° (2,612)	1° (2,612)
	2° (2,290)	2° (2,300)	2° (2,300)	2° (2,300)
		3° (2,263)	3° (2,263)	3° (2,263)
			4° (1,952)	4° (1,952)
				5° (1,901)

Fonte: elaborado pela autora.

Considerando que a consistência interna medida pelo Alfa de Cronbach (α) apresenta um valor apropriado (os valores entre 0,6 e 0,9 são interpretados como satisfatórios), com o alfa em 0,677 e a inércia em 0,200 considera-se que a aplicação dessa ferramenta representa um grau relevante de credibilidade.

A Tabela seguinte apresenta o quanto cada indicador contribui na formação dos eixos (quanto maior o valor da correlação, maior o valor de contribuição da variável para a dimensão). As variáveis de carreira política (cargo inicial, idade inicial e cargos ocupados) são aquelas que mais se destacam na formação da dimensão, ou seja, são essas variáveis que melhor definem e caracterizam o perfil dos parlamentares.

Tabela 21: Medidas de discriminação da análise de correspondência múltipla

Variáveis	Dimensão 1	Contribuição
Região	0,066	0,066
Sexo	0,000	0,000
Cor/etnia	0,011	0,011
Idade	0,053	0,053
Educação Superior	0,171	0,171
Mais de uma graduação	0,056	0,056
Pós e especialização	0,058	0,058
Profissão agrupada	0,250	0,250

Partido (Arena ou MDB)	0,001	0,001
Cargo Inicial agrupado	0,745	0,745
Idade Inicial	0,413	0,413
Cargos ocupados	0,751	0,751
Mandatos	0,027	0,027
Legislatura (variável suplementar)⁴⁴	0,001	0,001
Total	2,601	2,601

Fonte: Elaborada pela autora.

O cargo que marcou o *debut* – expressão usada por Santos (2000) para referenciar o mandato que abriu as portas da política para o indivíduo – e a idade que essa iniciação acontece, são aqueles principais elementos que definem os casos analisados. Os parlamentares que tiveram iniciação como Governador, vice-governador e Senador possuem uma diferença significativa em relação a outros que construíram suas bases em nível municipal e estadual para depois se lançar a um cargo federal, cumprindo tradicionalmente mandatos como Prefeito, Vereador e Deputado Estadual.

Entre aqueles que possuíam passagens em cargos como Governador e vice-governador, chama a atenção a relação com vínculos associativos. Grande parte desses atores possuíam formação militar e vínculos familiares entre a elite política. Irmão e pai são aqueles que mais aparecem como indicadores de relação.

Em outra medida os cargos até (que contabilizaram os mandatos acumulados até a eleição ao cargo de Deputado Federal no bipartidarismo) representam 0,751 de contribuição à dimensão, marcando que as escolhas e estratégias de carreira são fatores relevantes na definição de distâncias entre um perfil e outro.

Os dados sociológicos que mais representam inferências sobre o perfil são diplomação (0,171) e origem-sócio ocupacional (0,25). Por mais que essa variável tenha demonstrado a tendência a grande variação e diversidade entre os casos, a profissão continua sendo uma das características mais “fortes” dos Deputados e Deputadas eleitas. Confirma-se a longa tendência já apontada pela literatura, de que a formação educacional possui um grande “peso” sobre os fatores constitutivos do político profissional.

⁴⁴ O indicador de legislatura aos quais os casos se relacionavam, foi acrescida como variável complementar, assim, foi incorporada na análise sem interferir na formação e no agrupamento dos componentes.

As variáveis de gênero, cor/etnia, idade e região são as que menos contribuem para dimensão. Ou seja, ser mulher ou homem, branco ou negro, ser jovem ou não, ser do Norte ou do Nordeste, não se constitui como um fator decisivo na formação do perfil. Essas variáveis perdem a relevância quando comparados aos recursos políticos adquiridos durante a carreira.

Para ficar mais claro o modo como os parlamentares foram classificados, pegamos um exemplo dos casos que habitam as extremidades da dimensão. O perfil dos parlamentares que estão com maior grau de distanciamento são Rubens Berardo Carneiro da Cunha, do MDB (posição -6,16) e Laerte Ramos Vieira também do MDB (posição 1,70). Natural de Recife, Rubens Berardo transferiu-se para o Distrito Federal ainda jovem, onde eu início a sua carreira política. Com 40 anos, foi eleito ao cargo de Deputado Federal pelo PTB em 1954, seguindo no cargo por mais três mandatos até ser eleito vice-governador do estado da Guanabara em 1965 (permanecendo nessa posição até 1971). Com o bipartidarismo, ingressou no partido de oposição, sendo eleito a mais dois mandatos a Deputado Federal.

Já Laerte Ramos Vieira, de Santa Catarina, deu início a carreira política com 25 anos de idade sendo eleito ao cargo de Vereador em 1950, pela cidade de Lajes, através da legenda UDN. Em 1962 é eleito ao cargo de Deputado Federal, pelo mesmo partido, permanecendo neste cargo por mais um mandato.

O percurso de carreira dos dois indivíduos se distancia pelo tempo de dedicação e pelo percurso. De um lado um perfil mais experiente, com passagens em cargos com maior prestígio e visibilidade, acumulando mais tempo de atividade no legislativo. De outro lado, um perfil mais jovem, com menos experiência, com cargos menores dentro da escala de prestígio⁴⁵ e, portanto, menos socializado na atividade política. Assim, coloca os casos de modo distante, pelo grau de especialização nas atividades.

Como já apontando anteriormente, o fato de possuir bagagem e anos de dedicação, corresponde ao grau de profissionalização. E não, se é entendido como político profissional ou não. Dessa forma, podemos concluir que entre esses dois casos, são de políticos profissionais que se distinguem pelo grau de investimento. Tendo de um lado um indivíduo mais experiente e socializado no ofício, e de outro, um indivíduo com menos recursos políticos que chega a cadeira legislativa pouco experimentado.

Quanto às características sociais há significativas diferenças entre os dois. Rubens Berardo era empresário, sem formação acadêmica, enquanto, Laerte Ramos Vieira possuía

⁴⁵ Em relação a “hierarquia” entre os cargos no caso brasileiro, ver: Miguel (2003).

duas formações (economia e direito) e pós-graduação. Ambos eram brancos e não foram encontradas informações sobre possíveis laços familiares ou sociais entre a elite política.

A comparação destes casos aponta para diferenças consideráveis na biografia de cada indivíduo, esse parâmetro se mantém quando comparado os quatro casos de cada extremidade. O Quadro 4, indica de forma mais categórica as características daqueles que estão sobressaindo entre o ponto 0 e 1 da dimensão.

Quadro 4: Os quatro casos de cada extremidade da dimensão

Parlamentar	Posição	Partido	Região	Ed. Sup.	Mais de 1	Pós-esp.	Profissão	Cargo e idade Inicial	Cargos
Janary G.Nunes	-5,77	Arena	Norte	Não possui	Não possui	Não possui	Formação Militar	Governador (30-40)	Governador e Dep. Federal
Hélio da Costa C.	-5,66	Arena	Norte	Não possui	Não possui	Não possui	Formação Militar	Governador (40-50)	Governador
Alacid da S. Nunes	-5,66	Arena	Norte	Não possui	Não possui	Não possui	Formação Militar	Governador (40-50)	Governador e prefeito
Paulino L. da Costa	-5,35	Arena	Norte	Não possui	Não possui	Não possui	Pequeno empresário	Senador (50-80)	Suplente e titular ao cargo senador
Victor Faccioni	1,60	Arena	Sul	Possui	Possui	Possui	Advogado	Vereador (20-30)	Vereador Dep. estadual
Harry Alziro Sauer	1,62	MDB	Sul	Possui	Possui	Possui	Advogado	Vereador (20-30)	Vereador Dep. estadual
Laerte R.Vieira	1,62	MDB	Sul	Possui	Possui	Possui	Advogado	Vereador (20-30)	Vereador Adm. estadual
Gastão de M. Müller	1,75	Arena	Centro-Oeste	Possui	Possui	Possui	Advogado	Adm. Estadual (20-30)	Adm. estadual

Fonte: Elaborado pela autora

Pela leitura do quadro, reitera-se a diferenciação quanto aos recursos políticos de cada caso das extremidades. Quanto à filiação partidária, não foi identificada distância entre os partidos Arena e MDB; o fato de ser arenista ou emedebista não configurou como uma das formas de dissociação entre os perfis.

A classificação entre os oito casos torna mais evidente que o Congresso, embora tenha perdido grande parte de suas prerrogativas, continuou sendo um espaço importante de abrigo e manutenção da carreira para diferentes atores. Dos menos experientes aos mais profissionalizados.

Aqueles que ocupam a referência zero da dimensão, que são os chamados centroides (0,0) são ponderados como o perfil médio da dispersão. Nesta investigação dois casos habitam

a posição 0,0, que são os parlamentares Zany Gonzaga (Arena) e Alcir de Melo Pimenta (MDB).

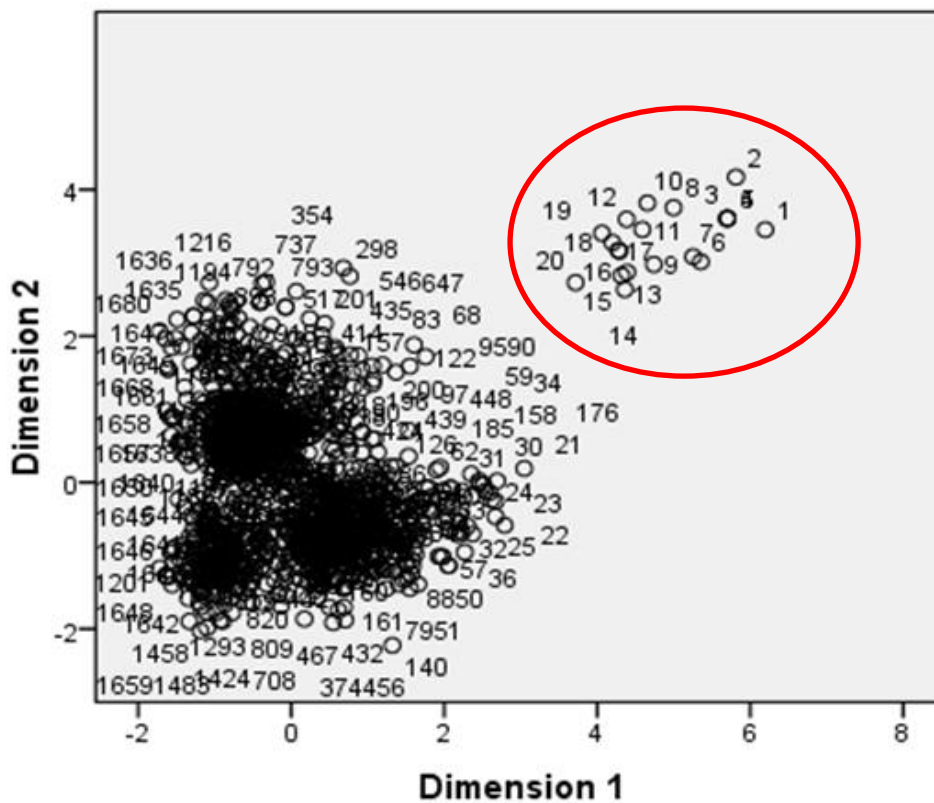
Os dois casos aproximam-se pela formação educacional (ambos eram diplomados) e pelo momento de iniciação na atividade política, já que ambos deram o pontapé inicial durante o período de ditadura. As características que sobressaem são o cargo inicial e os mandatos acumulados durante a carreira. Zany, desde seu primeiro mandato, chega a câmara dos Deputados com onze anos de experiência, sendo eleito na legislatura de 1978. Já Alcir teve seu primeiro mandato já como DF em 1970.

Relacionando as características dos dois casos que ocupam o centroide, podemos definir o perfil médio de político profissional como: homem, branco, com idade entre 40 e 80 anos, com formação universitária, sem filiação partidária anterior ao bipartidarismo, sem vínculos familiares entre a elite política. A experiência prévia, como divergiu bastante, não foi computada como uma das variáveis que melhor definem esses casos.

Como uma das principais funções da ACM é a representação gráfica da distribuição dos casos, o gráfico de dispersão (Gráfico 4) foi incorporado nesta análise. No entanto, a diferença está no número de dimensões. Quando pedimos que a ACM gere somente uma dimensão, o gráfico de dispersão não apresenta um alto grau de explicação, pois acaba acumulando os casos em um mesmo espaço, tornando a análise gráfica sem sentido. Dessa forma, para que fosse possível a visualização gráfica da distribuição dos casos, foi necessário incorporar de mais uma dimensão, gerando uma nova ACM.

No gráfico entrevemos pontos dispersos entre os eixos (1 e 2), cada ponto possui uma posição espacial dentro da dimensão, que reflete a similaridade ou a preferência em relação aos casos (entre si). Cada pequeno círculo corresponde a um caso.

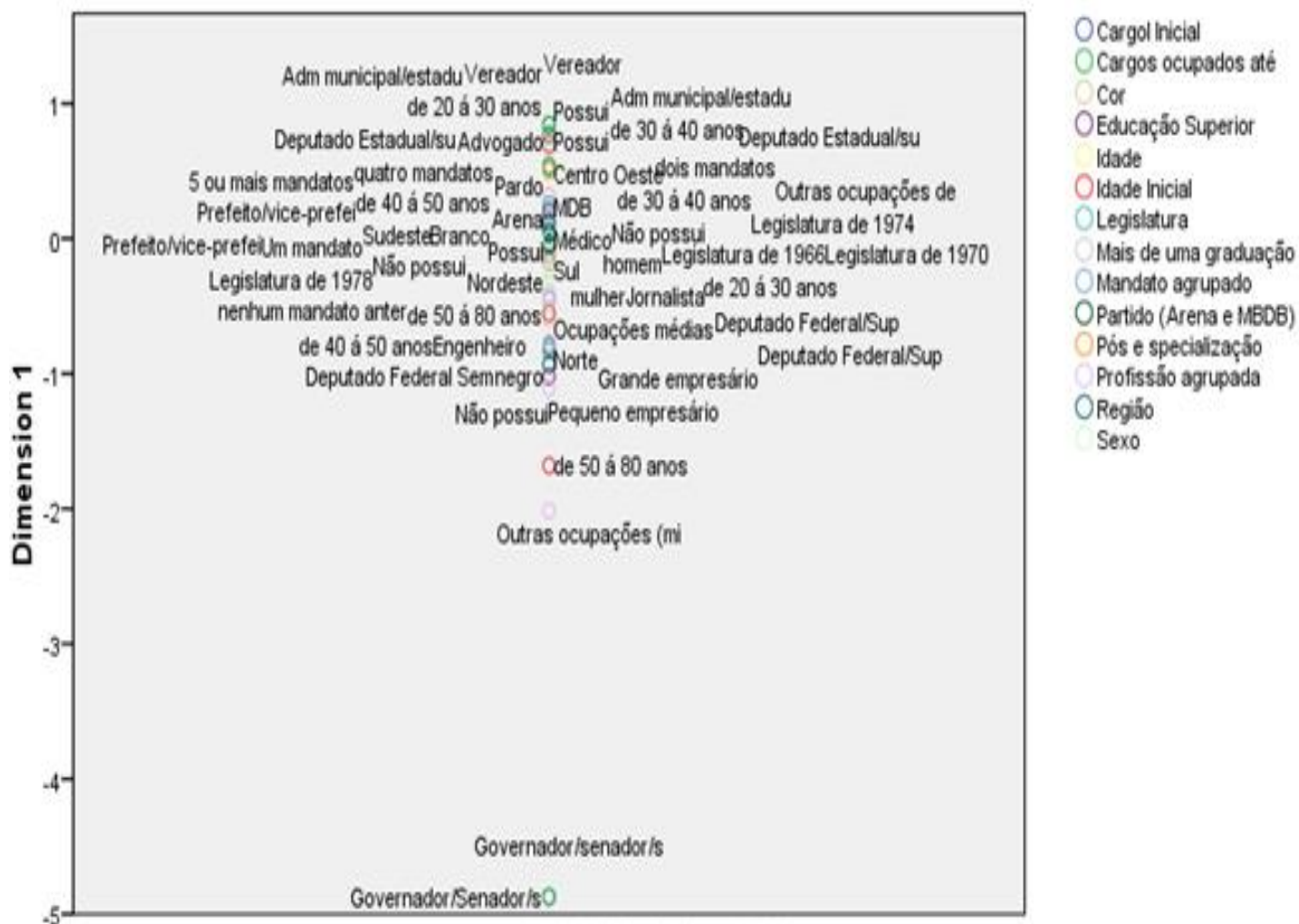
Gráfico 5: Pontos de objeto marcados pelo número do caso, exemplo de distribuição.



Fonte: Elaborado pela autora.

O Gráfico 5 indica visivelmente a existência de dois grupos. Um grupo pequeno mais afastado do centroide, com casos dispersos em um espaço reduzido; de outro lado, um grupo mais numeroso e heterogêneo, com pequenas divisões formando núcleos de aproximação mais fortes e casos distribuídos na periferia.

Aqueles que estão dentro do círculo vermelho, são os casos da extremidade (com valor negativo) como Janary Nunes, Hélio da Costa, Alacid da S. Nunes, Paulinho L. da Costa e Renato Bayma, exemplificados no Quadro 4.

Gráfico 6: Agrupamento das variáveis na dimensão 1

Fonte: Elaborado pela autora.

As categorias ficaram distribuídas de modo que o contraste de perfil fica bastante nítido. Cargos como Vereador e Governador, vice-governador e Senador, estão em uma distância considerável. Assim como a idade inicial se destaca colocando de um lado os mais jovens (20-30 anos) e de outro os mais experientes (50-80 anos). A categoria de Deputados Federais sem carreira prévia fica bem próxima à faixa de idade inicial entre 50-80 anos.

Novamente as variáveis gênero e filiação partidária ficam muito próximas, confirmando os achados anteriores, de que ser homem ou mulher, arenista ou emedebista, não é um traço que influencia de maneira direta a distribuição dos perfis.

Como visto, as características que se sobressaem na identificação e formação dos parlamentares estão circunscritas a carreira política. Os dados sociais, por não demonstrarem grandes alterações e diferenças, correspondem a uma porcentagem pequena na identificação do profissional da política no período autoritário. Com esses achados, a próxima seção tem a

finalidade de buscar entre essas aproximações e correspondências, identificar e dividir os grupos, conforme suas características.

6.2 OS QUATRO PERFIS DE DEPUTADOS E DEPUTADAS FEDERAIS NA DITADURA

Com a aplicação da análise de cluster, foi possível identificar a existência de quatro perfis de políticos profissionais atuantes durante o bipartidarismo, que se distinguem, principalmente, pelas variáveis de carreira política, resultado que confirma a leitura da ACM.

A Tabela 21 demonstra o número de casos distribuídos em cada perfil e o percentual equivalente. Os grupos foram distribuídos com base na predisposição atribuída para cada caso na ACM.

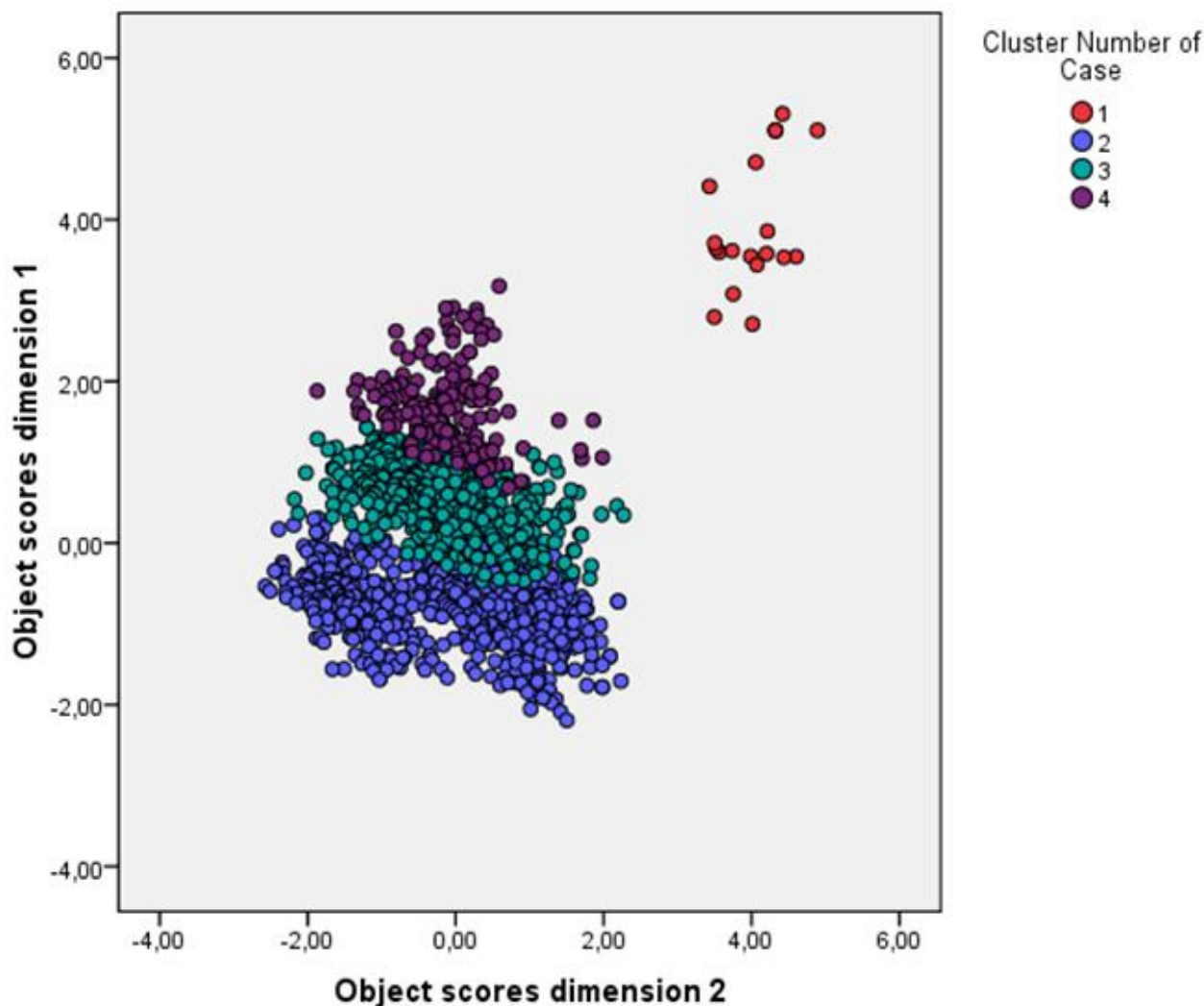
Tabela 22: Número e percentual de casos em cada cluster

Grupo do cluster	Número de casos	%	% válido
Grupo 1	20	1,2	1,2
Grupo 2	878	51,6	51,6
Grupo 3	626	36,8	36,8
Grupo 4	179	10,5	10,5

Fonte: Elaborada pela autora.

A quantidade de grupos é determinada pelo próprio pesquisador, o critério aqui escolhido foi baseado no Gráfico de distribuição 5, que demonstrou a tendência de quatro divisões. A utilização de mais grupos acabaria formando perfis menores, porém muito próximos, reduzindo a escala qualitativa da análise. Por exemplo, se relacionado cinco grupos a classificação separaria de modo artificial clusters de parlamentares com traços biográficos semelhantes. Essa constatação, fica bastante visível quando observado o Gráfico 7.

Gráfico 7: Gráfico de dispersão dos quatro *cluster*



Fonte: Elaborado pela autora.

A identificação dos quatro clusters (separados por cores) na dimensão um, apresenta um gráfico bastante próximo ao Gráfico 5 da ACM. Há um grupo de menor escala, formado pelos marcados em cor vermelha, que se distanciam do grande grupo. Enquanto o grande grupo identificado pelo Gráfico 4, aqui é dividido em porções, muito próximas.

Os grupos adjacentes do centroide são aqueles marcados em verde e roxo (cluster 3 e 4), que embora sejam bastante próximos, são bastante heterogêneos. Já perfil médio (centroide) apresenta as características já descritas na seção anterior. O que indica, nessa primeira leitura, é que o perfil médio é um ponto de referência relevante na formação dos grupos 3 e 4.

No quadro abaixo estão dispostos os quatro perfis de políticos profissionais identificados, com suas respectivas características e categorias. Vale apontar, que aquelas características acrescidas no quadro, são as que mais representam o grupo. Por exemplo, no perfil um há indivíduos com formação superior e também sem formação superior. Mas o que

foi considerado como característica principal foi o indicador com maior frequência entre os casos.

Quadro 5: Os quatro perfis de políticos profissionais durante o bipartidarismo

Características	Perfil 1	Perfil 2	Perfil 3	Perfil 4
Nº casos	20	878	626	179
Idade	50-80	40-50, 50-80	Todas	40-50 e 50-80
Cor/etnia	Branco e pardo	Banco e pardo	Branco, pardo e negro	Branco pardo e negro
Sexo	Homens	Homens e mulheres	Homens e mulheres	Homens e mulheres
Região	Norte e nordeste	Nordeste, sul, sudeste, centro-oeste	Nordeste, sudeste, norte	Sul. Sudeste e nordeste
Formação superior	Possui	Possui	Possui	Possui
Mais de um diploma	Não possui	Não possui	Possui	Não possui
Pós-especialização	Não possui	Possui	Não possui	Não possui
Ocupação	Militar, igreja e engenheiro	Advogado, engenheiro, médico e outras ocupações de nível superior	Grande empresário. Engenheiro, médico, advogado, Ocupações médias.	Advogado, ocupações médias, outras ocupações de nível superior
Cargos Inicial	Governador/Senador	Dep. Estadual, Adm. estadual, municipal, federal, Vereador e Prefeito	Deputado Federal e Deputado Estadual	Deputado Federal
Idade Inicial	40-50 e 50-80	20-30, 30-40 e 40-50	30-40 e 40-50	40-50 e 50-80
Partido	Arena e MDB	Arena e MDB	Arena e MDB	Arena e MDB
Cargos ocupados	Governador/Senador	Deputado Estadual, Adm. estadual, municipal, federal, Vereador e Prefeito	Deputado Federal, sem carreira	Deputado Federal, sem carreira
Mandatos na Câmara dos Deputados	Zero	De 1 a 8 mandatos	De 1 a 8 mandatos	De 1 a 5 mandatos

Fonte: Elaborado pela autora

A forma como se deu a divisão dos perfis ficou pautada, principalmente, nas diferenças em relação a carreira política de cada caso. O modo como eles iniciaram e atuaram antes de chegar a cadeira parlamentar, foi o item que representou maior inferência sobre a divisão dos clusters.

Para facilitar a leitura e marcar as diferenças de cada perfil, delimitamos um nome para cada um dos quatro. A escolha desses nomes foi complicada, devido ao alto grau de heterogeneidade de alguns grupos, que relacionam indivíduos com biografias diversificadas. Dessa forma, para tentar estabelecer um critério para escolhas do nome, foi necessário recorrer ao grau de contribuição das variáveis para formação dos perfis que, como dito anteriormente, relacionou principalmente a carreira prévia. Vejamos a análise de cada perfil:

Os ex-governadores do legislativo (perfil 1)

O perfil 1 intitulado *Os ex-governadores do legislativo* é formado por 20 homens, sendo eles brancos e pardos, que assumem o primeiro mandato de Deputado Federal pelas novas legendas, com idade entre 50 a 80 anos. Grande parte, chega a essa posição pela primeira vez durante o bipartidarismo (13 casos). Sendo 11 da Arena e 9 do MDB.

Não se tratam de parlamentares com passagem em cargos da administração (municipal, estadual ou federal) ou mandatos estaduais de menor projeção como Vereador, Prefeito ou Deputado Estadual, esses, são os casos como já indica o próprio nome, de indivíduos que tiveram o primeiro passo na política em cargos do Executivo estadual (governador ou vice) ou a suplência do mandato de senador.

Esse tipo de experiência antes de chegar à cadeira legislativa também é um indicador presente desde antes do bipartidarismo, como mostra Santos (1999). Entre 1946 e 1967, 5,3 % dos eleitos tinham registrado passagem como governador ou vice. Número que cai consideravelmente após a redemocratização, passando a 3,1 %.

Os parlamentares já mencionados no quadro quatro, Janary Nunes, Hélio da Costa, Alacid da S. Nunes, Paulinho L. da Costa e Renato Bayma são aqueles que melhor definem esse grupo, que em relação aos demais, é bastante homogêneo. Foram deputados que possuíam menos experiência em relação ao tempo de investimento, porém acumulavam socialização em postos de grande relevância, garantindo maior projeção a nível estadual e nacional.

Quanto aos vínculos associativos ascendentes (familiares ou sociais), não há grande porcentagem que sugestione uma característica determinante para esse primeiro perfil. Somente três casos de vínculos de sangue, respectivamente de Renato Bayma Archer da Silva, filho de Sebastião Archer da Silva que foi governador do Maranhão por duas vezes e senador durante o bipartidarismo; Janary Gentil Nunes, que teve um irmão que ocupou o cargo de Deputado Federal do Amapá; e Etelvino Lins de Albuquerque, filho do Deputado Federal Ulisses Lins de Albuquerque.

Dos vinte parlamentares onze possuíam educação superior, enquanto nove não possuíam nenhum diploma. Dentre os graduados haviam engenheiros, médicos, militares e padres. Ambos não possuíam especialização ou pós-graduação.

Tabela 23: Distribuição dos casos do Perfil 1 conforme legislatura

Legislaturas	1966	1970	1974	1978
Perfil 1	6	4	6	4

Fonte: Elaborado pela autora.

Embora esse primeiro perfil tenha um número bastante reduzido de casos, ele é bastante expressivo em relação à permanência durante as quatro legislaturas e ao tipo de recurso político e social de seus integrantes, que mesclam passagens em cargos de grande prestígio, com pouca experiência prévia, e fortemente marcada pela formação militar.

Tabela 24: Relação de casos do perfil 1

Deputado	Legislatura	Partido	Região
Luiz de Souza Cavalcante	1966	Arena	Nordeste
José Ruy da Silveira Lino	1974	MDB	Norte
Emmanuel Waismann	1974	MDB	Sudeste
Etelvino Lins de Albuquerque	1970	Arena	Nordeste
Paulo Cruz Pimentel	1978	Arena	Sul

Fonte: Elaborado pela autora.

A tabela 23 exemplifica os casos mensurados nesse perfil, que mesclam arenistas e emedebistas, entre as regiões de nordeste, norte, sudeste e sul. Embora a distribuição regional, de modo geral, não tenha apresentado grande relevância na identificação dos perfis, para os casos do perfil 1, apresentou uma predominância de parlamentares do norte e nordeste (13 casos).

Em relação a filiação partidária anterior ao bipartidarismo, esse grupo teve maior frequência daqueles que tiveram ligação com as organizações partidárias extintas. Dos 20 casos, 15 foram vinculados a legendas como: PTN, PSP, PTB, PSD e UDN.

Parlamentares com grande mobilidade em âmbito municipal e estadual (perfil 2)

Em comparação ao grupo anterior, formado por maioria masculina, o perfil dois também relaciona mulheres. É claro, que o número entre homens e mulheres é muito distante (4 mulheres e 874 homens), visto que os homens eram maioria, mas a presença das mulheres em meio a um perfil predominantemente masculino, também contribui para a afirmação de que o gênero não foi um dos elementos de diferenciação entre os perfis.

Com origem regional bastante diversificado, o perfil 2 abriga casos da região de nordeste (253), sul (141), sudeste (387) e centro-oeste (69). Há incidência de cor/etnia também é um dado importante nesse grupo, com 92 pardos e 574 brancos (sem calcular o *missing*).

Desses 877 casos, grande parte iniciou a carreira com idade entre 21 e 50 anos (relacionando as três faixas etárias categorizadas, 21-30, 30-40 e 40-50). Quanto ao acúmulo de experiência antes de chegar ao mandato legislativo federal, o perfil 2 é marcado por aqueles que tiveram sua socialização bastante diversificada, mesclando cargos da administração municipal, estadual e federal, Prefeito, Vereador e Deputado Estadual, como sugere o nome do grupo: *Os experientes em âmbito municipal e estadual*.

Dos quatro grupos identificados pelo *Cluster*, esse é o perfil que indica a convergência de carreiras políticas com maior mobilidade institucional, em relação a passagem por diferentes níveis de atuação. Acumulando passagens em secretarias e mandatos de projeção estadual e municipal.

Desse grupo, grande parte dos parlamentares possuía relação com as organizações partidárias extintas em 1965, dos 877 casos, 550 foram filiados, em sua maioria, nos partidos PSD e UDN.

Outro traço é a grande presença de indivíduos com mais de um mandato como Deputado Federal, com média entre dois e sete reeleições. Indicando carreiras mais longevas. A contribuição da variável de filiação partidária também é pouco expressiva nesse grupo, pois se dividem entre 539 arenistas e 338 emedebistas, como evidencia a Tabela 23, com os exemplos de casos desse perfil.

Tabela 25: Relação de casos do perfil 2

Deputado	Legislatura	Partido	Região
Eraldo Machado de Lemos	1970	MDB	Nordeste
Harry Alziro Sauer	1970	MDB	Sul
Daso de Oliveira Coimbra	1974	Arena	Sudeste
Bonifácio José Tamm de Andrada	1978	Arena	Sudeste
Harry Alziro Sauer	1978	MDB	Sul

Fonte: Elaborada pela autora.

Os diplomados são a maioria, com uma forte tendência a formação como advogado (542 casos), enquanto as demais ocupações se dividem entre médico (760, engenheiro (50), ocupações médias (47), grande empresário (10), pequeno empresário (4) e outras ocupações de nível superior (128). Dos quatro perfis, possui o maior índice de especialistas/pós-graduados com 666 casos, mais de 76% do total de casos possuíam formação para além do diploma universitário.

O perfil de *Parlamentares com grande mobilidade em âmbito municipal e estadual*, por mais que seja agrupado através da categoria de carreira política, não deixa de indicar heterogeneidades sociológicas. A idade (em que ocupou o mandato bipartidário) e origem sócio-ocupacional dos 877 casos torna o perfil bastante dividido, como se indicassem “sub-grupos”, que são arrolados pelas suas afinidades políticas.

Para exemplificar o conjunto total de características desse perfil, temos caso de Eraldo Machado de Lemos do MDB. Formado em medicina, Eraldo possuía vinculação com as organizações estudantis desde os tempos de graduação. Logo quando saiu da universidade foi eleito a Deputado Estadual de Sergipe, em 1947 pela UDN. Passou pela secretaria de saúde e pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB). Com o bipartidarismo filia-se ao MDB, sendo eleito em 1967 ao cargo de Deputado Federal.

Tabela 26: Distribuição dos casos do Perfil 2 conforme legislatura

Legislaturas	1966	1970	1974	1978
Perfil 2	263	177	197	241

Fonte: elaborado pela autora.

Ao longo das quatro legislaturas o perfil 2 se mantém de maneira equilibrada, entre os 14 anos de bipartidarismo houve a diminuição (de 1966 para 1970), como também teve o aumento da frequência deste grupo (de 1974 para 1978), demonstrando as oscilações da composição do legislativo federal.

Os Deputados de formação estadual e federal (perfil 3)

Também formado por Homens (621) e mulheres (5) esse grupo se dividia entre maioria de brancos (394) e uma minoria de negros (10) e pardos (35). No entanto, por mais que os números de negros e mulheres sejam extremamente baixos nesse grupo, em relação aos outros três, esse foi o perfil que mais abrigou mulheres e negros.

Os primeiros passos na atividade política foram marcados por cargos de Deputado Federal e Deputado Estadual, com pequenos casos de prefeitos (59 casos). Relacionando a idade de início do mandato no bipartidarismo, foram mensuradas todas as faixas etárias de 21 a 80 anos, com maior incidência sobre aqueles com 40-50 (356 casos) e 50-80 (286 casos).

Quanto à filiação partidária, assim como o perfil dois, há um maior número de arenistas (410 casos). Esse dado deve ser lido com cautela. Por mais que o número de arenistas seja maior, isso pode não indicar que existiam dois perfis mais afinados com aqueles que eram da Arena. Ao longo do bipartidarismo os números da Arena foram muito melhores do que aqueles obtidos pela oposição.

Tabela 27: Distribuição dos casos do perfil 3 conforme legislatura

Legislaturas	1966	1970	1974	1978
Perfil 3	263	177	197	241

Fonte: elaborado pela autora.

Todos aqueles vinculados a esse perfil possuíam formação superior, com um (583 casos) ou mais de um diploma (38 casos), sem casos de especialistas ou pós-graduados. Sendo formando em grande parte por advogados (269), outras ocupações especializadas (71 casos) e grande e pequeno empresário (49 casos).

Tabela 28: Relação de casos do perfil 3

Deputado	Legislatura	Partido	Região
David José Lerer	1966	MDB	Sudeste
Oswaldo Zanello Vieira da Costa	1970-1974	Arena	Sudeste
Milton Steinbruch Lomacinsky	1974	MDB	Sudeste
Ozires Pontes	1966	MDB	Nordeste
Adhemar Santillo	1974	MDB	Centro-oeste

Fonte: Elaborado pela autora.

O terceiro perfil se define, principalmente, pela grande experiência dos seus componentes, com acúmulo de mandatos na Câmara dos Deputados. Profissionais de formação superior e inclinação para o direito e incorporação dos grandes e pequenos empresários.

Dos casos, ressalta-se a biografia de Oswaldo Zanello Vieira da Costa, que possuía a formação religiosa, ocupação empresarial e relação com a Ação Integralista brasileira (AIB). Oswaldo, foi um dos fundadores do PRP, juntamente com Plínio Salgado. Teve seu primeiro mandato como Deputado Estadual pelo Espírito Santo em 1950. Ingressou na Câmara dos Deputados antes do bipartidarismo, acumulando dois mandatos até se filiar a Arena. A filiação com os partidos extintos, representou 46,06% entre os casos.

O perfil deste parlamentar é bastante representativo deste grupo, com atividade empresarial e uma trajetória prévia que se caracterizou, principalmente, pela passagem nos cargos de Deputado estadual e Federal.

Os contornos do perfil *Os Deputados de formação estadual e federal* são próximos daqueles encontrados no perfil analisado anteriormente, dos *Parlamentares com grande mobilidade em âmbito municipal e estadual*. Ambos apresentam categorias bastante heterogêneas em seu interior, ao mesmo tempo em que são marcados de modo específico pela variável de carreira. De um lado aqueles com maior mobilidade entre os cargos eletivos e secretarias e de outros aqueles que acumulam uma longa experiência em âmbito legislativo.

Os parlamentares sem experiência prévia (perfil 4)

O último grupo se aproxima bastante daqueles intitulados *Os ex-governadores do legislativo (perfil 1)*, porém, com maior número de casos e a incorporação de mulheres e negros. Desses, 89 eram brancos, 3 eram negros e 8 eram classificados como pardos (esses números não consideram o *missing*). Com uma distribuição regional circunscrita sobre o cenário sul (31 casos), sudeste (64 casos) e nordeste (52).

Tabela 29: Distribuição dos casos do Perfil 4 conforme legislatura

Legislaturas	1966	1970	1974	1978
Perfil 4	49	34	35	61

Fonte: elaborado pela autora.

Formam esse grupo os menos experientes, que tiveram seu primeiro contato com a política através do mandato de Deputado Federal durante a última experiência autoritária. A categoria *Deputados Federais sem carreira política prévia* soma ao todo 163 dos casos, correspondendo a 91,06 % do total.

Desses, a idade de ingresso também foi mais tardia, com resultados diversos que tornam a idade um componente bastante heterogêneo, com *debut* entre 40 e 80 anos (forma que relaciona aqueles de idade entre 40-50 e 50 ou mais). Essa média de idade contrasta com os achados de Santos (1999) que apontam que grande parte dos parlamentares que exerceram mandato entre 1946 e 1999 orbitava entre a média de idade entre 40 e 49 anos.

Dessa foram, assim como o perfil dois dos *Parlamentares com grande mobilidade em âmbito municipal e estadual*, o perfil 3 também espelha um dado que se aplica a grande maioria da elite parlamentar nacional.

Tabela 30: Relação de casos do perfil 4

Deputado	Legislatura	Partido	Região
João Batista Castejon Branco	1978	Arena	Sudeste
Manoel de Sousa Santos	1966	Arena	Nordeste
Oswaldo Brabo de Carvalho	1978	Arena	Norte
Jamil Amiden	1966	MDB	Sudeste
Joaquim Falcão Macêdo	1966	Arena	Norte

Fonte: Elaborado pela autora.

O grupo se divide entre aqueles com formação superior (93 casos) e sem formação universitária (85 casos), sem casos de mais de uma graduação ou pós-especialização. Entre as ocupações prevalece aqueles com ocupações médias (41 casos), advogados (31 casos) e ocupações militares (16 casos).

Dentre os parlamentares exemplificados na Tabela 29, o arenista João Batista Castejon Branco representa quase de maneira bastante fidedigna as características expressas no quadro geral, do perfil quatro. Elegendo-se ao primeiro mandato pela Arena em 1978. Antes disso, trabalhou em gabinetes e comissões do Senado Federal. Não possui passagens em secretarias ou cargos anteriores a ditadura. Quanto à origem sócio-ocupacional, desempenhava a função de jornalista, não sendo devidamente formado nessa área.

6.3 TESTE DE HIPÓTESE

Como já apontado, neste estudo o pressuposto que deu forma a investigação era de que em meio ao bipartidarismo houberam distintos perfis de políticos profissionais atuantes na

Câmara dos Deputados, que se diferenciavam, principalmente, pela filiação partidária e pela legislatura em que foram eleitos.

Dessa forma, esperava-se que no decorrer das quatro legislaturas (1966, 1970, 1974 e 1978) o perfil indicasse mudanças expressivas nas características sociológicas e os atributos adquiridos no percorrer da carreira política, somando idade que se elegeu durante a ditadura, cor/etnia, gênero, formação, profissão, idade do primeiro cargo político, cargo inicial, cargos acumulado, número de mandatos como Deputado (a) Federal e vínculos associativos. Apontando para um perfil que mudava ao longo dos 14 anos, e que era bastante distinto em relação a ser arenista ou emedebista.

Esse pressuposto indicava duas direções, uma primeira que considerava que as características biográficas dos parlamentares teriam sentido de modo direto a pressão exógena do ambiente institucional, causando a alteração ou até mesmo uma grande mudança nas pessoas que chegavam ao cenário legislativo. Considerando as seguidas intercessões dos militares nas ferramentas e nos recursos necessários para a continuidade, início e manutenção da carreira política.

E uma segunda direção, que presumia que o indicador de filiação partidária, seria um fator de impacto nos perfis, uma vez que Arena e MDB possuíam lugares e espaços distintos, que direcionavam para um maior sucesso daqueles que eram filiados ao partido de apoio ao governo militar. Assim, seria retratado distanciamento entre o perfil de arenistas e emedebistas, no que tange a carreira política.

Tabela 31: Comportamento das variáveis de perfil social ao longo do bipartidarismo
(expressa pelo maior indicador de frequência)

Legislaturas	1966 (%)	1970 (%)	1974 (%)	1978 (%)
Sexo	Homem 98,76	Homem 99,70	Homem 99,74	Homem 99,17
Cor/etnia*	Branco 92,05	Branco 97,92	Branco 97,62	Branco 94,86
Idade	40-50 39,91	40-50 40,35	40-50 36,43	40-50 37,68
Ed. superior	Diplomados 81,68	Diplomados 87,83	Diplomados 85,64	Diplomados 86,12

Mais de uma formação	Não possui 87,86	Não possui 87,83	Não possui 89,67	Não possui 89,44
-----------------------------	---------------------	---------------------	---------------------	---------------------

Fonte: Elaborado pela autora.

Entretanto, a hipótese não se confirmou. A leitura do comportamento das variáveis (descritiva) e aplicação da análise de conglomerado e análise de cluster expõe a permanência e a manutenção de características gerais que se confirmam ao longo de todo o bipartidarismo. Assim como não há mudanças de uma legislatura para outra, não há diferenças significativas entre ser um parlamentar arenista ou emedebista. As Tabelas 31 e 32 tornam essa constatação mais evidente.

Tabela 32: Comportamento das variáveis de carreira ao longo do bipartidarismo (expressa pelo maior indicador de frequência)⁴⁶

Legislatura	1966 (%)	1970 (%)	1974 (%)	1978 (%)
Idade Inicial	30-40 43,71	30-40 39,16	30-40 38,79	30-40 38,09
Cargo Inicial	Deputado Federal 31,34	Deputado Federal 35,60	Deputado Federal 38,03	Deputado Federal 36,85
Cargos ocupados	Sem carreira prévia 28,36	Sem carreira prévia 34,32	Sem carreira prévia 37,62	Sem carreira prévia 37,00
Número de mandatos prévios	Zero mandatos 39,79	Zero mandatos 45,40	Zero mandatos 34,59	Zero mandatos 49,00

Fonte: Elaborado pela autora

Ou seja, dos 1.703 casos analisados há tendências que se confirmam, por mais que seja possível dividi-los em quatro grupos. Pois todos esses grupos fazem parte de um quadro geral que possuem afinidades que se preservam.

Embora os militares tenham inferido seguidamente nos meios e recursos de formação e perpetuação da classe política, o quadro de políticos atuantes na Câmara dos Deputados, não

⁴⁶ A variável parentes na política não foi considerada nesta tabela, por representar um número muito elevado de *missing*.

sofreu alterações da primeira à última legislatura, de acordo com as variáveis analisadas. Foram pouco expressivos os aumentos ou diminuições de indicadores. Se houveram significativas mudanças no quadro de políticos atuantes, essas devem aparecer quando observados um recorte cronológico mais extenso, relacionando e comparando para além dos 14 anos aqui investigados.

A fisionomia sociológica dos parlamentares permaneceu sem alterações substantivas, indicando a reprodução de homens, brancos, com diplomas de direito, medicina e engenharia; com média de idade consolidada. As bases sociais das quais serviam o quadro legislativo, continuaram sendo as mesmas.

Pequenas alterações podem ser observadas nas variáveis de carreira, porém, não se qualificam como mudanças expressivas no quadro geral. Como por exemplo, o aumento dos eleitos sem experiência prévia e o desaparecimento daqueles que possuíam formação e socialização em cargos como senador, governador e vice-governador.

Dessa forma, os resultados inferidos demonstram que a hipótese lançada pela presente dissertação não se confirma em nenhuma medida.

6.4 FECHAMENTO DO CAPÍTULO

Como demonstrado ao longo do capítulo seis, puderam ser identificados quatro perfis de políticos profissionais atuantes durante a ditadura. São quatro grupos que se distinguem pelos indicadores de origem sócios-ocupacionais, idade e carreira política. Desses quatro perfis, muitas fisionomias permanecem como resquícios até os dias de hoje como idade média, formação acadêmica, sub-representação de mulheres e negros e aumento do índice de indivíduos inexperientes que passam a ocupar a cadeira legislativa.

Também foi produto desse capítulo a identificação das diferentes medidas e pesos que formam cada perfil. Tendo um primeiro, com os traços mais dominantes, como as variáveis de origem étnica/racial, gênero e formação política. Eram homens, brancos com pouca escolaridade, com formação militar e ingresso na política de modo tardio (após um longo período de atuação militar). Esse primeiro perfil, é o único que converge aqueles que possuem experiência prévia em cargos como governador, vice-governador, e suplente de senador.

Desta forma o primeiro perfil, delimitou-se entre aqueles parlamentares que ingressaram no mundo político em uma posição bastante favorável a conquistas de postos

(possui recursos de origem), e que executa um movimento contrário em sua carreira. Saindo de um cargo de maior prestígio e visibilidade, para um cargo menor.

Já o segundo e o terceiro perfil, são formados por aqueles casos que orbitam entre o primeiro e o quarto perfil, com finalidades, aproximações e alto grau de categorias heterogêneas.

O segundo perfil mobiliza parlamentares com maior acúmulo de experiência, relacionando para além dos mandatos eletivos, os cargos em secretarias federais, estaduais e municipais. São aqueles que possuem uma formação política mais tradicional, perpassando por diferentes espaços políticos, conseqüentemente com um acúmulo maior de socialização entre a elite política. O terceiro perfil é aquele que relaciona uma grande porcentagem de empresários e indivíduos com pouca ou nenhuma experiência política prévia.

O quarto e último perfil se aproximam bastante do primeiro, como já dito antes, porém relaciona aqueles que tiveram o ingresso na política durante o período bipartidário. Aqueles categorizados como *deputados federais sem carreira prévia*.

7 CONCLUSÃO

Embora a categoria de político profissional esteja relacionada diretamente com a democracia, a peculiaridade da história política brasileira — que contou com 21 anos de autoritarismo ao mesmo tempo em que manteve espaços e ferramentas democráticas — proporcionou a continuidade das atividades políticas, garantindo que diferentes indivíduos pudessem atuar de forma profissional na política, percorrendo cargos e posições institucionais para assegurar a manutenção da carreira.

Nessa via foi possível conceituar os homens e mulheres que atuaram durante o bipartidarismo na Câmara dos Deputados, como políticos profissionais, com funções e atividades próprias do ofício político. Desse entendimento, os Deputados e Deputadas puderam ser medidos por meio de suas biografias pessoais e individuais, tomando como critérios de observação a carreira política e os dados sociológicos.

Ao longo desta investigação, que teve como problema mobilizador *analisando a carreira política e o background social dos parlamentares que atuaram durante o bipartidarismo (1967-1982) é possível identificar perfis de políticos profissionais?* Percorreu-se por 22 variáveis para compreender e analisar quem foram os políticos profissionais atuantes durante a ditadura, pelas novas legendas criadas em 1965, Arena e MDB. Para chegar aos

resultados, foi necessário ultrapassar os limites da análise descritiva e mobilizar recursos estatísticos que dessem conta de responder à questão central.

Ao explorar os dados por etapas, também foi possível debater de forma mais precisa, todos os percalços e resultados da cada variável, para a identificação do perfil geral. Ressalta-se que esse tipo de abordagem colabora para um estudo quantitativo que não deixa de lado a contribuição de cada indicador para a análise geral. Pois, se por um lado, os resultados e a análise ficam mais suscetíveis a críticas, por outro lado, auxiliam na acessibilidade e clareza do processo científico.

Da análise dos resultados, podemos destacar a existência de um perfil geral, que converge todas as características por meio da análise descritiva, e quatro perfis, identificados pela ACM e análise de conglomerado. O perfil geral dos parlamentares está bastante alinhado aos pressupostos dominantes da literatura de elites políticas, que define esses indivíduos como homens, brancos e com alto nível de escolaridade. Eram uma massa dominante de homens que ingressavam na política após poucos anos de dedicação a atividade profissional de origem, chegando ao mandato legislativo durante a ditadura, com média de idade entre 40 e 50 anos.

Dentre esses, surpreende o alto grau de especialização, que indica que 18,8 % possuíam pós-graduação ou especialização; e também, uma segunda ocupação como professor universitário ou jornalista.

A origem ocupacional mais latente ficou relacionada aos já constituídos “celeiros” de reprodução da elite parlamentar, que se constitui do casamento de diplomas de direito, medicina e engenharia. Tais, já apontados por Santos (1999), Santos (2000) e Rodrigues (2009) como aqueles diplomas que dominam em grande escala a formação da elite parlamentar.

Com os produtos, também foi possível inferir sobre as discrepâncias representativas no legislativo, visto que somente doze mulheres e quatorze negros, fizeram parte do quadro de representação legislativa em 14 anos. No entanto, por mais que esse número seja bastante alarmante, pouco se modificou desde então, demonstrando que a ditadura também assegurou um retrato bastante negativo de nossa história política e social que atravessa gerações: a desigualdade de representação de negros e mulheres na política.

Em relação aos quatro perfis identificados, esses, conseguiram expressar as diferentes fisionomias daqueles que compuseram o quadro de políticos atuantes na Câmara dos Deputados. Eram diferentes grupos que se aproximavam em relação a suas características sociológicas e se diferenciavam em relação aos caminhos e traços tomados em suas carreiras.

A identificação desses diferentes perfis, assim como, a análise descritiva, demonstraram que a hipótese lançada na presente investigação foi refutada. Não houveram diferenças e

alterações significativas ao longo das quatro legislaturas (em relação as variáveis analisadas), muito menos, essas mudanças puderam ser sentidas em relação a filiação partidária.

Dessa forma, dentro dos limites desta investigação, sugestiona-se que o tempo de existência do bipartidarismo não reproduziu alterações significativas, a curto prazo, nas características biográficas dos parlamentares, como também, não introduziu grandes alterações entre aqueles que eram filiados a Arena e o MDB.

Por mais que as alterações promovidas pelos militares beneficiassem aqueles que eram da Arena, enquanto os expurgos e mecanismos institucionais colocassem obstáculos para os emedebistas, ambos estavam lado a lado quando se tratava de suas características de carreira política e *background* social. A cada troca de mandato, cada eleição e cada legislatura, resultavam na continuidade de um modelo e quadro político já existente, que ultrapassou as interferências militares para sua perpetuação.

Ademais, os resultados obtidos nessa investigação, embora tenham auxiliado na identificação do político profissional que viveu sob as amarras autoritárias também auxilia a suscitar novas interrogações. Os quatro perfis identificados pela análise podem ser aplicados a todo quadro atuante entre 1965-1984? Haveria perfis diferentes em relação ao mandato eletivo analisado (diferença entre Deputado Federal e Estadual, Vereador e Prefeito)? Teriam resultados diferentes se fossem analisados os senadores, governadores ou prefeitos? Os Deputados Federais investigados podem ser tomados como um espelho da classe política daquele período?

Essas questões podem ser tomadas para estudos futuros, tendo em vista que entender e observar como se dá a formação e perpetuação dos quadros representativos é também contribuir para a qualidade da representação política de um país. Saber quem são os homens e mulheres que são escolhidas para dar voz aos diferentes grupos sociais, assim como, perceber os padrões, perpetuações, mudanças, podem elucidar importantes questões da política profissionais e do funcionamento das instituições.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, Manuel. **A profissionalização política**. Paraná: COP-PPGCP/UFPR, 2016. 380 p.
- ALCÂNTARA, Manuel. De políticos y política: profesionalización y calidad en el ejercicio público. México: **Perfiles Latinoamericanos**, nº 41, jul. 2013, 19-44 p.
- ALCÂNTARA, Manuel. Political career and political capital. México: **Convergência Revista de Ciências Sociais**, n. 73, 2017.
- ALDRÍN, Philippe; BARBONI Thierry. Ce que la professionnalisation de la politique fait aux militants. Lausanne: **Identifier, Antipodes**, 2008. 28-59 p.
- ANDRÉS, Roberto Rodrigues. El ascenso de los candidatos outsiders como consecuencia de las nuevas formas de Comunicación Política y la desafección ciudadana. Espanha: **Revista Comunicación y Hombre**, nº 12, 2016. 73-95 p.
- ARAÚJO, Paulo Magalhães. Gênero e profissionalização política – perfis sociais e trajetórias de parlamentares no Congresso Nacional. Brasília: **Anais do 18º encontro do Congresso Brasileiro de Sociologia**, 2017.
- AZEVEDO, Débora Bithia; RABAT, Mario. **Parlamento Mutilado: Deputados federais cassados pela ditadura de 1964**. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2012.
- BAAKLINI, Abdo. **O Congresso e o sistema político no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- BERTONCELO, Edson Ricardo. O uso da Análise de correspondência múltipla nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos. Caxambu: **40º encontro da ANPOCS**, 2016.
- BERTONCELOS, Edson. O uso da Análise de Correspondências Múltiplas nas Ciências Sociais: possibilidades de aplicação e exemplos empíricos. Caxambu: **Anais do 40º encontro da ANPOCS**, 2016.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. São Paulo: Malheiros editores, Ed. 10, 2000.
- BORCHERT, Jens; ZEISS, Jürgen (org.). **The political class in advanced democracies, a comparative handbook**. Estados Unidos: Oxford University press, 2003.
- BLOG DO MÁRIO MAGALHÃES. Principais capas de jornais publicadas entre o final de março e o dia dois de abril de 1964. [Post] 31 mar. 2014. Disponível em: <<https://blogdomariomagalhaes.blogosfera.uol.com.br/2014/03/31/19-capas-de-jornais-e-revistas-em-1964-a-imprensa-disse-sim-ao-golpe/>>. Acesso em 23 jul. 2018.
- BRASIL. **Ato Institucional nº 1**, de 9 de abril de 1964. Dispõe sobre a manutenção da Constituição Federal de 1946 e as Constituições Estaduais e respectivas Emendas, com as modificações introduzidas pelo Poder Constituinte originário da revolução Vitoriosa.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br//CCIVIL_03/AIT/ait-01-64.htm>. Acesso em: 17 jun. 2018.

BRINGHENTI, Taiane Os Ex-libertadores no contexto bipartidário: Arena ou MDB. Análise a partir do estado do Rio Grande do Sul. Montevideo: **anais do 9º congresso latino-americano de Ciência Política**, 2017.

CABEZAS, Lina; BARRAGÁN, Melany. Repensando la profesionalización de los políticos. Espanha: **Revista interdisciplinaria de literatura, história y ciencias sociales**, v. 14, nº 54, 2014.

CAMPOS, Luiz Augusto. Socialismo Moreno, Conservadorismo Pálido? Cor e Recrutamento Partidário em São Paulo e Rio de Janeiro nas Eleições de 2012. Rio de Janeiro: **Revista Dados- revista de ciências sociais**, v. 58, n. 3, 2015. p. 689-719.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub-representação política dos não brancos no Brasil. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 16, 2015. p. 121-151.

CARDOSO, Fernando Henrique. Associated-dependent development theoretical and practical implications. In Alfred Stepan (org), **Authoritarian Brazil**, New Haven: Yale university press, 1973.

CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o regime militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e MDB**. Tese (doutorado em sociologia e antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/PPGSA. Rio de Janeiro, 2008.

CERVI, Emerson Urizzi. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política**. Curitiba: Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, v.1, 2017.

CODATO, Adriano. Classe política e regime autoritário, os advogados do Estado novo em São Paulo. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 29, nº 84, 2014.

CODATO, Adriano. A formação do campo político profissional no Brasil: uma hipótese do caso de São Paulo. Curitiba: **Revista de sociologia política**. v. 16, nº 30, 2008.

CODATO, Adriano; COSTA, Luís Domingo; MASSIMO, Lucas; HEINZ, Flávio. Regime político e recrutamento parlamentar: um retrato coletivo dos senadores brasileiros antes e depois da ditadura. Curitiba: **Revista de sociologia política**. v. 24, nº 60, 2016.

CORADINI, Odaci Luiz. **Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 286 p.

COSTA, Luís Domingos; CODATO, Adriano. A profissionalização da classe política brasileira no século XXI: Um estudo do perfil sócio profissional dos deputados federais (1998-2010). Caxambu: **Anais do 40º encontro da ANPOCS**, out. 2011.

COSTA, Luís Domingos; CODATO, Adriano. Competição e profissionalização política: as eleições para deputado federal no Brasil em 2010. Gramado: **Anais do 8º encontro da Associação Brasileira de Ciência Política**, ago. de 2012.

COSTA, Luís Domingos; CODATO, Adriano. Profissionalização ou popularização da classe política brasileira? Um perfil dos senadores da República. Curitiba: **Observatório de elites políticas e sociais do Brasil**, n. 2, abr.2012. p. 1-28.

COSTA, Luiz Domingues; BOLOGNESI, Bruno; CODATO, Adriano. Variáveis sobre o recrutamento político e a questão de Gênero no parlamento brasileiro. Curitiba: **The observatory of social and political elites of Brazil**, n.7, maio, 2013.

COSTA; Ana Alice Alcântara. **As donas do poder: mulher e política na Bahia**. Bahia: Coleções Bahianas, v. 2. Assembleia Legislativa, 1988.

CORADINI, Odaci Luiz. Representação profissional e elites políticas no Brasil no período recente. Santa Catarina: **Revista Política e Sociedade**, nº 9, 2016.

DI MARTINO, Maila. **A política como profissão: uma análise da circulação parlamentar na Câmara dos Deputados (1946-2007)**. Tese (doutorado em Ciência Política) Universidade do estado de São Paulo, São Paulo, 2009.

DI MARTINO, Maila. A profissionalização do Legislativo: um modelo de análise comparada para o caso brasileiro. Curitiba: **Ciência e Cultura**, nº 10, 2010. p. 11-30.

DUVAL, Julian. Multiple Correspondence Analysis. Politika: Tepsis-EHESS, disponível em: <https://www.politika.io/en/notice/multiple-correspondence-analysis> acesso em: 28/10/2018.

ENGLER, Icaro Gabriel da Fonseca. Ricos e políticos: uma análise da origem familiar, trajetória profissional e carreira política dos 30 deputados federais brasileiros com maior patrimônio econômico da 55ª Legislatura (2015-2019). Colômbia: **Colômbia Internacional**, v. 95, 2018. p. 137-164.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. São Paulo: **Revista Brasileira de História**. v. 24, nº 47, 2004.

FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. Florianópolis: **Revista Tempo e Argumento**, v. 9, n. 202017.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibud. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas a crise política 1961-1964**. São Paulo: Editora Paz e terra, 1993.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONJI, Fernando. Mudança constitucional, desempenho legislativo e consolidação institucional. São Paulo: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 29, 1995.

FILHO, João Roberto Martins. Estado e regime no pós-64: autoritarismo burocrático e ditadura militar! Curitiba: **Revista de sociologia e política**, 1994.

FREIRE, André. A profissionalização política dos deputados portugueses. Portugal: **Revista Sociologia**, 1998.

FREITAS, Andréa Marcondes. **Migração Partidária na Câmara dos Deputados**. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

- GARRIOU, Alain; LACROIX, Bernard (org.) **Norbert Elias: a política e a história**. São Paulo: Editora perspectiva, 2001.
- GAXIE, Daniel. As lógicas do recrutamento político. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº8, maio-agost, 2012, pp. 165-208.
- GAXIE, Daniel. Les enjeux citoyens de la professionnalisation politique. França: **Journal Mouvements**, nº18, 2001.
- GORDON, Black. Theory of professionalization in politics. Estados Unidos: **American Political Science Review**, Vol. 64, nº 3, 1970.
- GRILL, Igor Gastal. Processos condicionantes e bases sociais da especialização política no Rio Grande do Sul e no Maranhão. Curitiba: **Revista de Sociologia Política**, v. 16, nº 30, 2008.
- GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório? Um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena)**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.
- HALL, Peter. TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. São Paulo: **Revista Lua Nova**, nº 58, 2003.
- IBM SPSS CATEGORIES VERSÃO 24. **Manual de uso do SPSS versão 24**. Disponível em: <ftp://public.dhe.ibm.com/software/analytics/spss/documentation/statistics/24.0/pt-BR/client/Manuals/IBM_SPSS_Categories.pdf>acesso em: 20/08/2018.
- KINZO, Maria D'alva. **O posição e autoritarismo: Gênese e trajetória do MDB (1966-1979)**. São Paulo: Vértice, 1988.
- KINZO, Maria D'alva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. Brasília: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, nº 54, 2004.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro do passado: contribuição semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAMOUNIER, Bolivar. Bases do autoritarismo revisitado: diálogo com Simon Schwartzman sobre o futuro da democracia brasileira *in* **O Sociólogo e as Políticas públicas: Ensaio em Homenagem a Simon Schwartzman**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas (FGV), 2009.
- LAMOUNIER, Bolivar. O Brasil autoritário revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura. *in* A. Stepan (org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LEONI, Eduardo. Ideologia, Democracia e Comportamento parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998). Rio de Janeiro: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 45, n. 3, 2002, p. 361-386.
- LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENÓ, Lucio. Estratégias para sobreviver politicamente – Escolha de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. Campinas: **Opinião pública**, v. 9, n. 1, 2003.

LEVEQUÊ, Sandrini. *L'entrée en politique. Bibliographie sur les conditions sociales de la professionnalisation et de la «réussite» politique en France*. França: **Journal Politix**, vol. 9, n°35, 1996.

MADEIRA, Rafael. **Arena ou Arenas? A coesão partidária do partido do regime em três estados brasileiros**. MADEIRA, Rafael Machado. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos; MIGUEL, Luis Felipe. Capital familiar e carreira política no Brasil - o caso da Câmara dos Deputados. Gramado: **anais do 8º Encontro da ABCP**, 2012. p.2-22.

MASSIA, Leandro Pribernow. **A Profissionalização política do poder executivo estadual: uma análise do perfil social e da carreira dos governadores brasileiros 1994-2010**. Dissertação (mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

MATTOS, Orlando. **Arena e MDB: desistimos ou continuamos?** Charge publicada em periódico. São Paulo: Jornal folha de São Paulo, 27 de abr. 1969.

MEIRELLES, Mauro. O Uso do SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) na Ciência Política: uma breve introdução. Pelotas: **Revista Pensamento plural**, 2014.

MENEGUELO, Rachel, et all. Mulheres e Negros na Política: estudo exploratório sobre o desempenho eleitoral em quatro estados brasileiros. Campinas: **Centro de Estudos de Opinião Pública**, 2012.

MICHEL, Robert. *Los partidos políticos. Un estudio sociológico de las tendencias oligarquicas de la democracia moderna*. Buenos Aires: **Amarrorrus editores**, 2001.

MICHON, Sebastián. OLLION, Sebastián. Retorno da profissionalização política: revisão de Literatura Crítica e Perspectivas. **Sociologia do Trabalho**, Vol. 60, n° 1, 2018.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o congresso brasileiro. Curitiba: **Revista de Sociologia Política**, v. 20, jun. 2003.

MIGUEL, Luís Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: **Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, n° 3, 2015.

MOISÉS, José Álvaro. **Os brasileiros e a democracia: bases sócio políticas da legitimidade democrática**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

MORAES, Geórgia. **Número de deputados negros cresce quase 5%**. Brasília, DF, Site da Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/564047-NUMERO-DE-DEPUTADOS-NEGROS-CRESCE-QUASE-5.html>> acesso em: dezembro de 2018.

NICOLAU, Jairo; OLIVEIRA, Lilian. A Produção da Ciência Política Brasileira: Uma Análise dos Artigos Acadêmicos. Caxambu: **Anais do 37º encontro da ANPOCS**, 2013.

O'DONNELL, Guillermo. **Contrapontos: autoritarismo e democratização**. São Paulo: Vértice, 1985.

OS NÚMEROS da economia no regime militar. **G1**. Disponível em: <https://infograficos.oglobo.globo.com/economia/entenda-os-numeros-da-economia-no-regime-militar.html>. Acesso em: 17 out. 2018.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. Tese (doutorado em sociologia) UNB, Brasília, 2009.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. Brasília: instituto de pesquisa econômica aplicada IPEA, 2003.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEIXOTO, Vitor; GOULART, Nelson Motta; TIESSE DA SILVA, Gabriel. Os partidos e as mulheres: a sub-representação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012. Vitória: **Almanaque de Ciência Política**, V. 1, 2017. p. 15-29.

PASSARINHO, Nathalia. Câmara reduz idade para candidatos a senador, deputado e governador. **G1**, Brasília, 11 jun. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/06/camara-aprova-reduzir-para-18-anos-idade-minima-para-deputado.html>>. Acesso em: 05 out. 2018

PERES, Paulo Sérgio. Comportamento ou instituições? A evolução histórica do neo-institucionalismo da ciência política. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**, vol. 23, nº 68, 2008.

PERISSINOTO, Renato. Política e sociedade: por uma volta à sociologia política. Santa Catarina: **Revista Política e Sociedade**, nº 5, 2004.

PERISSINOTTO, Renato; CODATO, Adriano (Org.). **Como estudar elites**. Curitiba: UFPR, 2015.

PERISSINOTTO, Renato; MIRÍADE, Angel. Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006. Rio de Janeiro: Dados, **Revista de Ciências Sociais**, vol. 52, nº 2, 2009.

PRADO, Mariell Vilella. **Método de análise de correspondência múltipla: estudo de caso aplicado na avaliação da qualidade do café**. Dissertação (mestrado em estatística e experimentação agropecuária) Universidade Federal de Lavras, MG, 2012.

PROCHASSON, Christophe. *Resumo de La profession politique. XIX-XXe siècles*. França: **Annales Histoire, Sciences Sociales**. 57ª edição, n. 4, 2002.

QUINTELA, Débora F. Participação política das mulheres no Brasil: das cotas de candidatura à efetiva paridade na representação. Brasília: **Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos**, v. 2, n. 1, 2016. p. 52-74.

RAMO, Francisco José. *Ciencia politica y sociologia politica: la necesaria reconstruccipon de la interdisciplinariedad*. Espanha: Revista Reis, 1996. p. 57-63.

REGO, Antônio Carlos Pojo. **O Congresso brasileiro e o regime militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV editora, 2008.

RODRIGUES, Leôncio. **Fontes secundárias de recrutamento político.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. **Mudanças na classe política brasileira.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

RODRIGUES, Leôncio. **Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, 186 p.

ROLLEMBERG, Denise. A ditadura civil-militar em tempo de radicalizações e barbárie. 1968-1974 *in* **Democracia e ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006, pp. 141-152.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (org). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, v. 2, 2011.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Rio de Janeiro: **Revista Topoi**, v. 14, nº 26, 2013.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. A formação do MDB e a influência do quadro partidário anterior. Curitiba: **Revista de sociologia política**, nº6-7, 1996.

SABL, Andrew. ***Ruling Passions: Political Offices and democratic Ethic.*** Estados Unidos: Editora Princeton University Press, 2012.

SALLUN, Brasília. Federação, autoritarismo e democratização. São Paulo: Tempo Social; **Revista de sociologia**, 27-52, out. 1996.

SAMUELS, David. **Ambition, Federalism and legislative politics in Brazil.** New York: Cambridge University press, 2003.

SANTOS, André Marenco. (Org) **Os Eleitos: representação e carreiras políticas em democracias.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SANTOS, André Marenco. **Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros 1946-1998.** Tese (doutorado em Ciência Política) Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.

SANTOS, André Marenco. Nas fronteiras do campo político: Raposas e outsiders no congresso nacional. Brasília: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1997.

SANTOS, Fabiano. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-1999. In **Elites políticas e econômicas no Brasil Contemporâneo.** (Org.) DINIZ, Eli; SANTOS, Fabiano; BOSCHI, Renato. São Paulo: Editora Konrad adenauer, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme. Paralisia de decisão e comportamento legislativo a experiência brasileira 1959 1966. Decisão e comportamento legislativo. São Paulo: **ERA - Revista de Administração de Empresas**, abr./jun. 1973.

- SARTORI, Giovanni. **Elementos da teoria política**. Madrid: Alianza editorial, 1992.
- SAWICKI, Frédéric. Classer les hommes politiques. in Offerlé, Michel (org)., *La profession politique, XIX-XX siècle*, Paris: Belin, coleção Sécio-histoires, 1999, p. 135-170.
- SCHIMITT, Carl. **O conceito do político**. Belo Horizonte: Editora Del rey, 2009.
- SEIDL, Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). Curitiba: **Revista de Sociologia Política**, v. 16, 2008.
- SHWARTZMAN, Simon. **Bases do autoritarismo**. Rio de Janeiro: soluções editoriais, ed. 4, 2007.
- SORARES, Alessandro; TAUIL, Rafael; COLOMBO, Luciléia. O bipartidarismo no Brasil e a trajetória do MDB. Vitória: **Revista Sinais**, nº 19, 2016.
- TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Dados estatísticos: eleições estaduais e federais em 1965 e 1966**, v. 8. Brasil: Tribunal superior eleitoral (TSE), departamento de imprensa nacional, 1971.
- VELASCO, Sebastião; CRUZ, Carlos Estevam Martins. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da "abertura". In **Sociedade política no Brasil pós-61**. (org) SORJ, Bernardo; ALMEIDA, Marília. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- VENÂNCIO, Ulisses. Políticos profissionais ou nobres políticos? Variáveis da carreira política dos senadores no Brasil Império. Brasília: **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 7, n. 1, 2016.
- VICINI, Lorena. **Análise multivariada: da teoria à prática**. Santa Maria: UFSM, CCNE, 2005.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br